



REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

Volume 62 - 2004

Cuiabá, MT - 2004



**REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DE MATO GROSSO**

Volume 62 - 2004

Cuiabá, MT - 2004



**REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DE MATO GROSSO**

Volume 62 - 2004

Cuiabá, MT - 2004

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE MATO GROSSO

DIRETORIA
Biênio 2004-2006

Presidente

João Carlos Vicente Ferreira

Primeira Vice-Presidente

Suíse Monteiro Leon Bordest

Segunda Vice-Presidente

Vera Iolanda Randazzo

Primeira Secretária

Sônia Regina Romancini

Segundo Secretário

Benedito Pinheiro de Campos

Primeiro Tesoureiro

Aníbal Alencastro

Segundo Tesoureiro

Domingos Iglesias Valério

Oradora Oficial

Elizabeth Madureira Siqueira

Conselho Fiscal

Aecim Tocantins

Isis Catarina Martins Brandão

João Alberto Novis Gomes Monteiro

Curadora do Museu e Arquivo

Elizabeth Madureira Siqueira

Coordenador das Publicações Avulsas

Paulo Pitaluga Costa e Silva

SUMÁRIO

EDITORIAL.....07

PRIMEIRA PARTE

ARTIGOS

Bom Jesus, Boa Morte, Bom Despacho, Rosário e São Benedito... Igrejas de Cuiabá 11

Sônia Regina Romancini

A Propósito de Chapada dos Guimarães: um breve resgate histórico.....43

Elizabeth Madureira Siqueira

Bens Culturais Mato-grossenses como Recursos Turísticos – desafio para uma economia emergente.....67

Maria Clara Migliacio

A primeira crítica teatral no Brasil no contexto de uma vila colonial do distante Oeste91

Carlos Gomes de Carvalho

Primeiro aqui era só índio! Uma contribuição à etno-história Nambiquara133

Anna Maria Ribeiro F. Moreira da Costa

SEGUNDA PARTE

COMUNICAÇÕES

A origem do nome Mato Grosso161

Paulo Pitaluga Costa e Silva

As primeiras empresas da construção civil em Mato Grosso169

José Garcia Neto

Garcia Neto e a divisão do Estado177

Aecim Tocantins

Patrimônio histórico e modernidade181

Gabriel de Mattos

Centro de Referência: espaço, pesquisa e diálogo.....	185
<i>Suíse Monteiro Leon Bordest</i>	
Fidelidade ao Banco do Brasil.....	189
<i>Nilza Queiroz Freire</i>	
Discurso pronunciado pelo professor Aecim Tocantins na sessão solene do IHGMT, realizada no dia 21 de junho de 2004, ao ensejo da posse dos sócios Gabriel Júlio de Matos Müller e Onofre Ribeiro	193
<i>Aecim Tocantins</i>	

EDITORIAL

O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, fundado por Dom Francisco de Aquino Corrêa em 1.º de janeiro de 1919 e instalado aos 08 de abril do mesmo ano, representa a mais antiga instituição cultural em atividade no Estado de Mato Grosso.

Como forma de divulgação das pesquisas realizadas pelos seus sócios ou por pessoas da comunidade, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso conta com a publicação de uma Revista cuja primeira edição data de 1919. Nessa longa trajetória histórica o periódico tem se adequado às novas exigências, contribuindo para o debate acerca de temas de interesse da sociedade mato-grossense.

Assim, a presente edição da RIHGMT coloca em discussão temas atuais, colaborando para a divulgação do conhecimento científico produzido no Estado de Mato Grosso, nas áreas da História, Geografia, Arqueologia e Etnografia.

A revista está estruturada em duas partes. Na primeira, apresentam-se os artigos e, na segunda, comunicações.

O primeiro artigo, Bom Jesus, Boa Morte, Bom Despacho, Rosário e São Benedito... Igrejas de Cuiabá, elaborado pela professora Sônia Regina Romancini, analisa a importância do espaço sagrado na paisagem urbana de Cuiabá-MT e suas relações com o turismo cultural.

O segundo artigo, A Propósito de Chapada dos Guimarães: um breve resgate histórico, é uma contribuição da professora Elizabeth Madureira Siqueira que aborda Chapada dos Guimarães, durante os períodos colonial e imperial e sua estreita relação com Cuiabá. Esse tipo de abordagem constitui-se em um exercício indispensável para a compreensão da utilização e dinâmica do território ao longo do processo.

O terceiro artigo, Bens Culturais Mato-grossenses como Recursos Turísticos – desafio para uma economia emergente, de

autoria da arqueóloga Maria Clara Migliacio, aborda alguns bens de caráter cultural, discutindo as condições requeridas para seu possível aproveitamento para fins turísticos.

O quarto artigo, A primeira crítica teatral no Brasil no contexto de uma vila colonial do distante Oeste de autoria do advogado Carlos Gomes de Carvalho, apresenta interessante pesquisa bibliográfica sobre o teatro e outras encenações nas Minas do Cuyabá, no distante século XVIII.

O quinto e último artigo, Primeiro aqui era só índio! Uma contribuição à etno-história Nambiquara, de autoria da professora Anna Maria Ribeiro F. Moreira da Costa, analisa, através do diálogo interdisciplinar da História com a Antropologia, ou também conhecida como etno-história, a presença dos agentes de contato em territórios tradicionais dos índios Nambiquara.

A origem do nome Mato Grosso é a temática tratada na primeira comunicação, apresentada pelo historiador Paulo Pitaluga Costa e Silva, em que são analisados fatores históricos que levaram à denominação de Mato Grosso para o território conquistado pelos portugueses, no vale do Guaporé.

As primeiras empresas da construção civil em Mato Grosso é o tema abordado pelo engenheiro e ex-governador do Estado de Mato Grosso José Garcia Neto, na segunda comunicação, que destaca as empresas da construção civil do século XVIII ao século XX.

A terceira comunicação, Garcia Neto e a divisão do Estado é uma importante contribuição do professor Aecim Tocantins para a análise e compreensão da divisão do Estado de Mato Grosso e a postura adotada, na época, pelo então governador, Dr. José Garcia Neto.

Na quarta comunicação, Patrimônio histórico e modernidade, o arquiteto e professor Gabriel de Mattos discute o patrimônio imaterial e o patrimônio histórico construído em Cuiabá, respaldado em artigos publicados em revistas mato-grossenses.

Centro de Referência: espaço, pesquisa e diálogo é a temática tratada na quinta comunicação de autoria da professora Suíse Monteiro Leon Bordest, que, ao abordar o Centro de Referência do Professor de Belo Horizonte, transporta esse modelo, confrontando-o com a realidade em Mato Grosso, sugerindo que a proposta deva merecer discussões e adaptações quando da finalização física e posterior inauguração do Memorial Rondon, edificado em Mimoso no Pantanal de Barão de Melgaço, o qual tem como objetivo a re-construção continuada da memória do Marechal Rondon e sua perpetuação através da comunidade mimoseana.

A sexta comunicação, Fidelidade ao Banco do Brasil, de autoria da confreira Nilza Queiroz Freire é uma deliciosa crônica que retrata os seus 50 anos como correntista desse banco em Cuiabá, com destaque para a vida cotidiana da cidade nesse período.

A sétima e última comunicação, de autoria do professor Aecim Tocantins, apresenta o Discurso pronunciado pelo professor Aecim Tocantins na sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, realizada no dia 21 de junho de 2004, ao ensejo da posse dos sócios Gabriel Júlio de Mattos Müller e Onofre Ribeiro, que constitui bela biografia do sócio empossado, Gabriel Júlio de Matos Muller, reconstituindo um processo que o próprio autor vivenciou.

Essa publicação somente foi possível graças ao apoio do Governo do Estado de Mato Grosso através da Secretaria de Estado de Cultura que, reconhecendo a importância da Revista enquanto veículo de circulação dos conhecimentos gerados pelos membros do IHGMT, ofereceu condições para sua publicação. Externamos, nessa medida, nossos agradecimentos.

O Conselho Editorial

ARTIGOS

Primeira Parte

BOM JESUS, BOA MORTE, BOM DESPACHO, ROSÁRIO E SÃO BENEDITO...

IGREJAS DE CUIABÁ

*Sônia Regina Romancini*¹

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a valorização da paisagem urbana em Cuiabá, tendo como base a construção do espaço sagrado. Ao realizar estudos sobre a produção do espaço sagrado, Rosendahl (1996) afirma que o homem religioso sente necessidade de viver numa atmosfera impregnada do sagrado; por isso se elaboram técnicas de construção do sagrado.

Segundo a autora, “esse trabalho humano de consagrar um espaço, essa necessidade de construir ritualmente o espaço sagrado, nos revela que o mundo é, para o homem religioso, um mundo sagrado” (ROSENDAHL, op. cit., p. 29-30).

Em Cuiabá, o sagrado se faz presente na paisagem urbana através das igrejas que, apesar de seus nomes imponentes como, por exemplo, Catedral Basílica do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Igreja de Nossa Senhora do Bom Despacho, são afetuosamente chamadas de Catedral, Rosário e Bom Despacho².

Sob esse prisma, o presente artigo discute a importância da presença das igrejas centenárias na paisagem urbana de Cuiabá, revelando a riqueza dessa herança que, hoje, se torna um fator de identidade para os cidadãos cuiabanos. Situadas no Centro Histórico

da cidade e nos setores do entorno, também passíveis de preservação, a maioria destas igrejas encontra-se tombada como patrimônio histórico, seja no âmbito federal, seja estadual. Assim, a delimitação de um Centro Histórico e a existência de um grande número de bens tombados constituem um valioso patrimônio cultural e um importante recurso turístico.

No tocante ao sagrado como elemento de produção do espaço, Rosendahl (1999) afirma que as construções são moldadas pelas idéias de uma sociedade, suas formas de organização econômica e social, a distribuição de recursos e autoridade, suas atividades, crenças e valores. A autora propõe uma maneira de se olharem as cidades em relação a seu contexto cultural, estabelecendo um elo entre religião, a gênese da cidade e uma de suas funções.

Sobre a importância do patrimônio construído, Brandis e Del Rio (1998) afirmam que o marco construído ao longo do tempo e materializado no traçado e na edificação, reflete as marcas das formas culturais de se produzir a cidade:

El patrimonio edificado responde a la decisión de los grupos sociales que modelaron y ocuparon la ciudad. A causa de la heterogeneidad social y del paso del tiempo la ciudad construida presenta una rica tipología de arquitecturas. En el momento actual, es la edificación monumental la que más perdura por su mayor calidad constructiva y por ser tradicionalmente la más valorada y conservada. Así, las iglesias, conventos y monasterios, los palacios [...] las obras públicas [...] perduran en la ciudad actual (BRANDIS e DEL RÍO, 1998, p. 231).

Segundo Troitiño Vinuesa (1998a), as edificações herdadas do passado constituem o patrimônio cultural, que é um elemento essencial de bem-estar e de qualidade de vida das cidades que o detêm. Este patrimônio, se utilizado de forma criteriosa para o turismo, oferece múltiplas perspectivas de desenvolvimento econômico e social, bem como a criação de novos empregos. Assim, o patrimônio

cultural enriquece uma sociedade no plano social e no plano cultural, e seus aspectos funcionais podem participar ativamente na revitalização urbana.

Entre os procedimentos adotados para o desenvolvimento da pesquisa, destacou-se o levantamento bibliográfico e documental, que se constituiu no levantamento de bibliografia relacionada ao tema e ao conhecimento produzido em relação à área em estudo, como: livros, revistas, artigos, jornais, poesias, crônicas, relatos de viajantes, dentre outros. Foram também realizadas conversas informais e entrevistas com os moradores da cidade.

PATRIMÔNIO CULTURAL E RECURSO TURÍSTICO

O patrimônio cultural constitui um importante recurso turístico das cidades históricas. A oferta cultural não se limita ao patrimônio arquitetônico e urbanístico, mas inclui também museus, bibliotecas, arquivos, teatros, salas de concertos, centros culturais, salas de exposições, assim como festas e eventos lúdico-culturais. Este conjunto de recursos deve aparecer em diferentes guias de recursos culturais, publicados em nível estadual e municipal.

A seguinte nota publicada em um jornal da Capital, em março de 1969, revela um olhar atento sobre a cidade de Cuiabá, enaltece suas especificidades que a distinguem das demais cidades brasileiras e destaca os aspectos caros à memória coletiva da sociedade que a habita:

Assim é Cuiabá. Rica de colorido, cheia de fortes contrastes. Cuiabá é terra do Senhor Bom Jesus e de Todos os Santos. De suave murmúrio do vento agitando as palmeiras imperiais. Cuiabá do pacu assado, do licor de piqui, da carne com banana, do guaraná ralado. Da poesia das águas do rio que leva o seu nome. Dos becos estreitos, dos casarões coloniais, do mercado do Porto, do peixe bom. Dos pescadores, das lavadeiras, das praias de alvas areias [...] Cuiabá das tradições,

da época de ouro da nossa história. Terra amada por todos, Cuiabá das igrejas de ouro, belas como a do Bom Despacho. Cuiabá – simplesmente – Cuiabá (Cuiabá de todos os santos e de todas as cores, 1969).

A respeito da importância da memória, da herança, do patrimônio e da paisagem nas cidades históricas, destaca-se a reflexão realizada pelo Prof. Dr. J. M. Pereira de Oliveira:

Uma cidade histórica e nela, particularmente, o seu centro histórico, não o é só por força do peso da história e da geografia [...] São estes espaços “construídos” e vividos ao longo dos tempos pelas sucessivas gerações, que os legaram de umas para as outras, plasmando a cada momento um pouco de cada uma delas e onde o equilíbrio do todo como espaço vivido deve ser entrevisto também numa perspectiva de adaptação conservada entre o peso dos valores histórico-culturais que nele se inscreveram e a qualidade de vida dos actuais urbanistas (OLIVEIRA, apud MARQUES E MARTINS, 1998, p. 123).

Numa abordagem sobre a memória das cidades, Abreu (1998) salienta que, devido aos acontecimentos do século XX, como os progressos técnicos e científicos, as guerras, a fome, entre outros, as sociedades buscam novas visões de mundo, vivendo mais o presente, desconfiando do futuro e revalorizando o que construíram em tempos passados.

Segundo Abreu, em face da homogeneidade do espaço global, cada lugar procura na singularidade a sobrevivência e a individualidade, sob esse aspecto:

O passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em “instituições de memória”, ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, não é de se estranhar, então, que seja ele que vem dando o suporte mais sólido a essa procura de diferença (ABREU, 1998, p. 7).

O autor afirma que, na busca da “memória urbana” no Brasil, o passado está sendo revalorizado; e a preservação, recuperação e restauração do que sobrou das paisagens urbanas anteriores são um objetivo almejado pelos governos municipais.

No Brasil, as preocupações com a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, cujo acervo é chamado de patrimônio cultural, estão presentes na Constituição Brasileira de 1988, que, na Seção II, da cultura, Artigo 216, assegura:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I. as formas de expressão;

II. os modos de criar, fazer e viver;

III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 2004, p. 111).

No âmbito federal, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) se responsabiliza pelo tombamento do patrimônio cultural. O tombamento é definido como o conjunto de ações realizadas pelo poder público, com o objetivo de preservar, através da aplicação de legislação específica, bens culturais de valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e ambiental, de interesse para a população, impedindo que venham a ser demolidos, destruídos ou mutilados.

Após um período de intensas transformações que atingiram o patrimônio cultural de Cuiabá, na segunda metade da década de 80, o Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cuiabá foi regulamentado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional (IPHAN), que integra a estrutura do Ministério da Cultura.

Na esfera estadual, a preservação do patrimônio é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Cultura, com base na Lei Estadual n.º 3776, de 20/09/76, cabendo também aos municípios terem sua própria legislação para a valorização do patrimônio (ASSIS, 1997).

Entende-se que, na preservação, se busca a permanência do bem ao qual se atribui valor e/ou significado cultural. O ato de preservar ultrapassa a condição material do bem e alcança também seu significado histórico, seu valor imaterial, artístico, cultural, entre outros. Sob esse prisma, um bem é preservado para continuar evocando a história, a cultura e a memória de um povo para seus contemporâneos ou descendentes (CASTILHO, 1997).

Para proteger o conjunto arquitetônico urbanístico e paisagístico da cidade de Cuiabá, o IPHAN regulamenta, através de portaria, toda a sua vizinhança, que denomina de área de entorno, sistematizando critérios para a sua utilização.

Ao analisar os centros históricos, Troitiño Vinuesa (1998b) afirma que as cidades são realidades muito complexas, uma vez que em suas paisagens se refletem as características do meio natural, as heranças históricas, o jogo de forças econômicas, o progresso técnico, a capacidade criadora dos arquitetos, escultores, artesãos, as tensões e conflitos sociais, as formas de ser, de viver e as aspirações dos seus cidadãos. O centro histórico, além de valorizar as singularidades arquitetônicas, prima por outras dimensões como a histórica, cultural, econômica, social e simbólica.

Acerca da necessidade de proteção e conservação do patrimônio cultural, bem como sua utilização para o turismo, o autor faz as seguintes observações:

La implantación de la cultura de la recuperación, más allá de las protecciones pasivas y de las declaraciones de conjuntos

históricos, requiere avanzar en el conocimiento de la ciudad como patrimonio y recurso cultural colectivo. Sin un adecuado entendimiento de la dimensión cultural del patrimonio urbanístico [...] será muy difícil propiciar un turismo cultural de calidad. Hay que avanzar hacia una política urbanística y cultural que, siendo respetuosa con los valores arquitectónicos, urbanísticos y culturales de las ciudades históricas, dé respuestas a las demandas de nuestro tiempo y propicie su utilización como recurso turístico (TROITIÑO VINUESA, 1995, p. 52).

Ressalta-se que o turismo constitui um pilar importante da economia de muitas cidades que possuem centros históricos, contribuindo também para a conservação e a recuperação de seu patrimônio cultural. Entretanto, como a pressão do turismo pode trazer riscos para o ambiente e para a sociedade, devem ser formuladas políticas de gerenciamento desses recursos (TROITIÑO VINUESA, 1995, cit.).

AS IGREJAS DE CUIABÁ

A primeira igreja erigida em Cuiabá foi no Coxipó-Mirim no arraial denominado Forquilha, fundado em 1719 por Pascoal Moreira Cabral e outros bandeirantes, que levantaram uma capela dedicada a Nossa Senhora da Penha de França, na qual o padre Jerônimo Botelho celebrou a primeira missa em 1720 (MENDONÇA, 1978).

Posteriormente, em outubro de 1722, no córrego da Prainha, abaixo do outeiro onde se situa a Igreja do Rosário, o sorocabano Miguel Sutil, juntamente com dois índios e o companheiro português chamado Barbado, descobriu as minas de ouro denominadas Lavras do Sutil, em torno das quais se formou a cidade de Cuiabá. Este veio aurífero, devido à sua importância, atraiu a população da Forquilha.

Conforme explicitado anteriormente, as igrejas de Cuiabá se destacam como patrimônio cultural, estando algumas delas situadas em privilegiadas colinas que permitem aos transeuntes vislumbrá-

las, no centro principal da cidade. A origem das igrejas se confunde com a da própria cidade, segundo os registros realizados.

As igrejas, que constituem até o presente momento uma característica marcante da paisagem urbana de Cuiabá, logo tiveram o início de suas construções, conforme descreve o cronista Barboza de Sá:

Neste mesmo anno Levantou o Capitaó mor Iacinto Barboza Lopes Igreja a sua custa coberta de palha que logo servio de freguezia [...] dando-lhe o titulo de Igreja do Senhor Bom Iezus do Cuyabá adonde dice primeiro misa seo Irmaó, o [...] Frey Pacifico dos Anjos [...] Consequentemente levantaraó os pretos huma capellinha a San Benedito junto ao Lugar chamado despois rua do cebo, que dahy a poucos annos cahio e naó se levantou mais (SÁ, 1975, p. 15).

O cronista faz referência à Igreja do Rosário, ao mencionar que, no ano de 1754, o padre José Ayres, por ocasião de sua retirada para Goiás, deixou afixada na porta da igreja excomunhão a todos que o perseguiram. Assim, acredita-se que a Igreja do Rosário foi construída na década de 30 do século XVIII, passando a abrigar a capela de São Benedito.

De acordo com Reis (2000), no Plano da Vila do Cuyabá na Capitania de Mato Grosso, 1770/1780, são destacadas como formadoras da então vila de Cuiabá a matriz, a capela de Nossa Senhora do Bom Despacho e a capela do Rosário.

A paisagem de Cuiabá também foi descrita pelos viajantes, a exemplo de Luiz d'Alincourt que relata sua jornada a Cuiabá, realizada no ano de 1818. De acordo com seu olhar, essas eram algumas características que se sobressaíam na paisagem de Cuiabá, destacando-se os morros pontilhados por igrejas:

[...] tira o nome do rio Cuyabá, e dista da sua margem esquerda uma milha; está fundada em um vale espaçoso e alegre, que se alonga na direção nor-nordeste, ao sul-sudoeste, fechado

ao nascente pelos morros do Bom Despacho, e Rosário, e ao poente pelo da Boa Morte [...] a Igreja Matriz da invocação do Sr. Bom Jesus é regular: há mais quatro templos de menores dimensões; o de N. S. do Bom Despacho, do Rosário, da Boa Morte, e o do Sr. dos Passos [...] (ALINCOURT, 1975, p. 155-6).

Em 1881, Karl Von Den Steinen apresenta alguns aspectos interessantes da paisagem urbana da cidade, que teve sua comitiva como hóspede por quase dois meses. Este pesquisador, ao notar aquela vida alegre e, de certa forma, sem grandes preocupações, elaborou uma frase para expressar a alegria do cuiabano e seu gosto pelas festas religiosas:

Não é possível que haja uma outra cidade no mundo onde se toque mais música, se dance mais, se jogue mais baralho do que aqui... É impossível, também, que em algum lugar se alteiem mais freqüentemente os estandartes da procissão e se saiba associar melhor as missas com os prazeres sociais (STEINEN, 1942, p. 68).

Steinen (1942, p. 84) afirma que “a vida social é o lado agradável de Cuiabá. Uma festa resgata a outra, e em toda parte se é bem-acolhido”. Dessa forma, ficou registrado o aspecto festivo da cidade e a alegria dos cuiabanos, características marcantes até os dias atuais.

Atualmente, há na cidade de Cuiabá um grande número de igrejas católicas, evangélicas, neopentecostais, centros espíritas e uma mesquita, que revelam a busca do homem pelo sagrado. Entretanto, o objetivo do presente estudo foi o de focar as igrejas mais antigas, materializadas na paisagem, por constituírem um espaço histórico de relevante importância para a memória coletiva da sociedade, bem como para o desenvolvimento do turismo cultural.

CATEDRAL BASÍLICA DO SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ



Foto: Pierre Marret

Um dos mais importantes espaços sagrados em Cuiabá é a Catedral Basílica dedicada ao Senhor Bom Jesus de Cuiabá, demarcada inicialmente pela presença de uma igreja de palha e pau-a-pique, levantada pelo Capitão-Mor de Cuiabá, Jacinto Barbosa Lopes. De acordo com Silva (1997), em 1739, o vigário padre João Caetano iniciou a construção de uma nova capela de taipa socada, sem torre, que parecia ampla, pois durante a construção abrigava a antiga capela.

Em 1771, o padre José Pereira Duarte, com o apoio do padre Passos d'Arco, desenhista e construtor, ergueu a primeira torre em forma piramidal, que se conservou até 1868, quando o arquiteto italiano Tortorelli desenhou e construiu uma nova torre, com teto em forma de abóbada. Na década de 20, a Matriz do Bom Jesus passou

por uma reforma, ganhando nova fachada, com duas torres, aspecto que foi conservado até a sua demolição, em 1968 (SILVA, 1997).

Por este motivo, o ano de 1968 é apontado por Freire como um marco no processo de modernização de Cuiabá, por ter sido o ano da demolição da antiga e colonial Matriz do Senhor Bom Jesus:

A dinamitação da velha Matriz ganhou força de signo, pelo conteúdo simbólico expresso nas tensões entre o velho e o novo, o provinciano e o metropolitano, o conservantismo e o progressista, o tradicional e o moderno que antagonizavam a sociedade cuiabana (FREIRE, 1997, p. 127).

Segundo Póvoas (1995), a construção da Catedral foi iniciada em 1958 e interrompida em 1963, durante o Concílio Vaticano II. As obras foram retomadas em 1968. Assim, o projeto de uma nova igreja fazia parte das intenções de modernização da cidade, através da construção de novos edifícios, em substituição àqueles carregados de história e memória.

Portanto, a demolição da Matriz apenas concretizou o que já estava em curso há dez anos; restavam da antiga igreja algumas paredes. A iniciativa do Arcebispo Dom Orlando Chaves de demolir a Matriz demonstra o poder da Igreja de também interferir na paisagem urbana. O Arcebispo contou com o apoio de pessoas influentes da sociedade cuiabana, que contribuíram financeiramente para a construção da nova Basílica do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

A Catedral,² inaugurada em 24 de maio de 1973, em estilo bastante diferente dos edifícios históricos que restaram na Praça da República, a exemplo do Palácio da Instrução, destaca-se pelo contraste entre o “velho” e o “novo”, o “tradicional” e o “moderno”, no coração da cidade.

A Catedral e a Praça da República constituem dois importantes espaços simbólicos da área central de Cuiabá. Ressalta-se que, devido ao imenso número de migrantes que habitam a cidade, muitos só conheceram a antiga Matriz por meio de fotografias; desse

modo, o atual edifício também faz parte do espaço afetivo de muitos moradores.

Entre as festas mais importantes realizadas pela Catedral Basílica destaca-se a procissão no dia primeiro de janeiro, dedicada ao padroeiro da cidade, o Senhor Bom Jesus, cuja imagem colonial, colocada sobre um andor enfeitado com rosas vermelhas, percorre as ruas da cidade.

Entretanto, a festa de maior magnitude realizada na Catedral é a do Senhor Divino, tradição mato-grossense desde a Monarquia Imperial, que acontece no domingo de Pentecostes, sete semanas após a Páscoa. Atualmente a festa é precedida pela bandeira do Senhor Divino, pelo chá com bolo na Residência dos Governadores, baile dos festeiros e, no domingo de Pentecostes, acontece a missa solene, com procissão e grande quermesse.

Hino da Festa do Senhor Divino

(João Marinho)

Abre a porta da Igreja Matriz,

Bate o sino

Esmola Divino.

Romaria em frente à Igreja,

Aguardando a chegada do Santo.

É o rei, a Rainha.

Tudo é festa, alegria.

Como é linda nossa tradição...

IGREJA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO



Foto da Autora

Localizada no Centro Histórico de Cuiabá, na Praça do Rosário, e tendo nas proximidades a Rua dos Bandeirantes e a Rua São Benedito, com seus casarões coloniais, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito foi contemplada com o primeiro tombamento federal em Cuiabá, sendo inscrita no Livro Tombo de Belas Artes e no Livro Tombo Histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 4 de dezembro de 1975. A proteção abrange, além do próprio monumento, todos os equipamentos do interior da igreja, entre os quais retábulos, imagens, alfaias e mobiliário antigo (IPHAN, 2001).

Como esta igreja, na década de 20, recebeu uma fachada em estilo neogótico, com a construção de uma torre pontiaguda central, rodeada de pequenas janelas em ogiva, na década de 70, após o tombamento federal, o IPHAN construiu uma fachada de acordo com o estilo barroco original (IPHAN, 2001).

A Igreja do Rosário e São Benedito é um dos principais símbolos da cultura cuiabana, testemunho da história, espaço de reencontro entre as pessoas que se mudaram do centro principal para outros bairros, espaço da festa de São Benedito, maior expressão da religiosidade popular dos cidadãos cuiabanos. Por constituir uma permanência na paisagem, atravessando quase três séculos, a igreja é, nos dias atuais, o principal referencial da memória da cidade.

Nesta igreja acontece a festa popular que reúne o maior número de pessoas, em Cuiabá, a festa de São Benedito, com mais de 280 anos de tradição, considerada pela comunidade como um tempo de festejos e celebrações, que se inicia com um mês de antecedência, tendo como ponto culminante o primeiro domingo do mês de julho. No período que antecede à festa, ocorre a visita da bandeira de São Benedito, o chá com bolo na missa de terça-feira de madrugada, os jantares nas terças à noite e o levantamento do mastro com a bandeira de São Benedito.

Os festejos se iniciam com o tríduo, que são três missas celebradas a partir das cinco horas da madrugada, de quinta-feira a sábado, sempre abordando o tema escolhido para a festa, que em 2003 destacou “São Benedito, uma Vocação pela Solidariedade” e em 2004 elegeu “Nas águas da salvação, São Benedito é nosso irmão”. No domingo, a missa solene começa às seis horas da manhã. Ainda como manifestações do sagrado, há a reza cantada e a procissão; nesta última milhares de fiéis percorrem as ruas da cidade, louvando o santo negro e a Virgem do Rosário, por ele venerada. Ao final da procissão há queima de fogos e quermesse, marcando o encerramento da festa.

Leão Preto de Judá

(Luiz Augusto Passos)

As mangueiras ´stão
Sorrindo, os ipês vestem-se em flor
Japuira faz seu ninho para a festa do amor
Deus está na nossa praça
Tempo quente de amor
Quem vai por São Benedito
Chega a Nosso Senhor
Isso é bom demais! [...]
Símbolo da paz! [...]
Benedito é tão bonito,
Festa assim não vi jamais!

Benedito, como é linda tua festa em Cuiabá
Negra igreja do Rosário povo santo vem festejar!
Benedito, Mariana, mãe da gente e mãe de Deus
Na alegria do Rosário
Vê Jesus nos braços teus.
Vem, vamos cantar
Vem, vamos dançar
Nosso santo, tão bendito,
Veio o Espírito morar! [...]

Céu em festa, se debruça
Nesta praça em Cuiabá [...]

Na igreja do Rosário, ocorrem também a festa de Nossa Senhora do Carmo, realizada em um final de semana próximo ao dia 16 de agosto, e a festa de Nossa Senhora do Rosário, no primeiro final de semana do mês de outubro.

IGREJA DE SÃO GONÇALO

São Gonçalo do Amarante
Casamenteiro das velhas
Por que não fez casar moça?
Que mal que fizeram elas?
São Gonçalo pra ser santo
Primeiro foi marinheiro
Quero embarcar com ele
Até o Rio de Janeiro.
(Domínio público)

Inicialmente, foi construída uma capela dedicada a São Gonçalo, próximo à foz do rio Coxipó, na localidade denominada de São Gonçalo Velho, atual São Gonçalo Beira Rio. Com a mudança dos rumos da cidade em direção à Prainha, em consequência da

descoberta de ouro neste lugar, mudou também o local do porto, que foi transferido para o atual bairro do Porto, onde foi erguida uma nova capela dedicada a São Gonçalo.

Segundo Silva (1997), a capela de São Gonçalo foi erigida graças à dedicação do Juiz de Fora de Cuiabá, Dr. José Carlos Pereira, tendo sido nela celebrada a primeira missa em 15 de novembro de 1781. Posteriormente, a igreja passou por diversas modificações.

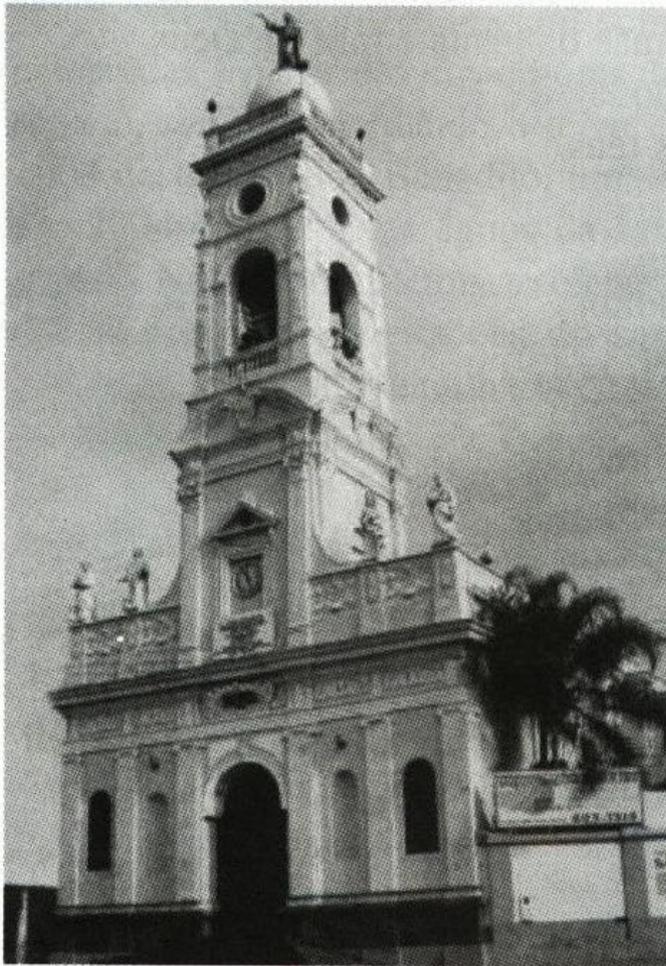


Foto: da Autora

Rodrigues (MÜLLER e RODRIGUES, 1994) informa que, no final do século XIX e início do século XX, o vigário padre José Solari reformou e adornou a fachada da Igreja de São Gonçalo com as imagens dos apóstolos que a encimam. Tem em sua abóbada o Cristo Redentor, estátua colocada em 1916, que mede dois metros e quarenta centímetros e está a trinta metros acima do solo.

De acordo com estudos realizados por Freitas (1997, p. 107), “a presença do magnífico templo atual possivelmente tenha obscurecido ou apagado de vez a imagem da singela capela que ainda existia no início da década de cinquenta”.

Em sua infância vivida no bairro do Porto, Freitas foi coroinha da Igreja de São Gonçalo e teve livre acesso às dependências anexas, como a casa antiga na continuidade do salão paroquial e outras laterais a este. Atualmente, com sua experiência de arquiteto, Freitas tece os seguintes comentários acerca das edificações que ficavam contíguas à Igreja de São Gonçalo:

Nada mais natural [...] do que reconhecer naquela casa velha, no salão paroquial com suas salas anexas laterais e em todo seu detalhamento construtivo, a primeira capela de São Gonçalo [...] Não se trata de construção provisória. Sua arquitetura, pelas características e técnica construtiva, enquadra nas tão conhecidas igrejas do passado [...] Reconheci nela tão somente uma capela singela, que guardava em planta a forma aproximada de uma cruz, lembrando o simbolismo das igrejas cristãs primitivas. Como aquelas, era desprovida de torres. Provavelmente, os sinos estariam fora, em alguma estrutura de madeira armada para esse fim (FREITAS, 1997, p. 110).

Freitas fundamenta sua convicção de que a atual igreja não corresponde à antiga capela, baseando-se também nos relatos dos viajantes que visitaram a cidade no século XIX, como, por exemplo, Joaquim Ferreira Moutinho, que escreve em 1868: “Não temos o que admirar nesta Igreja de merecimento artístico, mas ela é vasta, simples

e asseada, devendo quase tudo aos cuidados do seu pároco, que morreu de bexiga” (FREITAS, 1997, p. 113).

Na *Revista Mato Grosso*, de julho de 1907, Freitas encontrou a seguinte notícia, que faz referência à capela e que, segundo ele, provavelmente neste período estaria em construção a igreja atual:

Festa de N. S. Auxiliadora na Paróquia de S. Gonçalo – Como encerramento do mês mariano solenizado pela Benção cotidiana do Santíssimo Sacramento [...] celebrou-se a 9 do mês p.p., na Capela interina da Sede Paroquial de S. Gonçalo, a simpática festividade da gloriosa Auxiliadora dos Cristãos (FREITAS, op. cit., p. 114).

Atualmente, quem transita pela Avenida XV de Novembro se depara com a bela e centenária Igreja de São Gonçalo em estilo neoclássico, de influência toscana que, devido a sua importância como patrimônio cultural, foi tombada pela Secretaria de Estado de Cultura. Constituindo um importante espaço simbólico, especialmente para os moradores do bairro do Porto, nesta igreja são realizadas várias festas, destacando-se a festa de São Gonçalo.

No dia 10 de janeiro, dia de São Gonçalo, é realizada uma pequena quermesse. A grande festa em homenagem ao padroeiro ocorre em um sábado e domingo no final do mês de abril, quando cessa o período chuvoso. Antecedendo à festa, ocorre a peregrinação da bandeira de São Gonçalo pelas principais ruas do bairro. Nos dias da festa há alvorada com queima de fogos, missa, procissão, dança de São Gonçalo, quermesse com bingo e apresentações artísticas.

Denotando a presença da comunidade na vida da igreja, no decorrer do ano acontecem ainda várias manifestações culturais como, por exemplo, no mês de maio, dedicado à Nossa Senhora Auxiliadora, no mês de junho, ao Sagrado Coração de Jesus e em outubro, quando se realiza a festa de São Benedito, todas com procissão e quermesse.

IGREJA DO SENHOR DOS PASSOS



Foto: da Autora

A Igreja do Senhor dos Passos, construída em taipa de pilão (terra socada), localiza-se na Rua Sete de Setembro, antiga Rua do Oratório, constituindo parte da área tombada como Centro Histórico. Segundo Freire (1997, p. 42), “o Pelourinho, a Matriz, as igrejas do Rosário e Senhor dos Passos assentam os primeiros pontos de tensão em torno dos quais a vila se estrutura e se organiza [...] Entre a igreja do Senhor dos Passos e a

Matriz, paralelamente ao Prainha, abrem-se as primeiras ruas”.

Mendonça (1978) destaca as curiosas referências a esta igreja realizadas por Siqueira:

[...] 1816, no dia 10 de setembro, saiu a Câmara a quebrar os reais escudos, (falecimento de Dona Maria, rainha de Portugal), cuja cerimônia se executou nos largos da Igreja Catedral do Senhor dos Passos e da Praça Real (largo da Mandioca) [...] (SIQUEIRA, apud MENDONÇA, 1978, p. 21).

De acordo com Mendonça (1978), a fundação da igreja do Senhor dos Passos é bastante curiosa, sendo relatada por Moutinho:

[...] José Manoel, português de nascimento, vítima de um ataque de catalepsia, foi ele julgado morto. Amortalhado, conduziram-no à igreja e ali, após encomendação, foi lançado à sepultura, dando-se logo começo ao enterro. Voltando a si teve forças para levantar-se, o que fez fugir a bom correr o coveiro [...] Levantado da sepultura, que era bastante profunda, saiu a custo dela, e fez então voto solene de não despir mais a mortalha, e pedir esmolas durante toda a vida, com as quais ergueria uma capela ao Senhor dos Passos. Como ainda nesse tempo havia devotos em maior abundância, o seu projeto foi facilmente levado a efeito [...] (MOUTINHO, apud MENDONÇA, 1978, p. 21)

Posteriormente, a capela do Senhor dos Passos foi reformada e ampliada pelo bispo Dom Carlos Luiz D'Amour. Nos dias atuais, a Igreja do Senhor dos Passos pertence à Paróquia da Catedral e, por ocasião da Semana Santa, é realizada a procissão da Fugida, da Igreja Senhor dos Passos para a Igreja do Bom Despacho, e a Procissão do Encontro, da Bom Despacho para a Catedral. Nesta igreja não há festividades.

IGREJA DO BOM DESPACHO

Quando foi construído o Seminário da Conceição, em 1858, por D. José Antônio dos Reis, primeiro bispo de Cuiabá, já existia no Morro do Bom Despacho a pequena capela do Bom Despacho, que foi substituída por um novo templo.

A Igreja de Nossa Senhora do Bom Despacho, em estilo neogótico, foi idealizada pelo francês Frei Ambrósio Daydée, sendo o seu construtor o engenheiro francês Léon Joseph Louis Mousnier, que edificou vários templos na América do Sul. A pedra fundamental foi lançada em 8 de setembro de 1918, pelo Arcebispo Dom Carlos Luís D'Amour.

A obra teve alguns períodos de interrupção. Em 1923 chegaram a Cuiabá, provenientes da Bélgica, as telhas para a cobertura e zinco para as calhas e canaletes. Em setembro de 1924 o templo

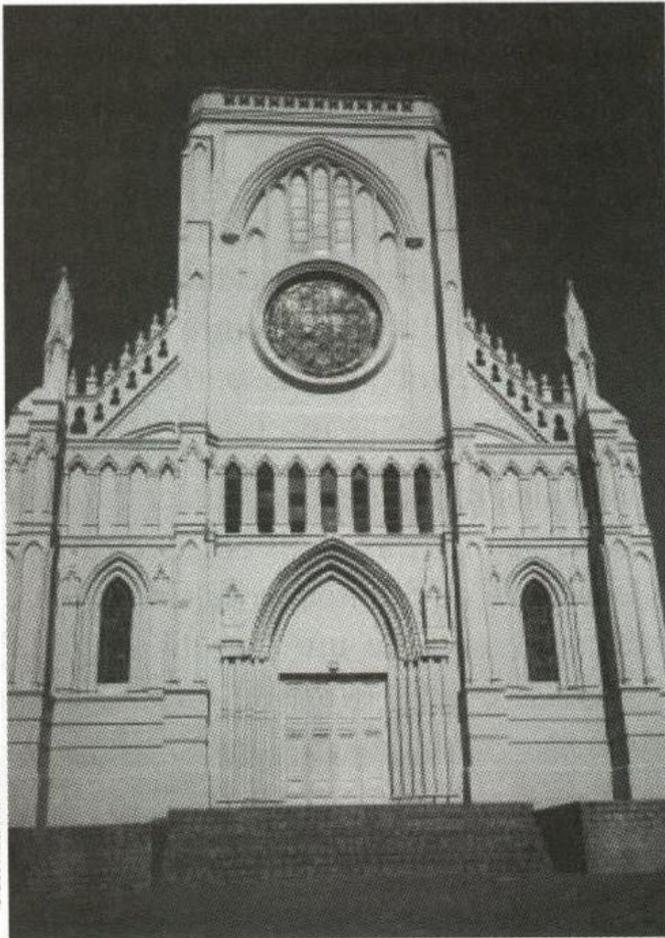


Foto: da Autora

foi tijolado e coberto, com a capela-mor e as duas capelas laterais terminadas. Entre 1955 e 1956, Dom Antônio Campelo de Aragão, Bispo Auxiliar de Dom Aquino Corrêa, deu continuidade ao projeto para concluir a obra (MATO GROSSO, 2004).

Para os que circulam no centro principal da cidade, a Igreja do Bom Despacho é um dos testemunhos mais significativos de sua riqueza arquitetônica. Por este motivo, em 1977, a Igreja de Nossa Senhora do Bom

Despacho e o Seminário da Conceição foram tombados como patrimônio público estadual. Posteriormente, pela Lei n.º 3265 de 11 de janeiro de 1994, a Igreja de Nossa Senhora do Bom Despacho foi declarada como “Símbolo Cuiabano de Tradição e Cultura” do Município de Cuiabá (CUIABÁ, 2000).

Na revista *Contato* de fevereiro de 1982, a matéria denominada “Sacrifício dos templos” (1982, p.12-3) colocou em discussão o fato de a Igreja do Bom Despacho evocar a Notre Dame de Paris e se o projeto, elaborado por Mousnier, previa a construção de uma torre, entrevistando personalidades da época como Maria de Arruda Müller, Luis-Philippe Pereira Leite e Ferreira Mendes.

A professora Maria de Arruda Müller, que esteve presente no lançamento da pedra fundamental da Igreja do Bom Despacho, revelou ter ouvido, muitas vezes, do Frei Daydé, que ele pretendia

construir naquele morro uma igreja idêntica à que existia em sua cidade natal, Chartres, capital do Departamento de Eure-et-Loir, e que foi destruída pelas tropas alemãs durante a invasão à França na Primeira Guerra Mundial (1914/1918).

Segundo Luis-Philippe Pereira Leite, o Frei Daydée pretendia construir um majestoso templo que tivesse um pouco de cada uma das mais famosas igrejas de estilo gótico, entre as quais a Notre Dame de Paris, a de Reims e a de Metz. Por isso, o projeto de Mousnier reuniu algumas características destas igrejas.

O professor Ferreira Mendes fundamentava sua convicção em anotações feitas pelo próprio Mousnier e às quais ele teve acesso por volta de 1943/45, quando lecionava no Seminário da Conceição. Segundo Ferreira Mendes, não se tratava de um projeto, mas de anotações esparsas, numa das quais estava evidente que a igreja seria concluída com uma torre pontiaguda e não aplainada como se encontra.

O arquiteto Alex de Matos, recentemente, analisou o projeto original que previa a construção de uma torre central. Segundo Matos (1998), a igreja nunca foi terminada.

Entre as atuais festividades realizadas na Igreja do Bom Despacho, destaca-se a novena e festa de Nossa Senhora do Bom Despacho, entre os dias trinta de agosto e oito de setembro, em homenagem à padroeira do templo, pois no dia oito se comemora o aniversário natalício de Nossa Senhora, uma vez que bom despacho significa bom parto.

IGREJA DA BOA MORTE



Foto: da Autora

Localizada na Praça Antônio Corrêa, na área do entorno do Centro Histórico, a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte é um bem tombado pela Secretaria de Estado de Cultura.

Segundo Silva (1997), esta igreja foi construída em meados do século XIX pela sociedade formada por negros forros, pardos e escravos, denominada Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte. A Irmandade realizava festas e procissões nos dias 14 e 15 de agosto para angariar esmolas. A igreja foi erigida canonicamente no dia 3 de maio de 1905.

Nos dias atuais, a igreja é dirigida pelos padres franciscanos. Nela é realizada a festa de Santo Antônio, no dia 13 de junho, com procissão, missa campal e quermesse. Como o dia 15 de agosto é dedicado à Nossa Senhora da Glória e da Boa Morte, no sábado mais próximo a esta data é realizada uma procissão e, no domingo, um almoço.

IGREJA PRESBITERIANA



Foto: da Autora

Situada na Rua 13 de Junho, a bela Igreja Presbiteriana, tem estilo neocolonial estadunidense e impressiona os transeuntes por sua imponência em uma rua desfigurada de suas características históricas. Embora a parte interna da igreja tenha passado por reformas, sua fachada, com uma torre em estilo gótico, sofreu poucos alterações.

Nos relatos sobre a Igreja Presbiteriana da capital consta que o primeiro missionário que chegou em

Cuiabá, no ano de 1891, era o Reverendo John Price, acompanhado por sua esposa, ambos enviados pela missão Aliança de Porto Alegre. Posteriormente, em 1899, chegou em Cuiabá, com sua família, o Sr. João Pedro Dias, natural da cidade do Crato-CE que “com sua visão missionária dedicou-se à evangelização e promoveu a vinda da missão Central do Brasil para Mato Grosso” (Boletim Informativo, 2000).

Em 1915, a Missão Presbiteriana Sul do Brasil enviou a Cuiabá dois casais de missionários, o Reverendo Philippe Landes e sua esposa Dona Margarida; e três anos mais tarde, o Reverendo Adão Martin e sua esposa Dona Nettie Oliver. No dia 12 de outubro de 1920, a Igreja Presbiteriana de Cuiabá foi organizada, criando o seu primeiro conselho. A pedra fundamental do templo foi lançada no dia 7 de setembro de 1921. O templo foi construído com o apoio da missão, e a obra foi concluída em 24 de dezembro de 1922 (Boletim Informativo, 2000).

A Igreja Presbiteriana de Cuiabá é uma igreja ligada à Igreja Presbiteriana do Brasil. As datas importantes para a comunidade são lembradas com culto especial, com a presença de um pastor de renome, como no dia 12 de outubro, aniversário da igreja. Outras datas comemorativas são o Natal, o Ano Novo e a Páscoa, quando, além da celebração, os fiéis se confraternizam em um café da manhã.

SANTUÁRIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA



Foto: da Autora

Sobre a pátria morraria
Teu gótico santuário,
Com seu alto campanário,
Que lindo será, Maria!

Das tuas bênçãos, ó pia,
Será riquíssimo erário;
No mar do mundo tão vário,
Nosso porto de alegria.

À sombra dele as crianças,
Nossas róseas esperanças,
Educar-se-ão, ó Senhora;

E os seus sinos, na agonia,
Lembrar-nos-ão, ó Maria,
Que és a nossa Auxiliadora!
(Dom Aquino Corrêa)

De acordo com Mendonça (1978), a história do Santuário Nossa Senhora Auxiliadora está ligada à Missão Salesiana, que chegou à cidade de Cuiabá em junho de 1894, à qual o bispo Dom Carlos Luiz D'Amour confiou a Igreja Paroquial de São Gonçalo.

A Missão Salesiana adquiriu, com o auxílio do Governo, uma chácara para abrigar os alunos internos e externos e iniciou a construção de um colégio que teve uma parte construída antes de 1897. Em outra casa funcionavam quatro oficinas, sendo elas de ferreiro, de carpinteiro, de curtidor e alfaiataria.

Cometti (s.d.) ao descrever a trajetória de Dom Aquino Corrêa, relata que um marco de sua passagem pelo Liceu Salesiano foi o lançamento da primeira pedra e o início da construção do Santuário Nossa Senhora Auxiliadora, em 24 de maio de 1912:

Apesar da pobreza em que se debatia o Liceu, que abrigava grande número de alunos internos gratuitos das Escolas

Profissionais, o Padre Aquino, auxiliado pelos seus irmãos salesianos, quis erigir um templo àquela que era a “estrela de sua vida”. Ao afamado arquiteto salesiano, G. Delpiano, confiara o encargo de elaborar a planta de um templo artístico, em estilo neogótico. E, em seus sonhos de poeta, antevia no morro fronteiro ao Córrego da Prainha, o templo da Virgem Auxiliadora, o seu sonhado Santuário (COMETTI, s/d., p. 93).

Segundo Cometti (s/d, p. 94), “a fim de preparar o terreno onde seria erigido o Santuário, o Padre Malan consentiu que 24 índios bororo, dos mais robustos, viessem ao Liceu Salesiano e aí realizassem o colossal trabalho do desmonte do morro, deixando o terreno aplainado”.

O Santuário de Nossa Auxiliadora foi inaugurado em 15 de abril de 1929, pertencendo à Paróquia de São Gonçalo. Além de estar aberto às celebrações da comunidade, tem como objetivo a formação espiritual dos educandos do Colégio Salesiano São Gonçalo.

A principal comemoração do Santuário Nossa Senhora Auxiliadora é a festa da padroeira, no dia 24 de maio, quando há procissão e missa solene.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dias atuais, vivenciamos uma fase de boas perspectivas no tocante à restauração do patrimônio histórico e cultural, na cidade de Cuiabá. Com o apoio do Governo de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Cultura, a Igreja do Bom Despacho foi restaurada, com recursos doados por uma empresa do sistema financeiro, e reaberta em 30 de agosto de 2004. Nessa tarde, o morro do Bom Despacho se encheu de alegria na cerimônia que reuniu autoridades civis e religiosas e centenas de fiéis que se deslumbraram com a suntuosidade e beleza da igreja.

A Igreja do Rosário está em processo de restauração com recursos provenientes das festas organizadas pela comunidade, das doações de fiéis e de algumas empresas que atuam em Mato Grosso, além dos recursos do IPHAN. Conta ainda com o apoio da Secretaria de Estado de Cultura e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. A Igreja do Senhor dos Passos também encontra-se em processo de restauração.

A análise realizada permite concluir que as igrejas constituem importantes referenciais da paisagem urbana, revelando que o centro principal, bem como o bairro do Porto, são espaços ricos em história e memória, onde o novo e o moderno convivem com formas antigas, herdadas de outras gerações.

Entre as dificuldades para o estudo das igrejas destaca-se a falta de fontes escritas. Mesmo as igrejas que passaram por reformas ou obras de conservação recentes, não possuem registros dos projetos e de seus respectivos autores. Algumas informações têm sido transmitidas oralmente e, muitas vezes, apresentam versões diferentes.

Constatou-se que, mesmo em meio a um certo abandono em que se encontra o Centro Histórico e as áreas do entorno, os cidadãos buscam as referências da cidade neste patrimônio cultural, onde se sobressaem, majestosamente, as igrejas.

As festas religiosas têm grande significado para a identidade dos cidadãos cuiabanos, pois elas representam o momento de reencontro com os amigos, principalmente porque, com a expansão urbana da cidade, muitos moradores venderam suas casas localizadas no centro ou em suas imediações, afastando-se geograficamente das igrejas que constituem espaços de fé, de memória e de convívio social.

A alegria dos cidadãos cuiabanos é contagiante e encontra nas festas religiosas um momento de grande expressão. São alvoradas, queima de fogos, celebrações solenes, missas de madrugada, “chá-cô-bolo”, quermesses, procissões, andores enfeitados, flores repartidas

entre os fiéis ao final de cada procissão, lembranças do seu padroeiro, fé que alimenta o espírito na trajetória da vida.

Conclui-se que, no contexto do patrimônio cultural de Cuiabá, as igrejas se destacam como importantes atrativos turísticos, tanto pela beleza e imponência, quanto pelas festas realizadas, as quais são visitadas por milhares de pessoas. Esse patrimônio, além de seu legado cultural, pode contribuir para o desenvolvimento de atividades econômicas relacionadas ao turismo.

NOTAS

¹ Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professora de Geografia Urbana do Curso de Graduação em Geografia e do Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

² Póvoas (1995) informa que a Catedral possui 58 m de comprimento por 22 de largura, tendo a nave 20 m de altura e as torres, 40 m. O projeto da catedral foi elaborado pelo arquiteto especializado em arte sacra, Benedito Calixto de Jesus Neto, autor do projeto da Basílica de Aparecida, SP.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de A. Sobre a memória das cidades. **Território**, Rio de Janeiro: LAGET, ano III, n.4, p. 4-26, jan./jun. 1998.

ALINCOURT, Luiz d'. **Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá** [por] Luiz d'Alincourt; prefácio de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

ASSIS, Doralice G. **Conscientizar para preservar**. Secretaria de Estado de Cultura. Coordenadoria de Preservação Cultural. Cuiabá: SEC, 1997.

BOLETIM INFORMATIVO. Igreja Presbiteriana de Cuiabá. **Boletim Informativo**, n. 1656, out., ano XXII, Cuiabá, 2000.

BRANDIS, Dolores; DEL RÍO, Isabel. La dialéctica turismo y médio ambiente en las ciudades históricas: una propuesta interpretativa. **Ería – Revista Cuatrimestral de Geografía**. n. 47, Oviedo, 1998, p. 229-240.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

CASTILHO, Elizethe Rosa. **Patrimônio histórico – uma questão de identidade**. Secretaria de Estado de Cultura. Coordenadoria de Preservação Cultural. Cuiabá: SEC, 1997.

COMETTI, Pe. Pedro. **Dom Aquino Corrêa: Arcebispo de Cuiabá – vida e obra**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, s.d.

CUIABÁ de todos os santos e de todas as cores. **O Estado de Mato Grosso**. Cuiabá, 9 mar. 1969. Suplemento dominical.

FESTA do Senhor Divino 2002. Catedral Basílica Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Ano 03, n. 03. Cuiabá, 2002.

FREIRE, Júlio De Lamônica. **Por uma poética popular da arquitetura**. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

FREITAS, Moacyr. Capela de São Gonçalo do Porto. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**. Tomo CXLV, Ano LXIX, p. 107-116. Cuiabá: IHGMT,

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito**. Cuiabá: 14 SR/18 Sub-Regional do IPHAN/MT, 2001.

MARQUES, Helder; MARTINS, Luís. Memória, herança, patrimônio e paisagem. Coimbra: **Cadernos de Geografia**, n.17, p.123-129, 1998.

MATO GROSSO. **Recuperação do Patrimônio Histórico – Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho.** Cuiabá, Secretaria de Estado de Cultura, 2004.

MATOS, Alex. **A Igreja do Bom Despacho – arquitetura e simbolismo.** Cuiabá: Grafite, 1998.

MENDONÇA, Rubens de. **Igrejas & sobrados de Cuiabá.** Cuiabá: Prefeitura Municipal de Cuiabá, Secretaria Municipal de Cultura, 1978. (Cadernos cuiabanos – 7)

MÜLLER, Maria A.; RODRIGUES, Dunga. **Cuiabá ao longo de 100 anos.** Cuiabá, 1994.

PÓVOAS, Lenine C. **História geral de Mato Grosso: dos primórdios à queda do Império.** vol 1. Cuiabá: L.C. Povoas, 1995.

REIS, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp, 2000. (Uspiana – Brasil 500 Anos)

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e religião: uma abordagem geográfica.** Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 1996.

ROSENDAHL, Zeny. **Hierópolis: o sagrado e o urbano.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

SÁ, Joseph Barboza de. **Relação das povoações do Cuyabá e Mato Groso de seos princípios thé os presentes tempos.** Cuiabá: Edições UFMT, 1975. (Coleção: Ouro ou Mel)

SACRIFÍCIO dos templos. **Contato.** Cuiabá ano IV, n. 29, p.11-15, fev. 1982.

SILVA, Paulo Pitaluga C. In: SILVA, Paulo P. C.; FREITAS, Moacyr. **Gravuras cuiabanas.** Cuiabá: M.E. Cardoso, 1997.

STEINEN, Karl Von Den. **O Brasil Central: expedição em 1881 para a exploração do rio Xingu.** Tradução de Catarina Baratz Cannabrava. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

TROITIÑO VINUESA, Miguel A. El turismo en las ciudades históricas. **Polígonos – Revista de Geografía**. nº 5. León: Departamento de Geografía, Universidad de León, 1995, p.49-65.

TROITIÑO VINUESA, Miguel A. Turismo y desarrollo sostenible en ciudades históricas. **Ería – Revista Cuatrimestral de Geografía**. n. 47, p. 211-227. Oviedo: Departamento de Geografía, Facultad de Geografía e Historia, 1998a.

TROITIÑO VINUESA, Miguel A. **Paisaje urbano y patrimônio Cultural: el centro histórico de Cuenca. Paisaje y medio ambiente**. Valladolid: Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones, 1998b, p.117-135.

A PROPÓSITO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

Um breve resgate histórico

*Elizabeth Madureira Siqueira**

Chapada dos Guimarães, durante os períodos colonial e imperial, manteve estreita relação com Cuiabá, município do qual fazia parte. Recordar historicamente o percurso de Chapada constitui um exercício indispensável para a compreensão dos primórdios da trajetória histórica de Mato Grosso.

O território atual da Chapada data de muitos séculos atrás. Ali foi registrada a presença de uma população ágrafa que deixou, na parede das cavernas, inúmeros registros de sua presença. Segundo Rosa:

As gravuras e pinturas rupestres nos sítios Bicho Morto, Morro Só, Letreiro dos Bugres, Pedra Preta, Frei Kanuto, Abrigo da Sede, Corda Sem Fim, Gruta da Lagoa e Xavier, embora ainda não estudadas sistematicamente, dificilmente revelar-se-ão estranhas à presença de grupos humanos organizados, há cerca de 11 mil anos, no Vale do São Lourenço ao Cuiabá/Coxipó.¹

Considerando que o território mato-grossense entrou oficialmente para a História nacional no ano de 1719 isso não significa que a presença de colonizadores na região não tenha ocorrido. Especificamente no que se refere ao território da Chapada, um registro datado de 1779, conta que os bandeirantes paulistas teriam palmilhado, anteriormente a 1719, o território da Chapada:

Notícias que me participou muitas vezes Antônio Pires de Campos, o velho[...] que fora ele dito Antônio Pires, sendo de idade de quatorze anos, com seu pai Manuel de Campos, que era o Cabo que governava a tropa de sessenta homens armados[...]. Da cachoeira da Chapada, sítio que é hoje de Martinho de Oliveira Gago, dizia o dito Antônio Pires que

partiram [...] Vila do Cuiabá, em 27 de agosto de 1769. Antônio do Prado Siqueira.²

Os achados auríferos ensejaram a formação do arraial da Forquilha, às margens do rio Coxipó-Mirim, no ano de 1719. Somente três anos depois é que foram descobertas as Minas do Cuiabá, onde se concentrou um número expressivo de mineradores que, com seus escravos (índios e negros), iniciaram a formação do centro urbano de Cuiabá.³ O abastecimento de gêneros alimentícios para sustento desta população se deu através das fazendas de lavoura situadas em Rio Abaixo (Santo Antônio do Leverger) e Serra Acima (Chapada dos Guimarães).

De Cuiabá, o acesso à Chapada se fazia primitivamente através de uma estrada que contornava uma grande serra, a que os moradores das Minas do (rio) Cuiabá denominavam de Serra de São Jerônimo. Conta-nos Augusto Leverger, o Barão de Melgaço, como esta, também conhecida como Serra da Canastra, tomou a denominação de São Jerônimo:

[...]refere-se o Padre José Manuel de Siqueira, que Antônio Pires de Campos, Bartolomeu Bueno da Silva, com numerosa comitiva, foram naquelas paragens acometidos de uma grande tempestade: abrigaram-se no morro da Canastra e acolhidos nas suas cavidades, por ocasião dos relâmpagos, bradaram por São Jerônimo: ficando denominados até o presente (séc. XIX) serras e morro de São Jerônimo.⁴

A denominação primitiva, Canastra, deveu-se a um vocabulário indígena que significava “tatu canastra” ou ainda “tatu açu” que, segundo Antônio João de Jesus e José Guilherme A. Lima, advinha da expressão bororo *Bokodóri-ri*.⁵ As serras da Chapada foram conhecidas indiferentemente como Canastra ou São Jerônimo, e a elas se referiam tanto os habitantes do século XVIII como os do XIX. Até hoje, a última denominação é que impera no vocabulário mato-grossense.

Habitada inicialmente por índios, especialmente Bororo e Bakairi, a Chapada dos Guimarães ganhou colonização branca a partir da subida de parte da população de Cuiabá para a região serrana, onde passou a cultivar mandioca, milho, feijão, açúcar e até mesmo café. O clima de temperaturas bem mais baixas que aquela imperante na baixada cuiabana, propiciou o povoamento da região. O primeiro colono a se instalar Serra Acima foi Antônio de Almeida Lara, que ali desenvolveu agricultura de subsistência, montou engenhos de farinha e cana-de-açúcar, cuja produção serviu para abastecer as minas do Cuiabá por quase todo o período colonial.⁶ Não somente Lara, mas muitos outros paulistas se apossaram de grandes possessões de terras que, mais tarde, foram regularizadas através das cartas de sesmaria.

Rosa registra a presença de Almeida Lara em território chapadense desde 1720, tendo ele sido para ali atraído pelos achados auríferos encontrados junto aos ribeirões Queimado, Inferno, São João e Santo Antônio, que bordejavam a serra. Foram eles explorados entre 1719-1729, tendo, depois, ao que tudo indica, recebido outras denominações.⁷

Segundo Ferreira, a sesmaria concedida a Antônio de Almeida Lara denominava-se Buriti Monjolinho, com sede edificada no lugar onde encontra-se atualmente a Escola Evangélica de Buriti. O sesmeiro dotou a propriedade de engenho de cana-de-açúcar e, a seu mando, inúmeros escravos deitaram sementes de cereais em terras chapadenses.⁸

A presença dos engenhos de Lara na região da Chapada foi confirmada por Antônio Cabral Camelo, quando considerava que, no ano de 1734, havia encontrado na região mineira apenas “um único engenho, dez ou doze léguas distantes da Vila, no sítio onde chamam a Chapada”.⁹

O engenho Buriti foi visitado, no século XIX, pela Expedição russa Langsdorff, cuja memória foi escrita por Hercules Florence:

No dia 1º de maio de 1827 partimos para a vila de Guimarães. Em caminho fomos visitar a fazenda do Buriti, de cana-de-açúcar e pertencente a uma velha chamada D. Antônia, a qual chegou ao mesmo tempo que nós, vindo de Cuiabá. Viajava de um modo novo para nós, carregada por dois negros numa rede suspensa a uma grossa taquara de Guariovoca. De muda iam outros dois pretos aos lados. Acocorada nessa rede e a fumar num comprido cachimbo, vinha ela seguida de negras e mulatas, todas vestidas limpamente e carregando à cabeça cestos, trouxas e roupas, vasilhas de barro e outros objetos comprados há pouco. O administrador, que era irmão dela, e o feitor adiantaram-se ao seu encontro, e os negros e negras que haviam ficado em casa se chegaram para dar louvado.¹⁰

Florence descreve a sede da fazenda:

[...] composta de uma vasta sala ao rés-do-chão que serve de sala de recepção, de jantar, além da cozinha. No fundo, ficam o engenho ou moinho de moer cana e a grande pipa para recolher a aguardente de cana; à esquerda as formas para refinar o açúcar bruto. D. Antônia tem sua rede armada perto da porta de entrada, à direita: ali passa ela os dias a fumar e dirigir o trabalho das pretas e mulatas.¹¹

Esse engenho, possivelmente, pertenceu a Antônio de Almeida Lara. Paulo Pitaluga Costa e Silva traçou uma excelente biografia de Antônio de Almeida Lara, através da qual se obtém um resumo do percurso e das atividades desse sertanista em terras do Mato Grosso colonial:

Paulista, filho de João Raposo da Fonseca Leme e de Maria de Lara e Almeida. Ainda jovem acompanhou a bandeira de seu tio Sebastião Pinheiro da Fonseca Raposo aos sertões de Minas Gerais. Andou ainda nas Minas Gerais entre 1713 e 1719 na extração de ouro. Seguiu para o Piauí e regressou para São Paulo. Em 1720 estava chegando a São Gonçalo Velho, nas minas cuiabanas. Em 6 de novembro de 1720, assinou um Termo dos bandeirantes pioneiros, arranchados ainda no arraial de São Gonçalo Velho, às margens do rio

Coxipó, pelo qual Fernando Dias Falcão é aclamado Cabo Maior e Pascoal Moreira Cabral confirmado como Guarda-Mor das Minas. Minerou em local denominado Arraial Queimado, cujas minas ele próprio descobriu. [...] No ano de 1726 fez uma entrada pelo rio Parnaíba, combatendo índios bravios e nesse mesmo ano obteve a patente de Brigadeiro da Infantaria das ordenanças de Cuiabá. A 1º de janeiro de 1727, assinou a Ata de elevação do arraial de Cuiabá à categoria de Vila, em cerimônia presidida pelo Capitão-General Rodrigo César de Menezes. Nesse mesmo ano, hospedou em sua casa, em Chapada, o Ouvidor Antônio Alves Lanhas Peixoto que ficou algum tempo caçando perdizes, longe dos problemas criados pelo Capitão General Rodrigo César de Menezes. Em 1728 enviou duas canoas de guerra e algumas de carga para a região pantaneira dos Guató, onde se havia encontrado mudas de cana-de-açúcar. Depois de dois meses a expedição retornou trazendo as mudas, que foram plantadas em seu sítio em Chapada. No ano seguinte de 1729, montou o Brigadeiro Lara o primeiro engenho de cana desses sertões, a que chamavam alambique. Muitos de seus escravos roubavam mudas de suas canas e vendiam-nas em Cuiabá a duas a três oitavas de ouro cada. Em breve, vários proprietários rurais possuíam seus canaviais. A aguardente assim produzida em Chapada era vendida em Cuiabá a seis oitavas o frasco e quarenta oitavas as "frasqueiras". Pelas provisões de 12 e 19 de julho de 1730 foi nomeado Regente do Governo Militar e Guarda-Mor das Minas de Cuiabá, respectivamente. Em abril de 1731 capitaneou expedição formada para combater os índios Paiaguá, pelo rio Paraguai abaixo, composta de trinta canoas de guerra e cinquenta de carga, com cerca de 400 homens bem armados inclusive com pequenas peças de artilharia. Essa expedição conseguiu destruir as aldeias de Tabatinga e Saracuses, já em pleno território castelhano. Pelas crônicas, era excessivamente bárbaro e impiedoso para com os índios, chegando a cortar as mãos dos prisioneiros. Pelos seus serviços de combate aos índios Paiaguás, foi louvado por Carta Régia de 27 de outubro de 1732. Nesse ano de 1732, em Cuiabá, em 17 de julho formou Antônio de Almeida Lara uma

sociedade de mineração para realizar o encanamento das águas do ribeirão Mutuca, para lavrar ouro no local denominado Jacé, a uma légua de Cuiabá. Chegou mesmo a iniciar os trabalhos, mas as dificuldades foram imensas e teve que abandonar o serviço. A 22 de dezembro de 1733, em obediência ao determinado pelo Capitão-General de São Paulo, em correspondência a ele dirigida de 19 de agosto desse ano, determinou a prisão de todos os ourives que exerciam a sua profissão em Cuiabá, remetendo-os em seguida para São Paulo. Em 1734 participou de nova expedição comandada pelo Tenente-General Manoel Rodrigues de Carvalho contra os Paiaguá, armada às sua custa e de outros importantes e ricos moradores da vila de Cuiabá. A expedição era composta por 28 canoas de guerra, 80 de bagagem e 842 homens fortemente armados e era comandada pelo Tenente General Manoel Rodrigues de Carvalho. Desceram o rio Cuiabá até o Paraguai e adentraram por uma grande baía onde deram com uma aldeia Paiaguá. Atacaram os índios que foram totalmente dizimados. Após o combate contaram mais de 600 mortos e fizeram 266 prisioneiros. Na expedição morreram 2 negros e um mulato, mortos acidentalmente pelo disparo de fogo amigo. Ainda em 22 de março de 1735, recebeu o título de Brigadeiro Regente das Minas do Cuiabá. Em 1736 muitas pessoas da vila de Cuiabá estavam pretendendo mudar-se para as novas minas do Mato Grosso. O Brigadeiro, com isso, a 2 de maio de 1736, viajou para o rio Sararé com a finalidade de repartir as minas entre os mineiros, e muitos o acompanharam, apesar de tê-los impedido de viajar. Essa expedição do Brigadeiro foi comandada pelo sertanista Francisco Xavier de Sales, e pela primeira vez se realizou uma viagem terrestre de Cuiabá até o rio Paraguai, chegando aonde posteriormente foi fundada Vila Maria, hoje Cáceres. Em 1737 ainda continuava nas Minas do Mato Grosso ocupado em suas funções de repartir as datas aos mineiros e arrecadar os quintos de ouro devidos à Coroa. Em 1738, estando em São Francisco Xavier, tendo recebido notícia da existência de Missões Jesuíticas, mandou pequena expedição para averiguar, expedição essa comandada por Antônio de Almeida Moraes, que terminou por descobrir as

minas do Corumbiara. Em 1738 estando doente, foi substituído no cargo de Guarda-Mor das Minas de São Francisco Xavier por Salvador de Espinha. Retornou para Cuiabá por volta de 1739, depois de passar quase três anos pelas Minas do Mato Grosso. Por toda a década de 40, passou entre sua residência em Cuiabá e sua propriedade rural e engenho de aguardente em Santana de Chapada. Faleceu solteiro em 1750 em Cuiabá, deixando, todavia, um filho natural, por ele reconhecido, chamado Sebastião Pinheiro Raposo.¹²

Comungamos da tese que concebe o povoamento da Chapada não somente pela instalação de grandes propriedades agrícolas, teria também vicejado graças à mineração, pois em seu território proliferavam ribeiros, ribeirões e muitos rios. Especialmente junto ao rio Quilombo e em quase toda a sua extensão proliferavam pequenas jazidas diamantíferas. Conta-nos Hercules Florence, que visitou a região do Quilombo na viagem que fez, em 1827, à Chapada que:

[...]o terreno está cheio de seixos grandes e miúdos: é a matriz ordinária ou canga em que se encontram os diamantes. Estivemos uma hora parados perto de mineiros ocupados em catar a preciosa gema. Vêem-se muitas canoas ao longo de um filete d'água. Dá-se o nome de canoa a um paralelogramo de cinco pés de comprimento sobre três de largo, de terra batida, e junto a um córrego, riacho ou lagoa: tem a superfície em declive e os lados, com exceção do que é formado pela água, fechados por toros de pau deitados, que servem de encaixe.

O trabalhador cava grandes buracos quadrados e aos poucos transporta para a canoa o cascalho, sobre o qual atira um bocado de água para que esta ao escorrer carregue a terra solta para o córrego e deixe o monte mais limpo. Então coloca uma pequena porção desses seixinhos na beira da bateia (alguidar redondo de pau e fundo cônico, com 18 a 20 polegadas de diâmetro sobre três de altura) e começa a agitar circularmente a água, de modo que esta, lambendo o cascalho, leva a menor porção possível, a fim de depositar no fundo e

deixar ver os diamantes, se os houver, por pequenos que sejam.¹³

O expedicionário francês acusou a existência de um importante morador da região do Quilombo, Domingos José de Azevedo, homem rude e de poucas falas, que confessou-lhes esconder a mulher num porão, quando tinha de se ausentar. Essa prática horrorizou o viajante que, a partir do conhecimento físico deste cativo, referiu-se a Azevedo como pessoa que não merecia maiores comentários.¹⁴

Por causa dos garimpos, o trânsito pela Chapada se tornou cada vez mais freqüente, porém os mineiros sequer construía residências fixas, mas apenas ranchos móveis que lhe propiciavam uma migração rápida quando do esgotamento dos veios. Tornava-se essencial, para abastecer essa população itinerante, a carne de gado e transporte fácil em montaria. Uma estrada foi aberta para Goiás que, partindo de Cuiabá, seguiu pela Chapada, atravessando-a e tomando o rumo de Vila Boa (GO), passando pelo Rio Manso. Esse caminho fora mandado abrir durante o período colonial, mais precisamente no ano de 1721.

As minas cuiabanas foram palmilhadas, inicialmente, pelos bandeirantes paulistas, tendo como base as monções, que eram expedições eminentemente fluviais e que impossibilitavam o transporte de animais de grande porte, como bovinos e cavalares. Para as comunicações internas, os caminhos por terra eram muito freqüentes e por eles eram conduzidos animais e mercadorias de que necessitavam os mineradores.

A abertura de uma comunicação terrestre entre Mato Grosso e Goiás, e de lá para Povoado (SP), fora pensada pelos capitães-generais da capitania de São Paulo, da qual Mato Grosso fez parte até o ano de 1748. Bartolomeu Pais de Abreu, em carta datada de 28 de outubro de 1721 e endereçada ao governador da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses dispunha-se a abrir uma estrada de terra através da qual se pudesse conduzir gado:

[...]quer o suplicante à sua custa e sem prejuízo da Fazenda Real, nem opressão dos vassallos, fazer o dito caminho, concedendo-lhe por nove anos meter ele suplicante e seus sócios gado para o sustento dos mineiros e mais gente que concorrer para aquele distrito [de Cuiabá] e para este feito se propõe o suplicante a explorar as campanhas à sua custa, levando gente e gado, com o mais necessário à despesa.¹⁵

A concessão desse tipo de privilégio assustava as autoridades coloniais que viam nessa alternativa mais uma forma de se lesar a Coroa portuguesa, pois o desvio do ouro, em pó ou em pepita, era muito recorrente nesse tipo de trajeto. Por outro lado, mesmo colocando alfândegas secas no curso das estradas terrestres, os desvios poderiam ser abertos em picadas, a fim de ludibriar as autoridades fiscalistas. Somava-se a esses problemas o perigo dos ataques indígenas, especialmente da nação Caiapó, muito freqüentes nos entornos dos caminhos terrestres.

O pedido de Bartolomeu Pais de Abreu foi negado por Rodrigo César, que postergou o privilégio ao início do ano de 1722, concedendo-o, desta feita, ao sertanista Manuel Godinho de Lara, que não chegou a cumprir a tarefa a que se propusera. Quatro anos depois, Rodrigo César de Meneses comunicava ao rei de Portugal o resultado desse esforço, desta vez sob a direção de outro sertanista:

Pelo caminho que mandei abrir para as Minas do Cuiabá pelo Sargento-Mor Luís Pedroso de Barros, se há este ano de introduzir gado e cavalgadas, sendo a primeira pessoa que se anima a levá-lo o Mestre de Campo Manuel Dias da Silva, sobrinho do dito Sargento-Mor.¹⁶

Os contratadores, na abertura desses caminhos, obtinham da Coroa Portuguesa vantagens no arrendamento, uma vez que cobravam altas taxas dos transeuntes. Esse tipo de atividade, certamente, era objeto de muita disputa. Os tropeiros que transitassem pela estrada levando gado, fazendas de secos e molhados ou escravos deveriam pagar taxa correspondente ao imposto fixado pela Coroa

Portuguesa. Uma parcela dessa arrecadação cabia à Fazenda Real, e sua fatia maior, aos arrendatários.

Segundo Rosa, o caminho por terra, ligando Cuiabá a Vila Boa de Goiás, somente foi concretizado em 1736-37, o que favoreceu a intensificação do trânsito entre Cuiabá e Chapada, pois o referido caminho:

[...]se abriu [...]cortando a oeste, atravessando as cabeceiras do rios Claro, Pilões e depois a do Bacairi e Mortes, fazendo estrada ao norte da cordilheira, a qual se atravessa para o sul e se busca o rio Cuiabá pela sua cabeceira. Haverá nesta derrota três meses de jornada, em que não há mais perigo que o do gentio Caiapó.¹⁷

Esse citado caminho atravessava toda a Chapada, seguindo, em território mato-grossense, o curso dos rios Cuiabá até o Manso e, deste, atingindo o Araguaia.¹⁸ Seu trajeto regular passou a ser oficialmente percorrido a partir dos primeiros anos de 1730, momento em que entrou nas Minas de Cuiabá grande quantidade de gado vacum e cavalar.

Rosa resgata, a partir de informações contidas no Anal de Vila Bela, informações sobre a frequência de sertanistas e comerciantes nesse caminho terrestre:

Indo com cinco dias de viagem ao novo descobrimento do Mato Grosso[...], me veio a notícia de ter chegado à Vila [do Cuiabá] o Capitão Antônio de Pinho e Azevedo de volta das Minas dos Goiases para onde tinha partido em junho do ano passado com o emprego de abrir caminho destas para aquelas, o que muito se dificultava por ser sertão povoado de numeroso gentio[...]; este caminho há de servir de grande utilidade à Fazenda de Vossa Majestade[...] e pelo mesmo caminho me conta vieram 400 e tantos cavalos, de que havia grande necessidade nestas terras.¹⁹

Esta estrada precária, aberta durante o período colonial, sofreu melhorias durante o Império. Uma dificuldade se colocava historicamente: a resistência indígena.

Na mesma proporção em que os colonizadores buscavam ampliar o seu espaço de atuação – espaços de mineração, de agricultura e comércio – os índios reagiam à invasão de seus territórios. Esclarecedora desse embate é a fala de Joaquim José de Oliveira, datada de 1849, quando lutava, mesmo sem saber contra que nação indígena, para a “desobstrução” da antiga estrada pra Goiás:

Por participação do comandante do destacamento da Estiva fui informado de se haver retirado para um engenho vizinho o morador do lugar denominado Roncador, por ter sido ameaçado no 13 do mês próximo passado pelos índios bravios, que lhe mataram algumas criações, segundo a expressão daquele comandante. Como na estação seca são freqüentes as correrias desses índios, acabo de mandar reforçar as praças dos três destacamentos de linha estacionados na estrada desta cidade para Goiás, nos pontos da Estiva, do Sangrador e do Rio Grande; não me parecendo que o acontecido com esse indivíduo que agora morava no Roncador, e que não é a primeira vez que corre dos índios, por já havê-lo anteriormente feito de outro lugar, fosse suficiente para justificar a saída de uma bandeira contra índios, cuja nação não se conhece bem por dizerem uns ser a dos Coroados e outros a dos Caiapós.²⁰

Os novos trajetos deveriam ser largos e confortáveis, pois seriam trafegados por carros de bois, condutores de pessoas, animais e mercadorias. Nessa medida, não só os territórios indígenas iam sendo cada vez mais reduzidos – pelo alargamento das estradas – mas sua população era desalojada sumariamente devido à instalação de fazendas ao longo delas que faziam as vezes de pouso e reabastecimento dos viajeiros. Considerava o Presidente da Província Joaquim José de Oliveira:

Finalmente foram destacados 15 guardas para reforço da guarnição desta cidade, já diminuta e ainda ultimamente desfalcada por ter-se restabelecido o destacamento da Estiva e aumentado o número de praças do Rio Grande para a proteção dos viajantes na estrada de Goiás. O destacamento do Sangrador Grande, na mesma estrada, tendo sido no decurso do ano passado inquietado pelos índios, foi também convenientemente reforçado.²¹

Os grandes proprietários de terra e de escravos não somente financiavam bandeiras para extermínio indígena e para desmantelamento dos quilombos, mas investiam, também, na abertura de estrada carroçáveis. Exemplares foram as ações implementadas pelo Tenente-Coronel João José de Siqueira, que mantinha às suas expensas uma propriedade de terra na região do Buriti, antigo território onde Antônio de Almeida Lara montara seu empreendimento em 1726, pois ele, na segunda metade do século XIX (1864), se propôs a abrir uma estrada larga interligando Cuiabá à Chapada:

A nova estrada que se dirige desta capital à freguesia da Chapada, atravessando o Coxipó no lugar denominado Jurumirim e a Serra da Bocaina – da Cilada – e que pode ser considerada como geral, por fazer parte da que vai ter à província de Goiás, foi contratada pela Tesouraria da Fazenda com o Tenente-Coronel João José de Siqueira em 7 de março de 1860, como se vos declarou no Relatório da Presidência de 3 de maio seguinte, obrigando-se o arrematante a concluí-la no prazo de dois anos, e ficando sujeito a pagar no caso de falta, a multa de um conto de réis, além de repor o que tivesse recebido adiantadamente. Essa estrada deveria, segundo o contratante, ser construída com o declive próprio para dar livre trânsito a carros, ter a largura de 40 palmos, exceto na subida da serra, onde poderia ser reduzida a 30, além de uma zona de 30 palmos e roçada de ambos os lados onde houvesse mato, e compreender a fatura de pontilhões nos córregos e lugares onde fossem necessários para desviar as águas do caminho ou dar-lhes esgoto, menos as pontes do Jurumirim e Aricá.²²

Essa ligação era muito importante, pois seria a primeira etapa para se chegar a Goiás. O empenho do Tenente-Coronel Siqueira se justificava ainda mais, pois a estrada por ele planejada e executada passaria defronte à sua propriedade, no Buriti:

[...]Que outro ramal dirige-se ao Engenho do Buriti, propriedade do arrematante e daí à freguesia, tendo cada um dos dois a extensão de 7 milhas, com pequena diferença. Que o primeiro ramal, atravessando terrenos mais acidentados e cobertos na sua maior parte de matas virgens é considerado pela comissão, no caso de ser abonado, preferindo-se o do Buriti, que é mais plano e de menos dispendiosa a conservação.²³

O empenho das elites mato-grossenses na concretização da referida estrada levou os seus segmentos políticos a reivindicarem esse benefício ao Imperador, que enviou verbas para a Tesouraria Provincial, contribuindo para atender aos gastos com a sua finalização:

Além disto consignou a Lei provincial nº 12, de julho de 1861, para adjutório da obra, a quantia de oito contos de Réis, e a de 11 de julho de 1862, nº 10, de quatro contos de Réis para as obras da estrada de Serra Acima.²⁴

Os custos previstos pelo Tenente-Coronel Siqueira foram simbólicos – 9 contos de Réis – o que foi caracterizado pela Comissão de avaliação da entrega da referida estrada, em 1865, como um gesto de civismo:

Finalmente, que a Comissão aprecia e menciona como dignos de louvor a abnegação e patriotismo, de que deu prova o arrematante que, paralisando por muito tempo os trabalhos de sua importante lavoura, que aliás proporcionava-lhe avultados rendimentos, contratou e concluiu as obras da nova estrada com uma constância e dedicação que o tornam merecedor de toda a sorte de benevolência.²⁵

Além de ter aberto a estrada, João José de Siqueira propôs, durante um ano, conservá-la, o que foi motivo de maiores elogios por parte de seus pares:

Cumpro o agradável dever comunicando a V. Ex^a o patriótico procedimento do Tenente-Coronel João José de Siqueira acerca do objeto deste título, quero falar do encargo a que ele se propôs de conservar por um ano, a contar de março do ano passado, e posteriormente pelo tempo que durar a guerra com o Paraguai, como consta dos ofícios deste cidadão, que existem no arquivo da Presidência. Tanto patriotismo e abnegação de interesses recomendam a gratidão pública o referido cidadão.²⁶

A abertura da estrada para Goiás redundou em questão muito discutida durante todo o século XIX: a que dizia respeito à questão limítrofe. Desde o ano de 1854, Augusto Leverger, o futuro Barão de Melgaço, já externava essa preocupação:

Pendem porém de decisão da Assembléia Geral Legislativa a fixação dos limites com a Província de Goiás, a qual reclama como seu não só o território da freguesia de Santana do Paranaíba, como também o território entre o Araguaia e o Rio das Mortes, na conformidade de um convênio feito entre os governos desta e daquela província em 1º de abril de 1771. Naquele tempo era mal conhecida a direção do Rio das Mortes, que tem, como sabeis, por galho principal, o Rio Manso, cujas cabeceiras distam menos de 20 léguas desta capital. Basta essa exposição para conhecer-se o inconveniente de ser linha divisória o dito Rio das Mortes: se assim fosse decretado, teríamos de mandar retirar os destacamentos do Rio Grande, do Sangrador e da Estiva, ficando a polícia daquele sertão a cargo da Província de Goiás.²⁷

A partir desse alerta estratégico, o percurso da referida estrada passou a ser pensado, tal como eram as múltiplas fronteiras mato-grossenses, enquanto espaços guardiões do território:

Seria também muito útil um destacamento intermediário entre o Rio Grande e o Sangrador, na estrada de Goiás. Pequenas colônias militares seriam ainda preferíveis, mas a mingua de recursos, particularmente a falta de gente que ponderei,

tratando da força pública, não permitem que por hora cuidemos em tais estabelecimentos.²⁸

Foi a abertura de vias de acesso a Mato Grosso que colaboraram, em grande medida, para a fixação e colonização de seu território.

Das Estradas de terra às Propostas de Ferrovia

Durante o período em que as Minas do Cuiabá pertenceram a São Paulo – 1719-1748 –, muitas sesmarias foram requisitadas pelos moradores da região mineira, que receberam as chamadas “datas de terra” das mãos do governador de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, em caráter ainda provisório, quando este passou a residir na Baixada Cuiabana – 1726-1727. Os pedidos foram inúmeros, tanto em Cuiabá como nas regiões contíguas a Santo Antônio do Rio Abaixo (hoje Santo Antônio do Leverger) e, sobretudo, na da Serra de São Jerônimo, a que os colonos já denominavam Chapada, visto a abundância desse acidente geográfico.

Quando foi criada a Capitania de Mato Grosso independente da de São Paulo – 9 de maio de 1748 –, outras cartas de sesmaria foram concedidas pelo primeiro capitão-general, D. Antônio Rolim de Moura. Os demais governantes, tal como ele, concederam iguais cartas de data de terra, a merecerem posterior confirmação por parte do Conselho Ultramarino. Dessas, poucas conseguiram a titulação régia, documento importantíssimo para que o proprietário fosse legal e oficialmente proprietário da terra, podendo legá-la a seus herdeiros ou devolvê-las caso não deixasse descendência.

Foi com a chegada de D. Antônio Rolim de Moura que a região da Chapada passou a ser alvo de maior discussão, pois trouxe ele, em sua comitiva, dois padres jesuítas. Ao primeiro, Estevão de Castro, incumbiu da instalação de uma aldeia de índios, tendo sido a Chapada a região por ele escolhida, apesar das divergências da

maioria das autoridades locais; o outro clérigo foi com o governador para a região do Guaporé, onde se pretendia fundar a primeira capital da Capitania, Vila Bela da Santíssima Trindade.

Quando o Pe. Estevão de Castro fundou a Missão, denominou-a de Santana em homenagem à avó de Jesus. Segundo Rosa (1996), a toponímia Chapada caiu, naquela época, temporariamente em desuso, ressurgindo somente no século XX, uma vez que, a partir da instalação da Missão até 14 de março de 1769²⁹, a denominação mais recorrente era Santana do Sacramento. Dessa data em diante, perante a obrigatoriedade de se colocar, nas vilas e arraiais, nomes das localidades lusitanas, a região passou a ser conhecida como Lugar dos Guimarães e, no século XIX e primeira metade do XX, passou a ser denominada Serra Acima, sendo que após esse último período, ganhou a toponímia atual, Chapada dos Guimarães.

As ligações de Cuiabá com a Chapada, durante o período colonial, eram muito precárias, tanto que poucas pessoas se atreviam a ir e vir em meio aos precaríssimos caminhos que circundavam por entre rochas. Um importante veio de mineração foi encontrado a meio caminho, em plena serra da Bocaina: eram as Lavras do Médico, ou dos Remédios. No período imperial, uma importante estrada foi minuciosamente projetada, ligando a Chapada a Cuiabá, denominada Tope de Fita, hoje desativada e trafegada apenas para fins turísticos.

Essa estrada foi declamada em versos pelo cuiabano, historiador e literato, José de Mesquita:

Tope de Fita

Da serra da Bocaina, a rude escarpa agreste
galgamos, da alimária aos passos vagarosos.
Ora, em meia penumbra, ora ao fulgor celeste,
coleia a augusta via, entre calhaus fragosos.

De um lado, o paredão que a hera macia veste,
e, de outros, o abismo e os panoramas grandiosos.

Já no “Tope-de-fita”, o último esforço investe por ganhar do altiplano os chapadões famosos.

É a arrancada maior, a mais árdua, a mais dura. Assim, na vida, quando a ascensão já vencida, julgamos ter logrado a calma da planura,

surge-nos muitas vezes, numa última escalada, novo aclave a vencer, mais íngreme subida, para o alto atingir da Perfeição sonhada!³⁰

No final do século XIX, a Modernidade foi transladada, da região Centro-Sul, para o sertão oeste brasileiro, carregando em seu ideário a possibilidade de se interligar Mato Grosso por ferrovias. Estas, representavam um dos ícones mais expressivos, dos muitos que timbravam os espaços modernos.

Inúmeros projetos foram propostos para Mato Grosso, e um deles, especificamente, dizia respeito à Chapada. Alegando que a abertura da navegação pelo rio Paraguai – hidrovia cujo trajeto está hoje sendo ressuscitado pelo Mercosul – não conseguia beneficiar todo o extenso território mato-grossense, o Dr. Joaquim Fausto de Sousa Guimarães, morador do Rio de Janeiro, se propôs, no ano de 1893, a proceder à abertura de uma estrada de ferro ligando Cassange à Chapada.

Vale lembrar que, por ocasião do franqueamento da navegação pelo Rio Paraguai, três portos de Mato Grosso foram beneficiados: Corumbá – que recebia embarcações de médio porte –, Cuiabá e Cáceres – onde somente aportavam embarcações pequenas, como vapores e chatas. Nessa medida, alegava o engenheiro Guimarães, em sua proposta de ferrovia:

O Doutor Joaquim Fausto de Sousa Guimarães, cidadão brasileiro, residente na Capital da União, tendo em vista que, como é geralmente sabido, no Estado de Mato Grosso, que a navegação estabelecida entre Corumbá e Cuiabá não satisfaz

as necessidades do Estado e especialmente do comércio e mesmo do Governo, cuja ação rápida, em certas emergências, deve estender-se a todos os pontos do Estado, e principalmente aos mais importantes, ocupando o primeiro lugar entre estes a cidade de Corumbá, considerando ainda que durante mais de cinco meses, isto é, no tempo da seca, os vapores de pequeno calado, que demandam Cuiabá, ficam muitas léguas aquém desta cidade, porque a profundidade do rio fica reduzida a dois palmos de água.

[...]Para obviar estas dificuldades requer-vos a concessão de privilégio para a construção, uso e gozo de uma pequena estrada de ferro, que partindo do ponto denominado Cassange e tomando na cidade de Poconé e Livramento, vá ter ao porto de Cuiabá, podendo mais tarde alongar-se até a Freguesia da Chapada, cujo clima temperado se avanta, mais que nenhum outro, para a colonização européia e produções dos países frios.³¹

Essa estrada de ferro não chegou a ser concretizada, porém integrou o conjunto de propostas similares àquelas, mais tarde, projetadas para Mato Grosso (séc.XIX). Destas, apenas uma vingou inteiramente, a Ferrovia Noroeste do Brasil, que beneficiou apenas o território sul do então Mato Grosso uno, sendo que a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré teve seu trajeto parcialmente concluído, deixando apenas triste memória.

Santana da Chapada, Santana do Sacramento, Lugar dos Guimarães, Chapada dos Guimarães, foi elevada, em 1814, à categoria de freguesia de Cuiabá, sob a denominação de Santana da Chapada dos Guimarães. Sua ascensão a distrito ocorreu pela Lei Provincial nº 219, de 11 de dezembro de 1848. Logo após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, Chapada cria seu primeiro distrito de Paz, registrado em Cartório local.

De Missão a pretensa Capital

Pelo seu clima ameno, já constatado pelo jesuíta Estêvão de Castro no século XVIII e, mais tarde, no XIX, por Hercules Florence, assim como por muitos outros moradores e visitantes, a Chapada atraiu a atenção dos políticos que, a exemplo de Mário Corrêa da Costa, em 1930, desejavam transferir a capital, de Cuiabá, para Serra Acima. O nome que tomaria a nova capital seria Mariópolis. Alegava o governante mato-grossense que a região de Chapada dos Guimarães era ideal para a instalação da capital. Mesquita, recuperando esse momento, comentou que Mário Corrêa era:

[...] homem de grande visão, percebeu a excelência do clima e da água da Chapada, além de ser próximo da Baixada Cuiabana, região central do Estado, numa época que o sul não tinha se separado[...] admirador incondicional de tudo que dizia respeito da Chapada, que chamava de “Petrópolis de Cuiabá”, Mário Corrêa chegou a ordenar a abertura de um grande rego d’água que, partindo do Rio Mutuca, abastecia Cuiabá de água potável, por gravidade e cujas escavações, parciais, ainda hoje servem como prova testemunhal daquela obra. Isso sem contar a construção do famoso Chalé do Mário Corrêa, na encosta dos paredões da Salgadeira, que serviria como residência de veraneio para os governadores, e cujas ruínas dos alicerces estão lá para quem quiser ver.³²

Vários projetos foram idealizados no sentido de se estabelecer a nova capital no alto da antiga Serra de São Jerônimo, tendo à frente uma Comissão Urbanística que “traçou os planos para a nova capital, com ruas e avenidas retas e largas e amplas praças arborizadas, para o lazer da população”.³³ O dia escolhido para dar início à transferência da capital foi 14 de julho de 1927, momento em que o governador lançou a pedra fundamental da nova capital, Mariópolis, assim denominada “em homenagem a seu criador, antecedendo, em muito, a criação de Brasília e de outros centros urbanos previamente traços urbanisticamente”.³⁴

Os planos desse governante mato-grossense incluía a migração de pessoas advindas do sul do Brasil, tendo o clima como maior atrativo. Tomou ele, antes que a cidade-capital ficasse pronta, de mandar vir famílias catarinenses que, sob as promessas desse governador, estabeleceram pequenas residências Serra Acima. O sonho de Mário Corrêa foi por terra no momento em que Getúlio Vargas tomou o poder e destituiu os governadores dos estados brasileiros, nomeando em seu lugar os Interventores, escolhidos dentre as pessoas de sua proximidade e confiança.

Os imigrantes sulistas que chegaram à Chapada, com a queda de Mário Corrêa, ficaram inteiramente desassistidos e muitos regressaram à sua terra natal, abandonando a região de Cajuru, onde se encontravam precariamente instalados. Com esse episódio, a região de Chapada dos Guimarães voltou à antiga rotina.

Evolução Político-Administrativa

A Prelazia de Chapada dos Guimarães aconteceu a 26 de outubro de 1841, e no ano seguinte aportou à região o frei Oswaldo Braun, alemão nascido em Frankfurt, em 23 de dezembro de 1906.³⁵

A elevação de Chapada dos Guimarães à categoria de Município se deu através da Lei nº 701, de 15 de dezembro de 1953, incluindo um território imenso, grande parte dele hoje já emancipada. A instalação oficial do município ocorreu aos 6 de fevereiro de 1955, dois anos, portanto, depois da sua criação. A Comarca foi estabelecida a 30 de junho de 1978, pela Lei nº 4.004, constituindo-se no maior município do mundo. Anos depois, perdeu alguns distritos importantes. Pelas riquezas naturais e sítios arqueológicos existentes na região, Chapada dos Guimarães, pelo Decreto-Lei Federal de nº 97.656, datado de 6 de abril de 1989, ganhou um Parque Nacional, propositadamente criado para defesa desse patrimônio.

NOTAS

* - Curadora da Casa Barão de Melgaço, sócia efetiva do IHGMT e da AML.

¹ - ROSA, Carlos A. Esbarro no hoje, recuo no tempo, galope na história. **RIHGMT**, T. CXLIII, Ano LXVII, 1985, p. 39.

² - TAUNAY, Afonso de E. Relatos sertanistas. p. 209-210. Apud. ROSA, Carlos A. Esbarro no hoje, recuo no tempo, galope na história, **RIHGMT** p. 39.

³ Para melhor detalhamento sobre a temática da urbanização de Cuiabá no século XVIII consultar ROSA, Carlos A. **A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808)**. Tese de Doutorado, Departamento de História, FFLCH, USP-SP, 1996. (mimeo)

⁴ - MELGAÇO, Barão de. Apontamentos para o Dicionario Chorographico da Província de Mato Grosso. **RIHGB**, tomo XLVII, Parte 2, p. 350.

⁵ - Apud. ROSA, Carlos A. Esbarro no hoje, recuo no tempo, galope na história. **RIHGMT**, T. CXLIII, Ano LXVII, 1985, p. 40.

⁷ - ROSA, Carlos Alberto. Op. cit. p. 42.

⁸ - FERREIRA, João Carlos. **Mato Grosso e seus Municípios**. p. 332.

⁹ - CAMELO, Antônio Cabral. **Notícias práticas das Minas de Cuiabá**. p. 15.

¹⁰ - FLORENCE, Hercules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas**. p. 160. Segundo Florence, o Louvado era um cumprimento de mãos juntas, ocasião em que pronunciavam a seguinte frase: *Seja louvado Nosso Senhor Jesus Cristo*.

¹¹ - Idem. p. 164.

¹² - SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. **Dicionário biográfico do Mato Grosso colonial**, ps..21,25,30,33,40. Mímeo.

¹³ - FLORENCE, Hercules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas.** p. 69-70.

¹⁴ - Idem. p. 171-172.

¹⁵ - **OFÍCIO** de Bartolomeu Pais de Abreu ao governador da Capitania de São Paulo, solicitando autorização para abertura de estrada de terra ligando as Minas de Cuiabá com São Paulo. Cuiabá, 28 de outubro de 1721. NDIHR – Documentos Ibéricos.

¹⁶ - **CARTA** de Rodrigo César de Meneses ao rei de Portugal discorrendo sobre o caminho terrestre aberto entre as Minas de Cuiabá e São Paulo. Cuiabá 8 de maio de 1726. NDIHR – Documentos Ibéricos.

¹⁷- SÁ. José Barbosa de. **Relação das povoações de Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos.** Apud. ROSA, Carlos Alberto. Op. cit. p. 45.

¹⁸ - Ibidem. p. 47.

¹⁹ - Ibidem. p. 48.

²⁰ - **RELATÓRIO** apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, Joaquim José de Oliveira, à Assembléia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1849.

²¹ - **RELATÓRIO** apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, à Assembléia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1852.

²² - **RELATÓRIO** apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, Herculano Ferreira Pena, à Assembléia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1863.

²³ - Idem.

²⁴- Ibidem.

²⁵ - Ibidem.

- ²⁶ - **RELATÓRIO** apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, Alexandre Manuel Albino de Carvalho, à Assembléia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de agosto de 1865.
- ²⁷ - **RELATÓRIO** apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, à Assembléia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1854.
- ²⁸ - Idem.
- ²⁹ - Nessa data foi expedido um Bando, pelo capitão-general Luís Pinto de Sousa Coutinho, introduzindo nomenclatura portuguesa às localidades coloniais. Nessa oportunidade determinou que a Aldeia de Santana do distrito de Cuiabá fosse alterada para Lugar dos Guimarães.
- ³⁰ - MESQUITA, José Barnabé. **A Chapada Cuiabana**.
- ³¹ - PROPOSTA feita pelo Dr. Joaquim Fausto de Sousa Guimarães, para implantação de uma ferrovia ligando a Chapada dos Guimarães a Cuiabá. Cuiabá, 8 de maio de 1893.
- ³² - MESQUITA, José Barnabé. **A Chapada Cuiabana**. p. 34.
- ³³ - FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus Municípios**. p. 334.
- ³⁴ - Idm.
- ³⁵ - Ibidem, p. 335.

... e a ...
... e a ...
... e a ...

... e a ...
... e a ...
... e a ...

... e a ...
... e a ...
... e a ...

... e a ...
... e a ...
... e a ...

... e a ...
... e a ...
... e a ...

BENS CULTURAIS MATO-GROSSENSES COMO RECURSOS TURÍSTICOS – DESAFIO PARA UMA ECONOMIA EMERGENTE

*Maria Clara Migliacio*¹

INTRODUÇÃO

O turismo vem ocupando uma posição de destaque entre as atividades econômicas de diversos países e regiões do planeta.

Organizações oficiais registraram, no ano de 1999, um montante de US\$ 3,8 trilhões de renda decorrentes da atividade turística no mundo, que representaram 11% do PIB mundial (World Tourism Organization e World Travel & Tourism Council *apud* Lage e Milone, 1999). Considerada a indústria que mais cresce no mundo, o turismo teria empregado naquele ano 260 milhões de pessoas, representando 10% da força de trabalho global.

Para o Brasil estima-se que cerca de 1,5 milhão de novos postos de trabalho, diretos e indiretos, deverão surgir com o desenvolvimento da indústria do turismo, até 2010 (Barros, 1999). Assim, o turismo está sendo apontado como uma esperança de desenvolvimento econômico, uma espécie de “tábua de salvação” para algumas das principais mazelas brasileiras, decorrentes da inanição da nossa economia interna e das altas taxas de desemprego.

Em Mato Grosso, a despeito do desenvolvimento econômico vivido nos últimos anos – um dos maiores do país - a miserabilidade de grande parte da população não é menor. Um modelo econômico excludente, com alta concentração de renda, em que grande parte das atividades econômicas desenvolvidas demanda pouca mão-de-obra, paga baixos salários e gera poucos empregos, apesar da riqueza produzida.

A percepção do grande potencial turístico do Estado, creditado a atrativos os mais variados, que incluem ecossistemas

diversos, e internacionalmente conhecidos, tais como a Amazônia e o Pantanal, e ainda trechos do Planalto Central brasileiro, cada qual com as suas paisagens peculiares, e a uma cultura regional popular de expressão tradicional singular, vem se traduzindo em recentes grandes projetos governamentais voltados principalmente para o ecoturismo, visto também como alternativa frente à devastação das paisagens naturais em grande escala, decorrente das monoculturas, da criação extensiva de gado e da mineração, atividades que representam o tripé econômico do Estado. Projetos como o PROECOTUR, voltado para o desenvolvimento do ecoturismo no contexto geográfico da Amazônia Legal, e o componente turístico do PROGRAMA PANTANAL, popularmente conhecido como “BID PANTANAL”, objetivam alavancar o desenvolvimento da exploração turística, hoje incipiente, em áreas de grande potencial.

No presente artigo, pretende-se abordar alguns aspectos de um turismo que ensaia os seus primeiros passos no estado de Mato Grosso e que envolve bens de caráter cultural.

Não se trata de elaborar uma extensíssima lista de atrativos culturais existentes no Estado, e ainda por inventariar, ou de enaltecer os atributos desse patrimônio. Trata-se de empreender uma reflexão sobre o significado cultural que faz desses bens, atrativos, e sobre as condições requeridas para seu possível aproveitamento para fins turísticos.

Para tecer esta reflexão, será contextualizada, na medida do possível, a situação particular dos bens culturais do estado de Mato Grosso, dentro do universo conceitual do Turismo e de algumas questões críticas já apontadas por alguns autores, em relação ao aproveitamento turístico de bens culturais, com base em experiências vividas em regiões diversas.

BENS CULTURAIS MATO-GROSSENSES UM EXTENSO INVENTÁRIO

O turismo convencional, desenvolvido a partir da revolução industrial ocorrida no século XIX, apresenta hoje limites delineados, em grande parte, pela exaustão dos itinerários tradicionais e pelo esgotamento de um modelo que levou multidões de turistas a saturarem os lugares mais comumente explorados.

Desde a última década vem sendo apontada uma tendência para o crescimento de um tipo de turista caracterizado como *turista viajante* que, de acordo com Avighi, “busca a realização interior e dá ênfase ao meio ambiente e à compreensão da cultura e da história de outros lugares, quer conhecer povos e se enriquecer culturalmente” Avigni (1999, p. 102). Essa mudança no perfil do turista impõe à atividade do turismo um novo paradigma, que desloca sua atenção do objeto turístico *fetichizado* e mercantilizado, para centrá-la no enriquecimento cultural do próprio viajante. Assim, os bens de caráter cultural em áreas ainda não exploradas apresentam-se muito atraentes para aproveitamento turístico.

Nesse contexto, Mato Grosso possui um grande potencial para o desenvolvimento de um turismo cultural, já que possui um patrimônio extremamente diversificado, representado por bens culturais tangíveis (materiais) e intangíveis (imateriais), que podem estar associados tanto a ambientes naturais como a ambientes manejados ou construídos pelo homem.

Paisagens singulares, de grande relevância natural e portadoras de significados marcantes no imaginário mundial, como o Pantanal e a Amazônia, responsáveis por grande parte da biodiversidade do planeta, estão, com certeza, “na ordem do dia”. As paisagens resultantes das formas de vida humana que aí se desenvolveram - produto, portanto, da cultura - estão expressas por um patrimônio arquitetônico e urbanístico remanescente de uma colonização européia de quase três séculos e por um patrimônio arqueológico que dá conta de pelo menos 25 mil anos de pré-história,

além de toda uma cultura popular regional, expressa em culinária, técnicas, artesanias e festejos tradicionais e, ainda, em um linguajar muito próprio. Diversidade étnica que inclui expressiva presença indígena e de povos de origens diversas, todos esses elementos compõem o mosaico dos valores culturais mato-grossenses.

Esses bens culturais podem ainda ser agrupados nas mais diversas e múltiplas combinações, oportunizando variadas opções e recortes, articulando potencial de atratividade e tipo de interesse de turistas de variados perfis.

Tomando por base os bens geralmente considerados de interesse para o turismo cultural, fica evidenciado o potencial de Mato Grosso para a atividade, já que possui bens culturais que se enquadram em todas as categorias apontadas, por exemplo, por Swarbrooke (2000) como recursos turísticos de caráter cultural: atrações históricas, como paisagens, vilarejos, centros, museus, monumentos; igrejas, arquiteturas; mercados; atrações rurais; ofícios tradicionais; comidas e bebidas tradicionais; festivais e eventos especiais; jogos e esportes tradicionais; passeios e itinerários temáticos; locais de interesse especial para férias; e muitos outros recursos. No entanto, conforme já alertou Jorge Pires (1999), as metodologias de classificação existentes geralmente pecam por não primarem por uma visão orgânica e articulada do conjunto de atrativos e acabam produzindo um mero banco de dados isolados, não favorecendo o planejamento de um melhor aproveitamento turístico.

Esse autor defende a valorização do caráter plural das atrações, com base na idéia de que a presença de diversos recursos associados aumenta consideravelmente o poder de atração turística. Assim, tanto múltiplos interesses concentrados em um bem histórico isolado, como diversos bens que podem ser utilizados em conjunto, acarretam um aumento na atratividade dos bens de interesse turístico.

A título de exercício, tomemos o caso da capital, Cuiabá, cujos atrativos ainda não ganharam visibilidade, funcionando hoje mais

como base de apoio e passagem do turista, rumo ao Pantanal ou à Chapada dos Guimarães.

Cuiabá pode agregar diversos atrativos. Desde o seu centro histórico de três séculos de antigüidade, tombado pelo Governo Federal sob o título *Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cuiabá*, composto por cerca de quinhentos imóveis de épocas distintas sobre uma malha urbana setecentista, na qual alguns preciosos exemplares coloniais destacam-se individualmente, ou ainda se agrupam em significativos conjuntos. Um centro vivo, onde se misturam, com algumas residências remanescentes, o comércio popular e os mais diversos serviços, de ofícios quase desaparecidos, como sapateiro, alfaiate, relojoeiro, pequenos restaurantes populares, lojas de produtos tradicionais, como o guaraná, pequenas mercearias, lojas de artesanato popular e de artesanato indígena, vendedores ambulantes de ervas medicinais e de frutas silvestres da época ou colhidas em quintais, como a bocaiúva, a manga, o caju, entre outras.

Alguns bens arquitetônicos do centro histórico de Cuiabá se mantêm como cenário vivo de tradições seculares, a exemplo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Através de seus festeiros é realizada anualmente, em homenagem ao santo negro, a *Festa de São Benedito*, reunindo, por vários dias, alguns milhares de pessoas em torno de celebrações religiosas e profanas. Outras tantas festas tradicionais são realizadas em Cuiabá, em função do *Divino Espírito Santo*.

Essa área central pode ser conectada a diversos outros bens de interesse histórico, localizados em outros bairros, tais como a Casa Cuiabana, a Igreja da Boa Morte e a Igreja Bom Despacho, e ainda com o antigo Mercado do Peixe – hoje *Museu do Rio Cuiabá* – com o Museu Histórico do Estado, Casa do Artesão, Arsenal de Guerra – hoje *Sesc Arsenal* - todos imóveis tombados pelo estado. Outras conexões podem ser feitas com áreas verdes, tais como o Morro da Luz e o Parque Mãe Bonifácia, e com bairros de cultura tradicional, como o Bairro São Gonçalo e os Bairros Bom Sucesso,

Passagem da Conceição e Sucuri, esses últimos já no município contíguo, Várzea Grande, lugares onde ainda se mantêm vivas atividades artesanais, tais como a pesca, a cerâmica, a tecelagem, o fabrico da farinha de mandioca e de doces caseiros, e as festas populares, como a *Festa de São Gonçalo* e a *Festa de São Pedro*, com suas comidas típicas e suas danças tradicionais - o *siriri* e o *cururu*.

O calendário cultural da cidade conta com alguns eventos anuais já consolidados, além daqueles tradicionais de cunho religioso, a exemplo do Festival de Cinema e do Salão Jovem Arte Mato-Grossense. A Festa do Pantanal e outras feiras de exposição, de interesse popular, também ocorrem anualmente.

Para passeio de um dia pode-se conectar Cuiabá a Santo Antonio do Leverger, alcançando-se em poucos minutos a pequena cidade ribeirinha, com sua comunidade de pescadores, *siririeiros* e *cururueiros*. Aí se pode apreciar a pesca artesanal na localidade de *Vereda*, contemplar ou mesmo subir o Morro de Santo Antônio, marco paisagístico tombado pelo estado, visitar a pequena vila de Varginha, implantada em torno de uma baía, padrão de ocupação característico das pequenas *currutelas* pantaneiras.

Em sentido diverso está Chapada dos Guimarães, a menos de uma hora de viagem, durante a qual já se pode usufruir a beleza cênica que oferecem as escarpas areníticas abruptas, entremeadas de cerrado e pontuadas de cachoeiras, que fazem a transição do Planalto para a Baixada Cuiabana. Um Parque Nacional, aberto à visitação, e a Igreja Matriz de Santana do Sacramento, construída no século XVIII e com belo acervo de arte sacra, são os atrativos principais. Outro relevo de transição para a Baixada, nas proximidades de Cuiabá, é representado pela Serra de São Vicente, de formação granítica coberta de matas onde predominam palmeiras de babaçu e onde é possível usufruir as águas termais.

Outras conexões rápidas, para passeios de um dia, são possíveis com cidadelas vizinhas, como Poconé e Acorizal, ambas

com atrativos próprios, como singelos conjuntos arquitetônicos coloniais nas suas áreas centrais. A primeira, localizada na entrada da rodovia Transpantaneira, realiza anualmente a tradicional *Cavallhada*, encenação da luta entre mouros e cristãos, representados por cavaleiros mascarados. A segunda, localizada Rio Cuiabá acima, ainda mantém viva a técnica construtiva da alvenaria de adobe e abriga famílias que se dedicam ao fabrico artesanal da farinha de mandioca, que se pode apreciar. Outras ainda poderiam ser citadas. Em todas essas localidades, o *siriri* e o *cururu* também se fazem presentes.

Longe de esgotar o inventário dos bens de interesse cultural que podem ser acessados diretamente de Cuiabá, estão aqui citados apenas aqueles de maior visibilidade e que já fornecem uma idéia do potencial turístico da cidade e seus entornos.

Exercícios semelhantes podem ser feitos tomando-se por objeto o complexo histórico e paisagístico representado por Vila Bela, com seu Parque Estadual da Serra de Ricardo Franco, com seus sítios arqueológicos do século XVIII, sua tradicional *Festança* e sua culinária típica. Ou, com Cáceres, com suas serras calcárias onde se fazem presentes grutas e cavernas, adornadas por espeleotemas e dolinas misteriosas, com seu bonito conjunto de edificações ecléticas do início do século XX, e por onde se acessa o Pantanal diretamente pelo rio Paraguai, numa região de grande concentração de sítios arqueológicos pré-coloniais, que envolvem duas áreas de conservação protegidas por legislação federal: a Estação Ecológica Taiamã e o Parque Nacional do Pantanal.

Outras áreas do Estado, como a região de Jaciara-Rondonópolis, com seus sítios arqueológicos de arte rupestre, assim como também Jangada-Bauxi, que apresenta fósseis de uma megafauna já extinta, e datações para a ocupação humana que estão entre as mais antigas do continente americano, são de grande potencial turístico. Isso sem falar da região norte do Estado, que mantém ainda trechos intactos de floresta amazônica, como o Parque Estadual do Cristalino e extensos sítios arqueológicos de arte rupestre a céu aberto,

nos municípios de Paranaíta e de Juara. E ainda nem foram elencados os atrativos do rio Araguaia e do rio Xingu, da Serra do Roncador, do Planalto dos Parecis e dos Alcantilados, e de tantos outros bens paisagísticos, arqueológicos e históricos, que compõem o patrimônio natural e cultural do estado de Mato Grosso.

Todo esse patrimônio possui atratividade, agregando um alto potencial turístico ao Estado. No entanto, o seu aproveitamento fica condicionado a outros fatores, relacionados à acessibilidade, conectividade e receptividade, ou seja, à existência da infra-estrutura necessária para que os recursos turísticos possam ser acessados, conectados uns aos outros, e ainda para que o turista possa ser recebido e alojado em condições aceitáveis.

E não só isso. Como já foi bem-lembrado pelo urbanista Eduardo Yázigi, as soluções não se resumem à melhoria da infra-estrutura necessária ao turismo, mas têm que dar conta daquilo que “começa quando se cruza a soleira de um hotel cinco estrelas, rumo à rua” (Yázigi, 1999: 7).

OS BENS CULTURAIS MATO-GROSSENSES NOS DIAS DE HOJE

Dada a natureza dos potenciais atrativos turísticos do estado de Mato Grosso, em sua quase totalidade pertencentes às esferas dos patrimônios natural e cultural, compostos por bens paisagísticos, arqueológicos, urbanísticos e arquitetônicos – nas suas expressões materiais – e por bens produzidos e mantidos pelos saberes e fazeres da cultura popular, tais como as festas e as técnicas tradicionais, a culinária, a música, a dança e o linguajar, torna-se bastante oportuno utilizar a base conceitual tecida por Yázigi (1999, 2001) para uma análise mais profunda e conseqüente do patrimônio mato-grossense, com vistas à sua utilização turística.

A idéia central nesta análise é o conceito de “*lugar*”, ampliado pelo autor, para auxiliar o planejamento do cotidiano e do turismo. Essa ampliação incorpora os conceitos de *alma*, ou de

personalidade do lugar, que podem ser entendidos como o seu próprio conteúdo. Assim, o lugar deixa de ser entendido apenas na sua dimensão física, para abarcar a vida que aí transcorre, ou seja, toda uma gama de aspectos materiais e imateriais da cultura, que se mantém por meio de uma relação íntima, de recíproca dependência com uma base físico-geográfica. Daí sua adequação para uma leitura do universo de bens que se pretende tratar.

Neste universo, a paisagem é o suporte do lugar. A partir de elementos da geografia física, em geral portadores de significados simbólicos, e incluindo objetos arquitetônicos e urbanísticos, tudo daí decorre ou transcorre: a vida humana que acontece no lugar, sua qualidade, características e singularidades que apresenta, são o reflexo das relações que mantém com o meio e vice-versa. A natureza e a qualidade das relações entre os habitantes e seu meio ficam em ambas expressas: se a relação entre a população e seu meio é amorosa, isso estará expresso no lugar, que poderá ser singelo, mas terá dignidade, inspirando bem-estar e segurança. Se a relação, ao contrário, for desrespeitosa, e o meio estiver maltratado, também as pessoas estarão maltratadas, e seu cotidiano, de alguma forma, refletirá isso.

E, com exceção de alguns espaços de acesso restrito ao turista, a exemplo de parques temáticos e cidades cenográficas, como já foi observado, “o espaço turístico não deixa de ser o espaço do cotidiano das pessoas que aí vivem” (Yázigi, 2001, p. 8). Disso decorre que para o desenvolvimento do turismo, não bastam atrativos turísticos e infra-estrutura, mas condições que vão mais além. O quê, em outras palavras, significa que desenvolvimento social é condição imprescindível para a sustentabilidade da atividade turística nos dias de hoje.

Analisando a situação de bens mato-grossenses potencialmente turísticos, com base nesse conceito de *lugar*, é possível descortinar a que distância estamos, em Mato Grosso, de uma possível prática de turismo sustentado.

Entre tantos estudos de caso que podem ser feitos com base em situações mato-grossenses, tomemos três cidades de origem colonial, localizadas junto a três dos principais rios do Estado, tanto do ponto de vista histórico quanto do ponto de vista geográfico: Cuiabá, junto ao rio de mesmo nome, Cáceres, junto ao rio Paraguai, e Vila Bela, junto ao rio Guaporé.

Voltemos a Cuiabá. Um de seus mais importantes bens de valor cultural é o seu centro histórico, com seu arruamento setecentista, implantado às margens do Córrego Prainha, na vertente oposta à do Morro da Luz. A cidade nasceu ali, da exploração do ouro junto ao córrego, que até umas poucas décadas atrás, após alguma chuvarada, presenteava ainda alguma pepita. No século XVIII a exploração do ouro se dava naquelas colinas da margem esquerda do córrego, onde foi construída a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, e das quais o Morro da Luz representa hoje uma parte remanescente. O núcleo urbano foi então se conformando, na margem direita do córrego, com suas ruas estreitas e becos e o seu casario singelo decorrente de seu próprio processo histórico, no qual representou inicialmente mais uma unidade de produção aurífera da colônia, do que um núcleo urbano com funções administrativas.

Esta unidade histórico-paisagística composta pelo conjunto arquitetônico, córrego e colinas, foi destroçada por intervenções urbanísticas desastrosas, que ocorreram na segunda metade do século XX: o Córrego Prainha foi canalizado e tampado, transformando-se em via de trânsito rápido de veículos – a avenida Tenente-Coronel Duarte. O casario, que dava fundos para o córrego, teve, de repente, seus anexos e edículas ou mesmo áreas livres transformados em lojas comerciais de arquitetura de baixa qualidade, que se abriram para a via expressa. Foi aberta ainda, transversalmente, uma outra via de escoamento de veículos colina abaixo, entre a Igreja do Rosário e o Morro da Luz. Quebrou-se assim a unidade do conjunto.

Perderam-se também exemplares arquitetônicos significativos, entre os quais a Catedral do Senhor Bom Jesus do Cuiabá teria sido o mais importante. A título de construir-se uma

igreja moderna, a majestosa catedral foi demolida a dinamite na década de sessenta. Seria hoje o maior monumento construído em terra crua do centro-oeste brasileiro. Seus retábulos barrocos de madeira entalhada policromada foram parar em cima de caminhões como entulho de obra. O acervo de arte sacra que restou desse triste capítulo está guardado no Seminário da Conceição, há quarenta anos, à espera de cuidados de restauro.

A despeito do tombamento federal, que veio apenas tardiamente na década de oitenta, nenhum investimento significativo foi feito até agora para a recuperação física dessa área central da cidade. Único conjunto urbano colonial do centro-oeste brasileiro localizado em cidade que se manteve como capital de Estado está submetido à situação que implica desde a transformação de seu uso ao longo do tempo, o desgaste de edificações nas quais pouco se investiu para conservação, a pressão para verticalização e para a realização de alterações substanciais nas unidades arquitetônicas.

Resultado de três séculos de história, o centro histórico de Cuiabá sofre com a falta de cuidados, com intervenções precárias ou mesmo equivocadas, descaracterizantes, empobrecendo-se culturalmente. Em quase vinte anos de tombamento, o trabalho desenvolvido pelo órgão de preservação federal – o IPHAN⁽²⁾ – foi principalmente a aplicação de normas de controle de intervenções nos bens tombados, o que evitou que o centro histórico de Cuiabá se descaracterizasse totalmente ou que suas edificações coloniais desaparecessem por completo. Conseguiu-se também, através de parceria entre o IPHAN e a Prefeitura, retirar os painéis metálicos que na primeira metade dos anos noventa cobriam as fachadas de praticamente todas as edificações do conjunto histórico. Evoluiu também a relação dos comerciantes com os imóveis. Sendo a maioria dos comerciantes inquilinos, há uma década atrás todos queriam rasgar as suas fachadas de um extremo a outro para instalar portas metálicas de enrolar, sob a alegação da necessidade de segurança e de facilitação para entrada do cliente. Muitos realizaram esse tipo de obra clandestinamente. Hoje os problemas com obras clandestinas

estão mais controlados, embora ainda ocorram. Mas isso é muito pouco diante das necessidades do conjunto.

Em 2000 foi lançado um concurso público de âmbito nacional, para a elaboração de um projeto urbanístico e arquitetônico para o *Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cuiabá*. Com isso pretendia-se direcionar as intervenções dentro de uma ação integrada global, primeiro passo para a obtenção de recursos. As equipes que participaram foram unânimes na consideração de que não seria um caso de “revitalização”, já que esse centro histórico de Cuiabá caracteriza-se como uma área de uso intenso, mas sim, de recuperação física, pois se encontra fisicamente maltratado. Bons projetos foram propostos, mas, infelizmente, o concurso foi suspenso por via judicial, por razões que fogem ao seu próprio escopo, frustrando iniciativa tão promissora para a cidade e para seus habitantes.

Quem visita o centro histórico de Cuiabá sente um certo descaso público: lixo esparramado, pavimentação inadequada e desconfortável para o pedestre, praças descuidadas e com pouca ou nenhuma arborização, edificações abandonadas, algumas desfiguradas, profusão de fiação elétrica aérea disposta de forma caótica. Na área não contemplada com calçadão, a passagem do pedestre é ainda mais sacrificada, pois se disputa o exíguo espaço das calçadas, já extremamente sacrificado para aumentar a caixa de rolagem dos veículos, com postes de concreto e outros equipamentos.

O comércio aí instalado, que há poucos anos disputava a locação das edificações, hoje luta para se manter, com uma grande rotatividade entre lojas que abrem e que fecham. Cresce o número de imóveis que se encontram sem uso. Aumenta a cada dia o número de prostíbulos, explorando a miséria de meninas que mal saíram da adolescência e que se vestem com uns quase-trapos, chinelinhos velhos nos pés, talvez se submetendo à exploração sexual em troca de um prato de comida. Algumas vezes por semana, após a celebração carismática realizada na Igreja Senhor dos Passos, é fornecido um almoço para pessoas que se encontram em situação de mendicância,

vítimas das drogas ou do desemprego, que não raras vezes são encontradas dormindo espalhadas pelas calçadas nas imediações daquele templo.

Importante patrimônio da cidade é representado ainda pelo rio Cuiabá, referência cultural para um modo de vida ribeirinho que, junto dele e em sua função, se definiu, imprimindo uma identidade própria à população. Denomina-se *cuiabano* não o habitante da cidade de Cuiabá, mas todo ribeirinho que habita desde as nascentes desse rio até a sua confluência com o rio Paraguai. O Cuiabá, cantado em verso e prosa, ícone freqüentemente presente nos trabalhos dos artistas plásticos mato-grossenses, berço e fonte de alimento para a população tradicional, já se ressentia da paulatina supressão de suas matas ciliares e do recebimento do esgoto da cidade. Após a construção da usina hidrelétrica que represou seu principal formador – o rio Manso –, a situação ficou ainda mais drástica. Com o fechamento das comportas de seu imenso reservatório no ápice da estação seca, nunca mais se viu o Cuiabá cheio. Interferiu-se até no ciclo de reprodução dos peixes, e o ribeirinho teve que viver com salário mínimo pago pelo governo do Estado, para não ficar na mais absoluta privação. O preço do peixe de rio elevou-se, ficando mais caro do que o peixe de mar, que atravessa cerca de dois mil quilômetros por via terrestre para chegar até este mercado. Com tantos recursos hídricos, a escassez de água potável já se faz sentir em Cuiabá, não por falta de fontes, mas por falta de sua proteção e destinação para abastecimento humano.

Em outro núcleo urbano de Mato Grosso de alto potencial turístico, vejamos o que acontece. A cidade de Cáceres foi fundada no século XVIII, como parte da geopolítica que permitiu o avanço dos portugueses para além dos limites iniciais da Colônia. O núcleo inicial da então *Vila Maria* foi implantado na margem esquerda do rio Paraguai, conformando-se em torno de uma grande praça e de acordo com normas de construção bem determinadas, que podem ser consideradas seu primeiro ‘código de obras’ (De Pinho e Migliacio, 2001). O arruamento do núcleo inicial conservou-se até os dias de

hoje. Já quanto à antiguidade das edificações, seria necessária uma pesquisa mais aprofundada para investigar-se, entre as construções antigas que aí estão, se há remanescentes do século XVIII que possivelmente sobrevivem, embora transfigurados, já que não raras vezes são encontradas, na arquitetura brasileira, edificações coloniais que receberam elementos de épocas posteriores, especialmente fachadas ecléticas, como parece ser o caso de Cáceres.

O fato é que Cáceres possui hoje um significativo conjunto de casarões ecléticos, que exibem em suas fachadas datas do início do século XX, herança de um ciclo econômico pautado no extrativismo da borracha e da poaia, e da navegação comercial do rio Paraguai.

Dado o grande apelo visual dos casarões ecléticos, que nos últimos anos receberam em suas fachadas cores berrantes, essas edificações têm sido privilegiadas pelas administrações municipais, enquanto outras edificações, de tipologia colonial e, portanto, de aparência mais singela, vêm ruindo uma a uma, menos por abandono e mais por demolição deliberada. Adicionalmente, inserções inadequadas já aparecem em meio ao conjunto, representadas por predinhos de dois ou três andares, sem nenhuma qualidade arquitetônica. Com isso, vai-se destruindo a ambiência do conjunto, comprometendo a paisagem e perdendo qualidades singulares do lugar. Entre outros aspectos, perde-se também em recursos turísticos.

Não menos grave é a situação do Córrego Sangradouro que, após atravessar uma área lindeira ao núcleo urbano inicial de Cáceres, lança-se no rio Paraguai. Até pouco tempo o córrego era transposto pela *Ponte Branca*, que fazia a ligação da área central ao tradicional bairro *da Cavahada*. Não era tão antiga aquela ponte, mas foi cenário das brincadeiras de infância dos adultos de hoje. Aconteceu que o Córrego Sangradouro, como tantos outros cursos d'água que tiveram por destino ver chegarem as cidades, acabou se transformando em esgoto a céu aberto.

Depois de anos no abandono, o Sangradouro acabou sendo contemplado por verbas governamentais, que concebeu, como

solução, a canalização e a tapagem do córrego. Para executar tal projeto, seria preciso demolir a *Ponte Branca*. A população protestou, mobilizou-se, paralisou a obra com liminar judicial, acampou junto à ponte para sua defesa. Mas, a despeito de tudo, a *Ponte Branca* foi destruída. O córrego hoje está canalizado e tapado, despejando esgoto no rio Paraguai, a uns poucos metros da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo.

Nas últimas décadas Cáceres vem despertando para o turismo. A despeito das tantas belezas naturais oferecidas pelo Pantanal, que justificariam um turismo contemplativo ou do tipo “safári fotográfico”, o que aí vem se praticando é pautado essencialmente no atrativo da pesca. Além de algumas sedes de fazendas históricas que vêm sendo usadas como “pousadas”, alguns hotéis foram construídos às margens do rio Paraguai e de seus tributários, removendo trechos de matas ciliares. Em geral utilizam áreas mais elevadas do terreno para implantar as edificações, recorrentemente atingindo sítios arqueológicos, já que as populações pré-coloniais escolheram as mesmas áreas, livres das inundações, para implantarem as suas aldeias. A arquitetura desses hotéis via de regra é descontextualizada, sem referência cultural. Nenhum padrão pantaneiro é utilizado na concepção arquitetônica desses hotéis, constituídos geralmente por conjuntos de apartamentos dispostos em linha, com uma piscina no centro. Ali o turista pode sentir-se em qualquer lugar do mundo, menos no Pantanal.

Concorre, ainda, com um projeto de aproveitamento turístico do Pantanal de Cáceres o polêmico projeto da Hidrovia Paraguai-Paraná. Tal projeto, que transformaria o rio Paraguai num grande canal para escoamento de soja, suscitou a organização da sociedade civil em defesa do rio, já que a navegação pretendida multiplicaria, em muitas vezes, aquela que vem sendo aí praticada e que já causa danos ao meio ambiente. Aqui, como no caso do rio Cuiabá, depara-se com a situação de decidir-se sobre a destinação de uso de um recurso hídrico. Não se pode ter tudo ao mesmo tempo. Isto é, não se pode destinar o rio para navegação de grande porte sem causar

danos à vida silvestre no Pantanal, aos pescadores ribeirinhos e ao patrimônio arqueológico. Com a pretendida hidrovia, certamente o projeto de aproveitamento turístico do Pantanal de Cáceres ficaria bastante comprometido, senão inviabilizado.

Em Vila Bela situações como essas já começam a se insinuar.

Fundada em 1752 pelo Capitão-General Rolim de Moura, à margem direita do rio Guaporé, para sediar a primeira capital da recém-criada província, Vila Bela recebeu admiráveis obras: cais do porto; igrejas Nossa Senhora do Carmo, de Santo Antonio dos Militares, e Matriz; Palácio dos Capitães-Generais, Quartel, Olaria Real, além de moradias. Seus embasamentos de pedra-canga, que se conservam até os dias de hoje, permitem a leitura da planta original da cidade, constituindo-se não só em um sítio arqueológico histórico de dimensões urbanas, como em um recurso turístico singular. O austero Palácio dos Capitães-Generais e as Ruínas da Igreja Matriz, bens tombados pelo Governo Federal como patrimônio histórico brasileiro, são as edificações oficiais remanescentes (Freire e Conte, 2002). Também algumas edificações setecentistas, destinadas à moradia, surpreendentemente ainda resistem, embora em situação bastante delicada.

A falta de investimentos em conservação e restauração alia-se à ausência de instrumentos de gerenciamento urbano, que direcionem as intervenções físicas na área do centro histórico de Vila Bela para a valorização de seus atributos coloniais remanescentes, tais como a sua malha urbana, a volumetria das edificações e a sua disposição junto à testada dos lotes, e ainda a conservação dos exemplares coloniais. Essas carências vêm conduzindo a uma paulatina descaracterização do conjunto e de sua ambiência.

Se os testemunhos coloniais já estavam submetidos ao desgaste pelo tempo, com a chegada de investimentos e especialmente com a recente pavimentação asfáltica da BR-174, a descaracterização e decorrente degradação do ambiente deverão ocorrer num ritmo

muito mais acelerado e alcançarem profundidade muito maior. Algumas evidências já apontam para essa direção.

O asfaltamento do acesso principal à cidade em 2001 inseriu uma via de trânsito rápido em meio ao complexo arqueológico, separando os remanescentes da Igreja Santo Antônio dos Militares e do antigo cais do porto das outras estruturas arqueológicas e arquitetônicas setecentistas. A idéia de destinar-se o conjunto das estruturas remanescentes da igreja e suas imediações para visitação pública, tratando-o com um bem público através de projeto paisagístico e equipando-o com referências históricas, agora já conta com um fator complicador, de impacto, antes mesmo de ser realizado. Como compatibilizar esse asfalto, que não considerou o patrimônio ao se imiscuir no interior do conjunto?

Do sítio arqueológico da Igreja Santo Antônio dos Militares, localizado junto ao cais do porto do rio Guaporé, e que se pretende destinar para uso de praça pública, descortina-se a vista de uma praia de areia branca, usada hoje para lazer da população. Para além do rio fica o poente, direção em que se insere a Serra de Ricardo Franco, marco paisagístico monumental da cidade. Nesse trecho do rio, dado constituir-se em uma baía, vêm os botos, cinza e rosa, fazerem acrobacias todas as tardes. Transpondo o rio, em ponto fronteiro à antiga Olaria Real e ao primeiro porto da Vila, está instalada uma bonita ponte de madeira, que se insere no conjunto paisagístico com harmonia, fazendo jus à designação de 'obra de arte'.

Com a intervenção já em andamento, representada pela construção de uma ponte de concreto neste mesmo ponto, sacrifica-se mais uma vez a paisagem. Pretende-se construir ainda uma alça de acesso da BR-174 até essa ponte de concreto, atravessando com a obra um pequeno trecho de três quilômetros, que incide sobre uma área que apresenta estruturas históricas de pedra, de significado ainda ignorado, atingindo também um canal que ligava o centro da cidade colonial ao rio Guaporé e ainda a área da Olaria Real e seu porto (Zanettini Arqueologia, 2002). Essas são intervenções que, com certeza, vão em sentido contrário ao da conservação da qualidade

paisagística e ambiental, que, entre outros aspectos, representam parte significativa do potencial turístico do lugar.

Outro grande atributo de Vila Bela é a sua tradicional *Festança*, que como coroação de três festas, de caráter religioso e profano, tradicionalmente realizadas pela comunidade negra – a Festa de São Benedito, a Festa do Divino Espírito Santo e a Festa das Três Pessoas da Santíssima Trindade (Freire e Conte, 2002), mobiliza no mês de julho toda a cidade. A *Festança* é preparada durante todo o ano, desde as relações e decisões comunitárias de caráter social que envolve, até a sua realização como evento cultural. Essa preparação inclui a produção de comidas e bebidas típicas, que são distribuídas a todos os participantes e à população presente. Nos últimos anos a *Festança* tem atraído pessoas de todo o Estado e de todo o país, especialmente representadas por pesquisadores, que consideram que o *Congo* de Vila Bela é hoje um dos mais preservados do Brasil. Desta forma, a *Festança* poderá passar de festa comunitária a um evento de alcance regional ou mesmo nacional, com todas as controvérsias que isso implica. Alguns já propõem a construção de um “congódromo”, com o que a *Festança*, que realiza o *Congo* e o *Chorado* pelas ruas da cidade, iria para dentro de ambiente fechado. Por outro lado, a população local já não sabe como manter a distribuição gratuita de comida, com a chegada de tanta gente de fora, que hoje participa das festas, mas não de sua preparação. Desta forma, a população vilabelense se depara com uma série de questões que poderão definir o destino do *lugar*.

Esse quadro, embora incompleto, evidencia a situação atual de alguns dos mais importantes bens culturais de potencial turístico do estado de Mato Grosso.

Sintomas de deterioração da paisagem e dos modos de vida tradicionais se insinuam por todos os espaços, desde a extirpação de vastas áreas de florestas, campos e cerrados, que têm seu contraponto na criação de Estações Ecológicas, Parques Nacionais e Estaduais, até o desrespeito para com essas áreas de proteção ambiental, praticado clandestinamente, com ou sem a conivência do Estado;

desde a implementação de empreendimentos lesivos, que além dos prejuízos ao ambiente, particularizam os lucros e socializam os danos, até projetos equivocados, que trazem mais danos do que benefícios. Aqui é oportuno lembrar Yázigi, que sobre esse verdadeiro processo de *desmanche da paisagem brasileira*, numa expressão quase poética, faz o seu lamento:

Minha terra não era assim tão áspera, nem seus lugares tão aviltados. De norte a sul a miséria, a pixação, o projeto mal feito, o lugar desamado. Mas que estigma em nosso retrato! (Yázigi, 2001, p.11).

O QUE TUDO ISSO TEM A VER COM O TURISMO

O quadro de deterioração da paisagem e da vida urbanas que se delineia, leva a questionar como esses bens culturais estão sendo tratados, ou seja, como estão sendo tratados os *lugares* mato-grossenses, as suas paisagens, as suas arquiteturas, as suas gentes? Como tal situação se relaciona com o turismo? Daí mais uma vez lembrar Yázigi, quando diz que “a deterioração da paisagem tem seu correspondente no cotidiano dos habitantes e funciona como elemento de repulsa ao turismo ou veraneio”(1999, p. 100).

Posturas de despreço em relação às qualidades próprias do lugar têm levado, de uma maneira geral, à sua despersonalização: o preconceito pelo que é antigo e pelas expressões próprias da terra; a sujeição às imposições dos padrões impostos pelo mercado e pelos meios de comunicação de massa; os modismos tecnológicos e a educação deficitária são alguns dos ingredientes que explicam o descaso e a indiferença frente às perdas da identidade cultural e do patrimônio.

No afã de se inserir, “globalizar-se”, ficam-se repetindo padrões que nada refletem no meio, que acabam tornando-se desinteressantes e até mesmo enfadonhos para o turista que fez todo um trajeto para finalmente chegar a um lugar com a cara de qualquer

outro em que ele já esteve, menos no lugar que ele pretendia ou que povoava o seu imaginário.

Do lado governamental, assiste-se recorrentemente à implementação de projetos que não privilegiam o patrimônio cultural, ou investe-se em empreendimentos “faraônicos”, enquanto esquece-se dos cuidados de conservação com o que já existe e está a se arruinar, ou empreendem-se intervenções equivocadas que o dinheiro permite. Muitas vezes, a falta de recursos acaba sendo menos perniciosa do que a aplicação de recursos de forma desastrosa.

Neste contexto, o patrimônio vai sendo aviltado antes mesmo de se transformar em produto turístico. Pires (1999) relaciona uma série de qualidades intrínsecas dos bens que são fundamentais para atraírem visitantes, tais como: identidade visual, representatividade, autenticidade, valor estético e valor didático. Ao turista não interessa deslocar-se, investir recursos, para encontrar um lugar sem *alma*, ou sem identidade.

Daí que o interesse turístico requer a conservação dos elementos diferenciadores e identificadores do lugar e, portanto, a valorização do patrimônio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar um desenvolvimento turístico para o estado de Mato Grosso requer uma mudança de olhar sobre o patrimônio material e imaterial que o constitui.

O turismo, visto como atividade econômica, pode ser conduzido de forma sustentável, que se transforme em alternativa duradoura, desde que não se adote no estado a postura de se *aproveitar ao máximo o que resta, ou o que está mais fácil*, filosofia que pontua o nosso comportamento pioneirista-colonial.

O primeiro passo para a viabilização do turismo no Estado é deixar de considerá-lo secundário, privilegiando-o como atividade econômica que se sustenta na preservação ambiental e cultural. Sob

essa ótica, a conservação e a valorização do patrimônio passam a ser o meio através do qual a atividade torna-se possível.

Um turismo sustentável e promissor só pode nascer de uma relação de apreço com o espaço, iniciando-se pelo reconhecimento dos atributos próprios de cada ambiente - sua identidade espacial, paisagística e social - e pela importância de sua valorização.

Deverá ser priorizada a conservação da paisagem natural e dos elementos geográficos que referenciam todo um modo de vida que aí se instalou e se desenvolveu, tais como os próprios rios Cuiabá, Paraguai e Guaporé, e de significado simbólico, tais como morros, florestas, grutas e cachoeiras, além de sítios arqueológicos e outros tantos elementos com os quais a população local ou regional mantém uma relação de identidade.

Da mesma forma, as paisagens culturais construídas, referenciais históricos arquitetônicos e urbanos, pontes, praças e outros monumentos, além de todo um patrimônio cultural intangível e do próprio patrimônio social representado pela população, que deve ser incluída nessa ação, necessitam ser protegidos e valorizados. O turismo pode ser pensado como uma atividade orientada para o desenvolvimento social.

Os investimentos e as intervenções físicas, tanto nas cidades como nas áreas rurais, precisam ser planejados e executados em função da conservação dos bens de interesse turístico e mesmo conjugados ao seu aproveitamento sustentável, caso contrário, poderão acelerar ainda mais a sua descaracterização.

Inclui-se aí desde o desenvolvimento de uma relação de estima entre o cidadão e o ambiente, até a criação de instrumentos de proteção e, ainda, o direcionamento das políticas públicas nos âmbitos municipal, estadual e federal, para a valorização da identidade ambiental e cultural dos *lugares*. No caso de Mato Grosso, como fronteira agrícola e industrial do país, torna-se ainda necessário o redirecionamento de seus instrumentos de controle ambiental para a *conservação*, como tarefa prioritária.

A constituição de instrumentos como as leis orgânicas municipais, as leis de uso e ocupação do solo, propicia aos municípios assumirem o papel de principais protagonistas na construção da paisagem, conforme Yázigi 1999, priorizando ou não os seus patrimônios, contemplando ou não os aspectos que lhes são próprios.

Nos níveis estadual e federal, outros instrumentos e condutas, tais como o controle ambiental e os mecanismos de proteção ao patrimônio cultural, poderão definir o destino de muitos bens, à medida que adotarem como orientação primordial a conservação e valorização desses bens, garantindo o crescimento de sua importância e significado, ou, ao contrário, priorizando projetos que concorrem para o seu gradativo empobrecimento ou mesmo para o seu desaparecimento total.

Há que se abrandar a avidez desmesurada pelo *ouro da terra*, representado hoje por atividades econômicas implantadas ao custo da extirpação de patrimônios não-renováveis. É preciso ter em mente que a destinação do patrimônio - seja ele natural seja cultural - para determinado tipo de aproveitamento econômico inviabilizará o seu aproveitamento por outras formas ou para outros fins. Cada nova atividade ou empreendimento demanda uma decisão governamental sobre um bem, que poderá selar para sempre o seu destino, extinguindo-o, empobrecendo-o e degradando-o, ou, ao contrário, dando-lhe um uso econômico compatível com a *conservação* e consolidando-o como recurso cultural sustentável.

NOTAS

¹ - Arquiteta, Mestre em Arqueologia, Doutoranda pelo MAE – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo; técnica em preservação do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

² - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão do Ministério da Cultura.

REFERÊNCIAS

- AVIGNI, Carlos Marcos. Turismo, globalização e cultura. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas & MILONE, Paulo César (Orgs.). **Turismo, Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas S.A, 1999 p. 102-106.
- BARROS, Sílvio Magalhães. Turismo, sociedade, meio ambiente e ecoturismo. In: LAGE, Beatriz H. G. & MILONE, P. C. (orgs.). **Turismo, Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas S.A., 1999: 85-93.
- DE PINHO, Raquel Tegon & MIGLIACIO, Maria Clara. **Mapeamento do centro histórico de Cáceres**. Comunicação. 53ª Reunião Anual da SBPC. Salvador, 2001.
- FREIRE, Marcus Vinícius De Lamonica & CONTE, Claudio Quoós. **Ruínas da Igreja Matriz e Palácio dos Capitães-Generais – Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso**. Cuiabá: 18ª SubRegional do IPHAN, 2002.
- LAGE, Beatriz Helena Gelas & MILONE, Paulo César. Impactos socioeconômicos globais do turismo. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas & MILONE, Paulo César (orgs.). **Turismo, Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 1999, p.. 117-127.
- PIRES, Mário Jorge (1999). Levantamento de atrativos históricos em turismo – uma proposta metodológica. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas e MILONE, Paulo César (orgs.). **Turismo, Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas S. A, 1999, p. 109-116.
- SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável – turismo cultural, ecoturismo e ética**. Título original: **Sustainable Tourism Management (tradução Saulo Krieger)**. São Paulo: Aleph, 2000.
- YÁZIGI, Eduardo. **Turismo: uma esperança condicional**. 2ª ed. São Paulo: Global, 1999.
- _____. *A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas*. São Paulo: Contexto, 2001.
- ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Diagnóstico de trecho circunscrito no contorno do município de Vila Bela e Ponte**

sobre o Rio Guaporé, jazidas (J-1) e área de empréstimo. São Paulo, 2002, mimeo.

A PRIMEIRA CRÍTICA TEATRAL NO BRASIL NO CONTEXTO DE UMA VILA COLONIAL DO DISTANTE OESTE¹

*Carlos Gomes de Carvalho*²

O século dezoito é o período no qual, no Brasil colonial, mais se fundam vilas e surgem povoações em todo o país. É a época das muitas descobertas auríferas. Minas Gerais, Mato Grosso e depois Goiás atraem grandes levas de pessoas. Durante todo o decorrer do século, populações inteiras se deslocam do litoral para o interior. Os autores divergem quanto ao montante preciso desse deslocamento, mas, com certeza, foi extremamente significativo³. Celso Furtado exemplifica o vulto dessa movimentação ao dizer que “[...] Portugal contribuiu com um maior contingente de população para o Brasil do que a Espanha para todas as suas colônias da América.”⁴

Há um intenso trânsito de pessoas rumo ao interior. Caio Prado Júnior afirma que:

O afluxo de população para as minas é desde o início do séc. XVIII considerável; um rush de proporções gigantescas, que relativamente às condições da colônia é ainda mais acentuado e violento que o famoso rush californiano do séc. XIX. Isto já seria o suficiente para desequilibrar a vida do país e lhe transformar completamente o aspecto. Em alguns decênios povoa-se um território imenso até então desabitado, e cuja área global não é inferior a 2 milhões de km².⁵

As bandeiras, que antes haviam sido de apresamento e, em consequência, se tornado em despovoadoras, ao passarem a ser de desbravamento e de busca de ouro, começam a atrair multidões atrás de si. A princípio, por cerca de trinta anos (de 1670 a 1710), essas expedições se dirigem quase que exclusivamente para a região das Minas Gerais, onde as seguidas descobertas de veios auríferos e de pedras preciosas contribuem para formar aqueles que no futuro se tornarão os núcleos mais ricos e mais cultos da Colônia. Todavia, um

episódio que vai entrar para a História com o nome de Guerra dos Emboabas irá contribuir para redirecionar rumo ao Oeste aquela leva crescente de mineradores paulistas.⁶

O CONTEXTO SÓCIOECONÔMICO NAS MINAS DO OESTE

Com a descoberta, no início da segunda década do século, do ouro no Cuiabá (1719) e no arraial de Goiás (1725), dá-se início a uma corrida frenética. Daí os inúmeros povoados e vilas que, muito embora esparsos na imensidão continental brasileira, começam a matizar a geografia colonial.⁷

O ciclo monçoeiro vai conduzir levas de garimpeiros, oriundos de todo o Brasil, e provenientes até de Portugal, a grande maioria já tendo passado por Minas Gerais, para uma região inóspita, sem as mínimas condições de subsistência alimentar, extremamente vulneráveis às doenças tropicais e duramente açoitados por aguerridos indígenas. Não obstante, o processo de penetração segue em ritmo cadenciado de ocupação do vasto território do Oeste. Além do povoado inaugural, em 1719, do Senhor Bom Jesus do Cuyabá (e depois, em 1727, Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá), se destacam nessa década, em 1726, os de Santana (depois, em 1739, Vila Boa de Goyaz) ... Na década seguinte, em torno de 1734, a caminhada se faz em direção ao rio Guaporé e à serra dos Parecis, que resultaria, vinte anos depois, na fundação do Arraial de Pouso Alegre (depois Vila Bela da Santíssima Trindade). Simultaneamente, avança-se para a região do rio Arinos, afluente dos Tapajós, no centro norte do território matogrossense, ao mesmo tempo em que se perlustrava a região da bacia do Cuiabá, com a criação dos povoados de São José dos Cocais, (N.S. do Livramento), em 1730, e de Santo Antônio do Amarante, (Santo Antônio do Leverger), em 1734.”⁸

Esse período, de menos de meio século, terá influência decisiva no futuro da Colônia. Todo aquele esforço que, nos dois séculos anteriores, embalde a Coroa havia desenvolvido para estimular

a emigração para o Brasil foi amplamente satisfeito e, a tal ponto que, para que não se despovoasse o Reino, são adotadas duras providências restritivas.

Sabe-se, [...], que houve alarme em Portugal, e que se chegou a tomar medidas concretas para dificultar o fluxo migratório. Se se têm em conta as condições de estagnação econômica, que prevaleciam em Portugal – particularmente na primeira metade do século XVIII, quando se desorganizaram suas poucas manufaturas – para que a emigração suscitasse uma forte reação evidentemente deveria alcançar grandes proporções. Com efeito, tudo indica que a população colonial decuplicou no correr do século da mineração.⁹

Todavia, a tendência à vida urbana e ao trabalho, quase que exclusivamente voltado para a exploração do ouro, fez com que a atividade agrícola e criatória fosse completamente desprezada, utilizada quase que somente como meio de subsistência familiar, a tal ponto que a fome geral não tardou a grassar por largos períodos. Este *modus vivendi* ficou tão acentuado que, mesmo muito tempo depois de exaurido o ouro, a ‘recusa’ ao trabalho agrícola permanecia. Hercules Florence, que aqui esteve em meados da segunda década do século XIX como membro da expedição científica do Barão de Langsdorf, referindo-se aos cuiabanos, testemunha que:

Não tratam da agricultura nem da criação de animais senão para acudir às necessidades de alimentação. Por toda a parte cercados de desertos, dos quais o menos vasto tem 100 léguas de largo, não poderiam os cultivadores exportar o sobressalente de suas colheitas ou os resultados de sua indústria sem gastos que elevariam os preços dos produtos de modo a não suportar a mais ligeira concorrência.¹⁰

Esta característica de ordem econômica foi tão marcante que fixaria seus reflexos no perfil social e psicológico dos habitantes das minas.

UM IMPORTANTE ARRAIAL

Coração geodésico da América do Sul, Cuiabá era um movimentado arraial e fervilhava de gente.¹¹ Segundo dados trazidos por Aroldo de Azevedo, o conhecido geógrafo, Cuiabá, na segunda metade do século, tinha mais de 10.000 habitantes, vindo logo atrás de Salvador, Rio de Janeiro e Vila Rica. O mesmo autor cita os cálculos do viajante inglês John Mawe para o qual, em 1810, Cuiabá seria a terceira cidade do país, com cerca de 30.000 habitantes, logo abaixo do Rio de Janeiro (com 100.000) e de Salvador (com 70.000). São Paulo teria uma população em torno de 15 a 20.000 almas.¹²

O ouro representa um significativo avanço para a lusitanidade, também sob outros aspectos decisivos. O processo migratório não é útil somente como fator de povoação, de ocupação territorial e de consolidação do domínio português. A corrida ao Oeste teve características de extrema importância tanto no que se refere à quantidade, quanto na qualidade social do povoador, particularmente do imigrante.

Em um livro, que se tornaria clássico, publicado em Lisboa em 1711, seu autor assinala que:

Cada ano, vêm nas frotas quantidade de portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos; nobres e plebeus; seculares, clérigos e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não tem no Brasil convento nem casa".¹³

Como se observa, a descoberta do ouro atrai um outro tipo de gente e representa, por assim dizer, um salto qualitativo nas características sócio-culturais da população que passa a ocupar os longínquos rincões. Agora aqui aportam cidadãos da Metrópole, gente de mais fino trato, pessoas de melhor qualidade cultural.

Diz Furtado que “a economia mineira abriu um ciclo migratório europeu totalmente novo para a colônia”.¹⁴

Ao contrário do que ocorreu no ciclo do açúcar em que, pelos investimentos que eram necessários para a montagem e a exploração dos engenhos de cana que exigiam grandes somas de recursos, a economia mineraria atraía gente de poucas posses. Qualquer um assim poderia, com um mínimo de investimento, buscar ouro. Afirma aquele autor que: “Dadas suas características, a economia mineira brasileira oferecia possibilidades a pessoas de recursos limitados, pois não se exploravam grandes minas (...) e sim o metal de aluvião que se encontrava depositado no fundo dos rios.”¹⁵ Ora, é evidente que as características dessa economia, composta em sua grande parte por pequenos comerciantes, artífices, manufatureiros etc, que, eles mesmos, ao contrário dos precedentes, tinham bancado a sua transferência para a Colônia, daria um novo perfil social àquela população de meados do século XVIII.¹⁶

Qual era então o perfil do homem das minas?

Na vida urbanizada do Oeste existia um quadro social muito longe da estratificação hierarquizada verificada em outras Capitanias. Conquanto houvesse escravos em bom número era, no entanto, significativo a quantidade de artífices livres. Como a grande maioria, se não a totalidade, dos recém chegados à Colônia se dirigia às minas, deduz-se que a influência liberalizante aí predominasse sobre os rígidos ditames do mando conjugado estatal e eclesial.

UMA RAÇA NOVA

Estes novos habitantes dos confins do Oeste tinham um perfil diferenciado. Se, por um lado, possuem uma experiência maior na atividade mineradora, graças aos anos passados nas Minas Gerais, por outro é basicamente constituído por gente de origem cidadina, em sua grande maioria proveniente das cidades mineiras ou oriunda da Metrópole portuguesa. Assim, esta “característica urbana” da população se transfere para as povoações oestinas, dando-lhes um perfil de cultura que sequer São Paulo e Rio de Janeiro então possuem.

Sérgio Buarque de Holanda, em celebrado ensaio assinala que os empreendedores das caravanas monçoeiras são “em tudo uma raça nova, portadora de novos ideais, novas tradições, nova mentalidade”¹⁷, ou seja, a mentalidade de uma gente que veio para se estabelecer, sem aquele caráter aventureiro e tão predador de outrora. De outra parte, trata-se de pessoas muito mais esclarecidas do que aquelas que vivem no litoral.¹⁸ Em outras palavras, aqui no Oeste passa a existir uma população mais instruída e de educação mais conforme os ventos liberalizantes que então sopram na Europa. Gilberto Freyre diz que “os portugueses que chegavam eram mais liberais que a nobreza da terra”.¹⁹

Da mesma forma, as minas proporcionam uma mobilidade social muito grande. As possibilidades de um homem de poucas posses de se tornar em “empresário” eram imensas. Como o ouro era encontrado praticamente à flor da terra os investimentos para a sua descoberta não eram vultosos, o que estimulava a que, com os recursos disponíveis, se contratassem outros homens livres ou então se adquirissem escravos, cuja quantidade ia aumentando na proporção exata do lucro proporcionado pelas descobertas. A elevada lucratividade do negócio permitia a sua expansão e, como direta consequência, se dava também a ascensão social do empreendedor.

Duas outras características, e que aqui nos interessa assinalar como indicadores de uma nova ordem social que se instalava, se impuseram à atividade mineradora. Uma, era o dinamismo empresarial que o empreendimento exigia: é que, como era incerto o período de duração das lavras, tinha-se que ter capacidade gerencial para se efetuar o deslocamento rápido para as novas áreas que iam sendo descobertas; a outra era a especialização exigida nas técnicas de mineração, assim como a competência necessária para a administração do pessoal, dos víveres e dos poucos recursos disponíveis.

Estes fatores econômicos resultam em elementos sociais muito próprios e absolutamente diferenciados da velha economia do

engenho. Essa nova organização da sociedade diz respeito tanto ao homem livre como ao escravo. Continuemos com Furtado:

Na economia mineira, as possibilidades que tinha um homem livre com iniciativa eram muito maiores. Se dispunha de recursos, podia organizar uma lavra em escala grande, com cem ou mais escravos. Contudo, o capital que imobilizava por escravo ou por unidade de produção era bem inferior ao que correspondia a um engenho real. Se eram reduzidos os seus recursos iniciais, podia limitar sua empresa às mínimas proporções permitidas pela divisibilidade da mão-de-obra, isto é, a um escravo. Por último, se seus recursos não lhe permitiam mais que financiar o próprio sustento durante um período limitado de tempo, podia trabalhar ele mesmo como faiscador. Se lhe favorecia a sorte, em pouco tempo ascenderia à posição de empresário.²⁰

De igual modo, o escravo tinha uma perspectiva muito mais alvissareira que na economia açucareira, já que:

[...] a forma como se organiza o trabalho permite que o escravo tenha maior iniciativa e que circule num meio social mais complexo. Muitos escravos chegam mesmo a trabalhar por conta própria, comprometendo-se a pagar periodicamente uma quantia fixa a seu dono, o que lhes abre a possibilidade de comprar a própria liberdade. Esta simples possibilidade deveria constituir um fator altamente favorável ao seu desenvolvimento mental.²¹

A sociedade que vai se formar na região mineira é, pois, sob todos os aspectos, bem distinta daquela existente na região açucareira e na zona litorânea.

O perfil dessa população, como já assinalei, é o de gente típica da cidade, com hábitos e costumes muito próprios e característicos que, de permeio ao convívio diário com pessoas de todos os estratos econômicos, inclusive escravos, resulta numa

sociedade sem a acentuada estratificação social, tal como a existente até então. Um autor contemporâneo assinala que “o caráter predominantemente citadino dos emboabas estabelecia vivo contraste com a rusticidade dos bandeirantes e mesmo dos habitantes dos maiores centros urbanos da colônia, condicionados todos, estreitamente, pela vida rural”.²² Essa rivalidade, contudo, era mais sentida no litoral que por estas bandas, até porque a presença dos forasteiros aqui havia se tornado majoritária. O inevitável conflito, que no transcurso do tempo sempre opôs o *status quo* ao novo, e é comum a todas as sociedades em qualquer parte do mundo, se repetia na Colônia. Todavia, no litoral ele se deu com maior ênfase que no sertão. Nas minas, não havia um tão claro contraste; a oposição se manifestava de modo muito discreto e dissimulado, às vezes sob a forma da chalaça, como se pode ver em Barbosa de Sá.²³ É evidente que também os forasteiros revidavam, fazendo as suas ironias.²⁴

De todo modo, o ambiente social, como já assinalado, era o da presença daqueles ares liberalizantes que, importa dizer, não existiam nos núcleos litorâneos. Um exemplo, entre tantos, desse espírito de intolerância para com as manifestações artísticas nos vem de São Paulo: “... em 1762 três fidalgos de boa vontade alugaram um casarão na rua de São Bento, entre a igreja homônima e o Largo do Rosário, para montar um teatro nos moldes dos portugueses”.²⁵ Foi então apresentada uma denúncia perante o conselho municipal. Este intimou aos responsáveis para que “apresentem a ordem que tem regia de Sua Magestade para fazerem a dita opera”, isto se fez, “por não convir ao bem comum desta cidade o fazer-se semelhante casa (... por ser) grande offensa de Deus e prejudicial à conservação desta cidade”.²⁶ As obras foram interrompidas. Somente anos após, um novo governador, Dom Luís Antônio de Souza Botelho e Mourão, é que veio a permitir que “fosse adaptado para sala de espetáculos o andar térreo do palácio do governo, no ‘pátio do colégio’, onde, provavelmente, apenas se festejavam os nascimentos e os casamentos da família real”, como nos informa Cacciaglia.²⁷ Vinte anos depois, entre 1793 e 1795, sob a iniciativa do governador Bernardo José de Lorena uma Casa de Ópera seria construída. Por esse episódio se

constata que a liberdade de ação existente nas vilas mineradoras era bem superior a do restante do país.

Tínhamos aqui, entre meados do século XVIII e pelo menos até a primeira e as segundas décadas do século XIX, um quadro social diferenciado. Um certo clima de liberalismo existente nos costumes, como nos lembra Gilberto Freyre, foi de extrema importância para criar o ambiente propício às atividades artísticas.²⁸

É, pois, neste ambiente favorável que vai surgir a primeira crítica teatral escrita em solo brasileiro.

O TEATRO NAS MINAS DO CUYABÁ

O ambiente liberal existente na Cuiabá da última década do século dezoito era perfeito como uma luva para fazer prosperar atividades culturais, e em particular as cênicas, resultando naquilo que um autor contemporâneo diz ter sido “uma das maiores e mais surpreendentes curiosidades da história do tablado nacional”.²⁹

Todavia, é preciso que se lembre que havia já uma certa tradição teatral, se assim pudermos dizer, por estas bandas.³⁰ Os relatos escritos por José Barbosa de Sá (até 1765) e continuados por Joaquim da Costa Sequeira, (daquele ano até 1781)³¹, mostram pelo menos quatro momentos importantes dessas atividades teatrais antes de 1790: em 1729³², com a trasladação à Cuiabá da imagem do Senhor do Bom Fim, vinda do sítio de Camapuã, e a sua entronização na igreja matriz, os festejos duraram vários dias e uma comédia foi representada³³; em 1763, o nascimento do neto, de mesmo nome, do rei D. José deu ensejo a comemorações por dias seguidos, com apresentação de várias peças³⁴; no mês de julho de 1769, dia 20, com a chegada à Cuiabá do governador Luiz Pinto de Souza Coutinho são realizados mais de quarenta dias de festas, tendo sido apresentadas cinco comédias e duas óperas³⁵, e, em 1772, 4 de outubro, óperas e comédias são encenadas na recepção ao governador Luiz de Albuquerque.³⁶ Impõe-se, contudo, a referência sobre a realização de algumas outras festas, ainda que não tão importantes e duradouras

como aquelas, que aqui aconteceram no período. Por exemplo, as de 1780 pela inauguração da matriz da Freguesia de Santana do Sacramento, em Chapada dos Guimarães; a comemoração, em 1781, como aliás se fazia todos os anos, do patronímico de Santo Antônio de Lisboa, em Vila Bela e arredores³⁷; em 1782, o aniversário da Rainha em Vila Bela³⁸; em 1785, os festejos de Nossa Senhora da Esperança, padroeira de Casal Vasco.

Período marcante para o teatro foi, sem dúvida, esse em que Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres presidiu os destinos de Mato Grosso.³⁹ Homem da Corte, europeu instruído, Cáceres apreciava muito o teatro. Seu 'Diário de Viagem'⁴⁰ registra que durante a longa travessia do Atlântico várias peças foram apresentadas à bordo, e não só as de origem do teatro português, que era grandemente influenciado pelo espanhol, mas algumas do repertório francês, sobretudo as de Molière. As festas em Cuiabá, como já vimos, incluíram inúmeras peças. Nos Anais do Senado ficaram registrados que "Houve vários festejos de óperas e comédias em tablado público, além de danças, bailes e outros divertimentos que duraram por muitos dias, sendo, em todos, geral o contentamento".⁴¹ Ao chegar ao seu destino, Vila Bela, nova recepção calorosa. A sua posse, em 13 de dezembro, foi marcada, além da missa solene e do Te-Déum, por representações de comédias, fogos de artifício, bailes populares etc. Registre-se que, durante todo o longo governo de Albuquerque, houve incontáveis festas populares, em todas com representações. Aquelas peças apresentadas a bordo foram transferidas para as terras do Oeste.

O governador promovia em Vila Bela pelo menos duas grandes festas por ano - no aniversário do Rei e no dia de Santo Antônio - mas os núcleos que fundara Vila Maria, Casal Vasco e São Pedro de El Rei, não ficavam esquecidos. Os Anais da Câmara de Vila Bela, conservados no arquivo dos Albuquerques em Portugal, e que foram pesquisados por Gilberto Freyre, registram que:

[...]ano houve, no Palácio do Governo, em Vila Bela, festas, danças, ceias, máscaras, representações de comédias, recitativos de poesias, com Luiz como promotor e animador dessas expansões de alegria portuguesa e dessas exibições de arte européia quase no meio de matos tropicais do interior do Brasil.⁴²

A constância dessas representações teatrais foi criando um gosto peculiar na população pelo teatro. Não existia festa que não se representasse um entremez, uma comédia, uma tragédia. O governador, sem embargo das inúmeras atividades que tinha como administrador e como comandante militar de uma conturbada região fronteiriça, estimulava os festejos populares, além daqueles propriamente oficiais que, como já disse, tradicionalmente realizava. “Em que palácio de governo do então ainda vasto império português terá havido uma tal sucessão de festas de qualidade, dadas pelo governador, como as que houve em Vila Bela?”, indaga Freyre.⁴³

Havia, paralelamente, uma clara determinação de europeização dos trópicos. Vila Bela a princípio, e depois Cuiabá com a transferência da sede do Governo, esta contudo, em menor grau, foram enquadradas no modelo cultural e político da Metrópole.⁴⁴ A mudança da sede do governo iria enfraquecer os traços da cultura setecentista européia na antiga capital, embora não de todo, pois um viajante registraria em 1877 em Vila Bela “festividades que ainda hoje ahi se solemnisam conforme as reminiscências dos tempos coloniaes”.⁴⁵ Dentre essas festividades estavam as tradições do teatro e das danças, estas com características que posteriormente se incluíram na miscigenação com a cultura afro, que o mesmo autor anteriormente citado, diz ser de “mascarados, bandos, simulacros de combates, representações de mysterios, etc.”⁴⁶ Francis Castelnau, tendo visitado a Província anos antes de Severiano, comentaria sobre os festejos, sempre acompanhados de representações cênicas, que vira em Vila Maria (Cáceres) por ocasião da comemoração do aniversário da fundação da cidade, em 1778. Casal Vasco era outro sítio onde se promoviam festas e apresentações teatrais com muita

talvez tivesse sido a mais grave de tôda história do teatro nacional. Vinte peças em trinta e sete noites festivas.”⁵²

SERIAM DO OUVIDOR GERAL ESSAS ANOTAÇÕES?

Como transcorreram os festejos? Que peças e apresentações foram estas? Disto dá-nos conta precisamente o Dr. Diogo de Toledo Lara e Ordonhes. Seu relato, sob o título de **Crítica das Festas**, seguido de uma **Lista das Pessoas que entraram nas funções principaes de Agosto de 1790** e ainda da coletânea de uma série de versos recitados na ocasião, por ele denominada de **Obras poeticas**, entra para a história da dramaturgia brasileira como a primeira crítica de teatro escrita em solo pátrio.

Esse inédito conjunto de observações foi publicado pela primeira vez na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. IV, correspondente aos anos de 1898-1899, das páginas 219 a 242. O responsável por sua publicação foi Antonio de Toledo Piza que o encontrou entre papéis que haviam pertencido ao Ten. General José Arouche de Toledo Rendon, talvez o irmão de Diogo de Toledo. Em nota de rodapé, o editor fez a seguinte observação:

Esta crítica foi encontrada junto aos versos e à descrição dos festejos acima dados. Não é da penna de Diogo Ordonhes, porém parece ser de algum seu secretário ou companheiro; está truncada, faltando algumas paginas no começo; mas, ainda assim é interessante, apesar de não ter sido concluída.

Esta ressalva foi aceita, ou pelo menos não foi frontalmente contestada, por Virgilio Corrêa Filho, nosso maior historiador. Em seu estudo, *Bosquejo da Evolução Literária de Mato Grosso*, admite:

Ao retirar-se para São Paulo, ao fim da sua judicatura, Lara Ordonhes trouxe a descrição das festividades promovidas em sua honra, acompanhada de comentários, que traduziam a sua própria opinião, como revela mais de uma referência

“recitou o epílogo em meu elogio, cômico em meu louvor, foram os que m’a ofereceram ...). Mas a registrou por letras de algum dos seus auxiliares, conforme sugeriu A. de Toledo Piza[...]”⁵³

Todavia, vários estudiosos do teatro brasileiro são categóricos em atribuírem a autoria exclusiva ao nosso Ouvidor. Entre estes, J. Galante de Souza: “Do seu conteúdo, porém, parece poder-se deduzir que são realmente da autoria do homenageado.”⁵⁴ e Viriato Corrêa:

Na última década do século XVIII ainda não havia jornal no Brasil. O ouvidor Diogo de Toledo Lara Ordenhes, ao traçar os juízos críticos, não pensou no público. Pensou unicamente nele próprio. Devia ter sido sincero porque é sempre com sinceridade que, sem testemunhas, falamos a nós mesmos.⁵⁵

Seria um mato-grossense que rebateria com firmeza, em trabalho de respeitável pesquisa, a ressalva colocada, pouco mais de um século antes, por Toledo Piza. Paulo Pitaluga, em seu opúsculo sobre D. Diogo, escreveu:

[...]os originais das críticas, encontradas no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, comparados com a extensa correspondência de Ordonhez que se acha no Arquivo do Estado de Mato Grosso, demonstram identidade das caligrafias.”⁵⁶

Ademais, como anotaram todos os autores, o uso de expressões de caráter pessoal, tais como “me vieram oferecer as comédias”, “recitou o epílogo em meu elogio”, “cômico em meu louvor”, “na minha saída deu o corpo militar uma descarga bem conforme”, etc, certamente caracterizam a autoria dos comentários. Hoje não mais restam dúvidas de que os escritos são mesmo de autoria do Ouvidor. Homem culto, ilustrado na Corte lisboeta, ligado às letras, apreciador do teatro, não haveria porque designar outrem para por ele escrever o relato, que seguramente o fez de próprio punho e com grande deleite. Os estudiosos do teatro hoje o consagram como, indiscutivelmente, o primeiro crítico teatral brasileiro.

Sobre a precedência histórica de D. Diogo de Toledo já não se tem qualquer dúvida. J. Galante de Souza, talvez o primeiro a abordar o tema, historiou:

Da inexistência da imprensa periódica, a dificuldade de reconstituição perfeita das nossas atividades teatrais, na época que estamos tratando. Não fôra as informações colhidas esparsamente nos cronistas coevos, e muito pouco poderíamos dizer sobre o assunto. Desnecessário será adiantar que, em matéria de crítica teatral, o vazio é ainda maior. Neste particular, porém vale a pena destacar uma 'Lista das pessoas que entraram nas funções principais de agosto de 1790', em comemoração do aniversário do Ouvidor Diogo de Toledo Lara Ordonhes. (...). É a primeira crítica teatral de que temos notícia, para não falar nas observações de Fernão Cardim.⁵⁷

Viriato Corrêa, outro que tratou do tema, curiosamente no mesmo ano de 1960, começa por indagar para, em seguida, responder ele mesmo:

Será possível, nos nossos quatro séculos e meio de vida histórica, saber-se qual foi o primeiro homem que escreveu a primeira crítica teatral? É. E a identificação desse remoto aferidor de peças é uma das mais chocantes surpresas da curta história do nosso teatro. Surpresa chocante pela velhice do ano em que o crítico apareceu – agosto de 1790. Surpresa chocante pelo lugar em que o crítico surgiu – Cuiabá, capital de Mato Grosso. Surpresa ainda pela profissão que exercia o longínquo julgador de trabalhos cênicos – ouvidor. O Doutor Diogo de Toledo Lara Ordonhes, ouvidor de Cuiabá.⁵⁸

AUTORES PIONEIROS EM DIAS E NOITES ESFUZIANTE

Ordonhes deixou para a posteridade um quadro completo daqueles dias festivos. Teceu considerações, algumas bem objetivas e até atuais para os nossos dias, sobre a qualidade da atuação dos

artistas, descreveu as peças, falou sobre as apresentações musicais e os recitais de poesias, dos bailes e dos desfiles populares, bem como da vida da comunidade naquele período. Embora se reconheça ter havido certos exageros em algumas dessas observações, eles podem ser justificados (e quem assim não agiria?) por serem todos os acontecimentos em honra do crítico.

As homenagens começaram numa sexta-feira pela manhã, dia seis, com missa solene celebrada pelo vigário Vicente da Gama Leal, sendo o sermão de elogio pronunciado pelo reverendo José Gomes da Silva. À noite, houve grande baile de máscaras, com cinco contradanças. No dia seguinte, repetiu-se o baile da véspera. Dia oito, domingo, houve a cavalhada – apresentação infalível nas grandes festas brasileiras daquele tempo – durante todo o dia e, à noite, mais baile com contradanças, sendo que, novidade, encerrou-se a noite com uma ‘Dança dos Pardos’, dirigida por um escravo do padre José Fernandes Monteiro. É na segunda feira, dia nove, que começam as apresentações teatrais e a partir daí a população cuiabana assiste a uma seqüência deveras impressionante de comédias, dramas, farsas, entremezes, tragédias e até ópera⁵⁹: Aspásia na Síria, Inês de Castro, Irene perseguida e triunfante, Zenóbia no Oriente, Conde Alarcos, Tamerlão na Pérsia, O Tutor enamorado, Zaíra (de Voltaire), Ésio em Roma (de Metastasio), Saloio Cidadão, Sgnarello (de Molière), Amor e Obrigação, Focas, O velho louco de amor e a criada astuciosa, Moira em Susa (a última apresentada). Ésio, apresentada no dia 31, foi a primeira ópera encenada na Província.⁶⁰

E, de permeio, mais bailes e contradanças, cavalcadas e recitação de poesias. E uma novidade se fez presente nos festejos: um novo instrumento foi apreciado em Cuiabá. Pela primeira vez, quando da apresentação de Zaíra, em 29, a orquestra tocou uma trompa.⁶¹

Concluíram-se as festividades em 11 de setembro⁶², mas o dia de encerramento realmente importante foi o dia 8, dia do aniversário de Nossa Senhora. Com entusiasmo diz o nosso crítico:

A funcção ou comedia de hoje (8) pôz o sello a todos as mais e foi em tudo digna dos maiores louvores. Já o dia inteiro retumbou com o quasi não interrompido toque de caixas e clarins. É verdade que as outras funcções tambem eram annunciadas com os mesmos instrumentos, mas não com tanta eficacia. Quando foram as horas competentes appareceram (sem eu saber) todas as figuras marchando ao som de instrumentos que haviam de servir na mesma comedia; precediam os soldados, que foram em maior número do que em outras vezes; seguiam-se os musicos, depois o rancho das donzellas que eram oito e logo as mais figuras da comedia, rodeados todos de archotes. Na minha sahida deu o corpo militar uma descarga bem conforme. Fomos com este apparatus para logar do theatro, que já estava todo illuminado com grande profusão de luzes de cera (em todas as mais comedias só appareceram velas de cera que neste tempo estão bastantemente caras) e tudo o mais prompto de sorte que apenas se postou a musica quando logo rompeu a orchestra.

E por aí vai com seu entusiasmo.

Informa-nos Viriato Corrêa que, nesses dias esfuziantes, “a capital matogrossense repassou quasi todo o repertório que então fazia a delícia das platéias daquele final de século”.⁶³ Como se depreende, também no quesito atualização, devia-se muito às peças que vieram com Cáceres, e que foram apresentadas durante a travessia, bem como as trazidas por mensageiros reais e certamente por alguns dos novos povoadores, que ainda chegavam em busca do ouro. Como já vimos, o teatro, que no litoral tinha dificuldades de ordem política para ser apresentado, e só gradualmente se impôs, graças à influência direta de um eventual governante mais esclarecido, aqui ele prosperou com enorme facilidade. Carlos Moura sublinha que, em comparação com o litoral:

[...]Mato Grosso ocorreu justamente o contrário: o teatro da época foi trazido pelos próprios povoadores. Até mesmo a ‘arraia miúda’ era receptiva ao teatro. O enriquecimento rápido

dos mineradores oferecia um excelente mercado de trabalho que atraía até os artífices da Metrópole.⁶⁴

É preciso que se diga, porém, que algumas, ou a maioria, dessas peças, embora originalmente de autores franceses ou italianos, eram invariavelmente adaptadas.⁶⁵

[...]ao gosto português, e sofriam, em decorrência, tantas transformações, que um crítico moderno não hesita em classificar essas traduções - adaptações como verdadeira obra criadora portuguesa a partir de uma temática original. Por exemplo, os célebres melodramas de Metastásio foram quase sempre transformados em comédias típicas portuguesas do setecentismo.⁶⁶

De toda forma, como já se disse, Cuiabá estava no mesmo nível, e talvez um pouco acima, que as maiores cidades brasileiras no que diz respeito aos autores encenados.⁶⁷

Embora a predominância absoluta no país fosse das peças importadas, com a exceção de uma que outra de Luís Alves Pinto, e ainda assim muito localizado em sua região, Cuiabá assistiu nesses dias a um entremez criado por um autor local, cujo título lamentavelmente nosso crítico não anotou. No dia 24 de agosto, dia de São Bartolomeu, foi encenada uma peça do capitão Joaquim Lopes Poupino, devendo assim ser o mesmo considerado o primeiro autor teatral em Mato Grosso e certamente um dos primeiros do Brasil.⁶⁸

Ordonhes também reuniu, no que ele denominou de 'Obras poéticas', os versos que foram recitados naqueles dias. Um dos que mais se destacaram, tanto na recitação quanto no papel de ator, foi o professor de Latim, José Zeferino Monteiro de Mendonça. Em versos bem sofríveis ele escreveu poesias encomiásticas ao Ouvidor.⁶⁹ Rubens de Mendonça⁷⁰, o considera como sendo o primeiro poeta local, isto é, que teve sua criação aqui produzida e divulgada.⁷¹

IMPORTANTES ASPECTOS DA CRÍTICA INAUGURAL

Alguns aspectos retratados por Ordonhes são deveras muito interessantes e devem ser ressaltados como mostra de um rico mosaico da sociedade setecentista no Oeste, e não apenas no que diz respeito especificamente ao período festivo que deu ensejo aos comentários produzidos pelo Ouvidor. Vejamos:

1- A situação democrática vivida no tablado é um deles. Aqui se passou o que dificilmente seria possível no litoral, no que se refere aos artistas, se assim podemos denominá-los. Naqueles dias subiram ao palco indivíduos de todos os estratos sociais da cidade, pessoas de relevo, gente humilde e até escravos. No dia 6 de agosto, por exemplo, participaram das contradanças dois professores régio, um de ler e o outro de latim (José Zeferino de Mendonça), um major, um capitão (o nosso historiador Joaquim da Costa Sequeira), um tenente, cinco alferes, dois tabeliães, cinco estudantes, além de outros cujas profissões não foram identificadas. Em 8, a noite terminou com a Dança dos Pardos, dirigida por um mulato escravo do padre Vigário José Francisco Monteiro, este por sua vez representaria na comédia do Saloio Cidadão, na noite de 14. Destaque especial é dado pelo crítico à peça levada no dia 26, a comédia 'Tamerlão na Pérsia', representada por escravos, que dividiram o palco com o capitão Joaquim Xavier da Costa Valle, entre outros. Nas noites seguintes subiriam ao palco caixeiros de loja, pequenos negociantes ou traficantes. Estes atores são praticamente os mesmos em todas as demais peças, havendo, por suposição, um verdadeiro clima de confraternização entre estes participantes, com reflexos, certamente, no ânimo da numerosa platéia.

Isto é tão mais notável quando se sabe o absoluto preconceito que naquela época existia contra aqueles que subiam ao palco. Se a gente mais elevada podia até apreciar o teatro, no entanto tratava com enorme desprezo os atores. E se isso servia para os homens, muito mais então para as mulheres. Cacciaglia relata que:

[...]até a segunda metade do século XVIII, aproximadamente, a profissão de ator era considerada, no Brasil, altamente desonrosa. Por isso, dedicavam-se a ela quase exclusivamente os mulatos, os quais, por pertencerem a ínfimas classes sociais, não tinham uma particular reputação para defender.⁷²

No entanto, aqui em Cuiabá, pela descrição que se vê, houve um verdadeiro ‘encontro de classes sociais’ nos tablados.

2 – Outro ponto que nos chama a atenção é quanto a qualidade artística dos atores. Para alguns deles o nosso crítico não poupa elogios. Mesmo levando-se em consideração que as peças todas eram apresentadas em sua homenagem, o que implica em ser generoso nas apreciações, não se pode também deixar de se ter em vista, por outro lado, que, como as críticas não foram escritas para publicação imediata, elas permitiriam um tanto de sinceridade.

No comentário do dia 22 de agosto, um domingo, se referindo à semana que passou, escreveu que:

[...]ella toda foi occupadíssima para os mesmos comicos, a maior parte dos quaes nunca subiram ao theatro, nem serviram em funcções públicas, e por isso mesmo é tanto mais admirável o como executam os seus papeis.”

E aduz, com satisfação:

“Taes são a habilidade dos filhos do Cuyabá, o gosto com que se empenham e a efficacia dos ensaiadores!” Como se percebe, para o crítico até mesmo os “diretores” eram de qualidade! Um desses ensaiadores era o padre João José Gomes da Costa que tão competentemente preparou o elenco que surpreendeu o comentarista com o resultado:

Admirou-me que, sendo todos os comicos totalmente sem exercício algum de representação, nem ainda de outros actos publicos, sahissesem tão bem.” Outro ‘diretor’ elogiado foi Francisco Dias Paes responsável pela peça ‘Tamerlão na Pérsia’,

representada por escravos, que os preparou tão bem que “elles, além da comedia, cantaram muito recitados, árias e duetto, que aprenderam com grande trabalho, e como só o faziam por curiosidade causaram muito gosto.”

Dois atores são especialmente elogiados, “o incomparável João Francisco”, tão bom ator quanto cantor, que se houve muito bem na tragédia voltairiana Zaíra, e o escravo recém liberto, de nome Victoriano, de quem diz tratar-se de “uma grande figura” e que “elle talvez seja inimitável neste theatro nos papeis de character violento e altivo.” Um elogio também foi lançado ao elenco da peça ‘Conde de Alarcos’: “Esta comedia é excellente e foi bem executada; as damas, além de bem trajadas, executaram optimamente o seu papel, sendo singular o que fazia o papel de Branca, que foi Silvério José da Silva. Até os criados foram bem adornados.”

Mas não houve somente elogios. Já no segundo comentário que escreveu, correspondente a semana que começa em 15 de agosto, observou:

Na mesma semana se andou industriando um rancho de sujeitos totalmente bisonhos em cousas de danças e trajes próprios dellas. A excepção de dous ou três que já tinham entrado nas primeiras contradanças, todos os mais nada sabiam e eram caixeiros de lojas, ou pequenos negociantes ou traficantes.

Não obstante, em seu conjunto a crítica é amplamente favorável. Um exemplo é a que fez relativa ao elenco da comédia ‘Tamerlão na Pérsia’, exclusivamente

[;]; representada por crioulos. Quem ouvir falar neste nome dirá que foi funcção de negros, inculcando neste dito a ideia geral que justamente se tem que estes nunca fazem cousa perfeita e antes dam muito que rir e criticar. Porém não é assim a respeito de um certo numero de crioulos que aqui há; bastava ver-se uma grande figura que elles tem[...]

É oportuno trazer, para efeito de comparação, a observação sobre o processo de representação então em voga no Brasil:

A companhia era composta por mulatos que se esforçavam ao máximo, mostrando uma declamação pesadamente mnemônica, com o rosto coberto por maquiagem branca e vermelha, para esconder a sua tez escura. (...). A declamação, tratando-se freqüentemente de atores mulatos que decoravam os textos como papagaio, devia ser bastante monótona e rígida.⁷³

No escrito referente ao último dia, Toledo Ordonhes coroa sua observação sobre os atores com este comentário genérico:

Os actores, quer galans, quer damas, apresentaram-se com o maior aceio, riqueza, luzimento e bom gosto que se podem imaginar. Elles sabiam bem os seus papeis, foram bem ensaiados e não tiveram um só defeito palpável, nem na representação, nem em tudo o mais.

A esta altura, temos que convir, a levar-se ao pé da letra a opinião do nosso crítico, a Província de Mato Grosso destaca-se sobremodo como terra de bons atores.⁷⁴

3 – O Ouvidor-comentarista fez igualmente judiciosas observações do ponto de vista da dramaturgia, em particular abordando o conteúdo das peças. Assim, sobre uma apresentada em 8 de setembro, o último dia, escreve:

A comédia é, (à excepção de alguns poucos defeitos próprios do theatro portuguez) uma das melhores que ha. A bella versificação, a facilidade e energia das suas expressões, os continuados conceitos e sentenças em que abunda, os sentimentos nobres e sublimes que caracterizam os seus personagens, o bem encaminhado enredo, tudo faz que ella seja bôa e fez que a funcção ficasse mais lustrosa.

No dia 29, anota:

Representou-se a tragedia de Zaíra, acompanhada com o mais jocoso entremez que jamais vi representado. Esta noite foi certamente muito plausível, a tragedia boa de si mesma por ser muito terna e commover muito os affetos, supposto que a versificação é um pouco frouxa por defeito do traductor(...)... a bem executada acção das duas mortes e, finalmente, o sobredito entremez, que não fez um instante a toda a platéa cessar de rir e bater palmas[...]

De 'Conde de Alarcos' diz: "*Esta comedia é excellente e foi bem representada.*" E assim por diante, demonstrando, sem dúvida, conhecimento sobre o que escrevia.

Num comentário, atual até para os dias de hoje, descreve o figurino:

Apresentaram-se elles neste domingo, à tarde, em numero de 12 figuras; os galans vestiam à maruja, mas tudo de chita, maquedum e calças, com gravatas vermelhas, barretes também vermelhos guarnecidos ou estufados de branco, todos com cintas largas, vermelhas, de seda guarnecida de espiguilhas. As damas vestiam todas de chita, bem armadas, com coifas e chapéos de volantes, preparados de flores e xarões.

Descreve as danças: "Uma parte da dança era cem passos de minuets, a outra era uma contradança, comprida, bem sabida e trabalhosa pelos pulos ou quartos que faziam."

Fala sobre a música e a orquestra:

[...]a abundância de árias e recitados, cantados com feliz execução pelo mesmo João Francisco, e alguns duettos por outros, com letra propria da tragedia (ainda que é impropria nesta cantoria); as belas sonatas que freqüentemente executou a orchestra, que teve de mais a mais a singularidade nunca vista, ao menos no meu tempo, em Cuyabá de possuir uma trompa, a boa illuminação[...] .

UNS ATORES ESPECIAIS

É interessante como em várias passagens o crítico elogia o desempenho das damas e das meninas.⁷⁵ Comentando a ópera 'Ésio em Roma': "Cantaram muitas árias, que executam bem, pois eles todos são curiosos na cantoria, além de que a dama que fazia o papel de Honória é músico de profissão, de voz e estilo." Sobre a comédia Conde de Alarcos: "... as damas, além de bem trajadas, executaram optimamente o seu papel, sendo singular o que fazia o papel de Branca, que foi Silvério José da Silva." Em Zaíra: "... representou o papel de Osman o incomparável João Francisco e o de Zaíra, Silvério José da Silva; o aceio e o adorno das damas" E assim por todas as demais peças. Mas não era somente no teatro, apresso em corrigir-me, em que o papel feminino exigia que marmanjos envergassem vestimentas próprias das mulheres. Não. Também nos bailes, as damas eram homens. Comentando a festa do dia 15 de agosto de 1790, um domingo, escreveu o Ouvidor:

[...] foi extraordinário o aceio de todos os mascarados, principalmente de tres damas, que eram o major Gabriel, o alferes Joaquim Rodrigues e Francisco Dias. Durou até uma hora da madrugada, tendo principiado cedo. Não houve tempo perdido; dançaram-se tres contra-danças (...), dançaram-se passapiés de dous e a quatro, minuets simples, a quatro e figurados, minuets da Côte, samavel, tudo com a maior perfeição possível.

Um baile e tanto, sem dúvida.

E até para recitar poesias por vezes se vestiam de mulheres. José Zeferino de Mendonça provavelmente assim se vestiu, se quisermos admitir que foi ele quem recitou nas noites de 6 ou 15 de agosto sonetos dedicados a Ordonhes.⁷⁶ O homenageado fez a seguinte observação logo abaixo do título da poesia: "Recitado por um sujeito de respeito e merecimento, trajado de rica farsa de dama."

É certo que era vedada a participação de mulheres no teatro, mas custa deixarmos de admitir que, por aqui, havia mesmo uma certa volúpia em marmanjos trajarem vestimentas femininos. E estes não eram quaisquer, como se pode ver. Ao contrário, eram homens da mais alta respeitabilidade, responsáveis pais de famílias. É fato que, por um longo período, entre os séculos XVIII e XIX no Brasil, os papéis femininos foram desempenhados por homens. Mário Cacciaglia conta que

[...]um viajante inglês, em 1787, teve a infelicidade de assistir a uma representação, de inspiração arcádica, na qual as pastoras eram robustos jovens que, trajando cândidas vestes virginais, ostentavam uma sombra de barba azulada e bíceps hercúleos. (...)por muito tempo permaneceu a tradição de dançarinos e de atores travestis, como testemunha a viajante vienense Ida Pfeiffer que, em 1846, assistiu a um espetáculo organizado no Rio no quartel de artilharia da rua dos Barbonos, por ocasião do batizado da princesa Isabel: o gracioso corpo de baile era formado pelos próprios soldados.⁷⁷

O que nos espanta, no entanto, no caso da nossa Vila, não é a mera representação desses papéis femininos, mas a insistência, (eu acima disse voluptuosa? Disse sim), uma autêntica volúpia, repito, em se vestir de mulher. E isto não só para o desempenho cênico, mas para se ir ao baile como dama e até mesmo para recitar poesia. Alguns se sobressaíram nos comentários do Ouvidor. Um destes foi certamente Joaquim de Melo Vasconcelos. Ele atuou em alguns dos principais papéis femininos: foi Aspásia, em 'Aspásia na Síria', foi Irene, na comédia 'Irene perseguida e triunfante', foi ele ainda que interpretou Astréia, a filha do rei Segismundo, na peça 'Amor e Obrigação'. Outro que desempenhou seguidos papéis femininos foi Silvério José da Silva. Atuou num papel menor, como uma criada, em 'Salóio Cidadão', foi Fênix em 'Amor e Obrigação', Branca (elogiadíssima) no 'Conde de Alarcos', mas brilhou mesmo foi como intérprete de dois papéis de destaque: foi Inês de Castro, no drama de igual nome, e fez a Zaíra, na tragédia de Voltaire. Existiam outros,

mas estes foram insuperáveis. Com indisfarçável ironia, Viriato Corrêa pressupõe sobre Joaquim de Melo Vasconcelos:

Devia ser um homem profundamente feminino esse remoto envergador de saia do tablado de Cuiabá. Devia ter voz melíflua, olhos langorosos, ademanes e requebros fascinantes. Sim, porque era nele que se primeiro se pensava quando se precisava, no palco, de uma figura de mulher.

E, não satisfeito, em apontar um único apenas, Corrêa informa: “Mas não pensem que, na capital matogrossense, só houvesse um homem com jeitinho feminil. Havia outros.”⁷⁸ O certo é que esses homens vestidos de mulheres fizeram grande sucesso nas terras matogrossenses, como dá testemunho Ordonhes.

A INFLUÊNCIA NOS TEMPOS POSTERIORES

Essa grande tradição do teatro em Mato Grosso, cujo marco inicial se coloca em 1729, com a trasladação à Cuiabá da imagem do Senhor do Bom Fim, e cujo ápice é certamente o ano de 1790, se projetou nos anos futuros.

Carlos Moura escreve que “apesar da pobreza e do isolamento, Cuiabá manteve em pleno sertão a tradição cultural urbana que data de sua fundação. O espírito do Século XVIII marcou a história da cidade.⁷⁹ Outros acontecimentos marcariam a vida da cidade. Joaquim da Costa Sequeira, por exemplo, comenta as grandes festas realizadas em Cuiabá em 1809, por ocasião da restauração de Portugal, e alude a que “as outras capitanias visinhas não tinham chegado a tanto, contudo estes povos ainda não se davam por satisfeitos.”⁸⁰ Joaquim Ferreira Moutinho, escrevendo em 1867, testemunha:

A vocação pela música e pelo canto é dominante entre homens e senhoras; e se esta arte não chegou ainda ao seu estado de perfeição n’essa região tão remota é somente pela falta de mestres. A flauta, rabeca, violão e quase todos os instrumentos, à

excepção da harpa que é desconhecida ali, são excessivamente apreciados e o seu estudo cultivado com feliz resultado.⁸¹

O cientista Karl Von den Steinen que aqui esteve na década de 80 do século dezenove registraria: "Não é possível que haja uma outra cidade no mundo onde se toque mais música, se danse mais, se jogue mais baralho do que aqui."⁸² Outros visitantes, sobretudo os cientistas estrangeiros que estiveram em Cuiabá no século XIX, anotaram traços culturais importantes em sua população.

No que diz respeito especificamente às atividades teatrais, dá-nos exemplo dessa pujança o sempre citado Carlos Francisco Moura. Informa-nos ele que, no período de 1729 até o último ano do século XVIII, são documentadas, na capitania de Mato Grosso, representações de pelo menos 80 peças, enquanto que o total das representações havidas nas demais capitanias em todo esse século, é de menos de cinquenta.⁸³

Uma última curiosidade. Foi nesse mesmo ano de 1790 que, por iniciativa do empresário português Manuel Luis Ferreira, veio ao Brasil a primeira companhia estrangeira de teatro, a do ator português Antônio José de Paula.⁸⁴

Essa tradição festiva, alegre, bem disposta, acolhedora, irônica e matreira, desconfiada-confiante, a qual se junta a tradicional hospitalidade, é parte integrante do perfil daquilo que poderíamos denominar de 'cuiabania'. Enfim, esse notável espírito lúdico da gente cuiabana, cujas raízes podem ser encontradas nesse momento histórico que acabamos de ver, está a merecer, certamente, um estudo mais aprofundado para o futuro.

O LEGADO

O Dr. Diogo de Toledo Lara e Ordonhes tinha uma formação intelectual européia, já que se formou em Coimbra e logo após viveu em Lisboa, passando em Portugal cerca de doze anos e os altos cargos que exerceu no Brasil, posteriormente em Portugal, e por

último novamente em sua pátria, dão testemunho de que era um homem de largo prestígio e de ampla cultura humanística. Dele consta que, tanto em Lisboa como em Coimbra, desde a sua época de estudante e depois em seu retorno à Metrópole, conviveu com as melhores rodas literárias e se tornou um assíduo freqüentador de teatros. Com esse *curriculum* é de se justificadamente presumir que sabia muito bem do que estava falando quando escreveu aquelas notas nas calorentas noites cuiabanas.

Ordonhes deixou para a posteridade a descrição de um quadro completo daqueles dias festivos transcorridos numa distante vila colonial do longínquo Oeste. Anotações que se transformariam num documento único para a memória das artes cênicas em nosso país, uma página memorável para a própria da história da cultura brasileira.

NOTAS

¹ – Extrato de ensaio que faz parte do livro do autor, **Panorama da Literatura e da Cultura em Mato Grosso**. Cuiabá: Verdepantanal, 2004

² Advogado, diplomado em História, professor universitário, doutorando em Filosofia e Sociologia pela Universidade Jaume I, Castellon de la Plana, Espanha. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, da Academia Mato-Grossense de Letras, do Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB (RJ), entre outras instituições. Tem vários livros publicados nas áreas de Direito, História, Literatura e Poesia.

³ Roberto Simonsen (**História Econômica do Brasil**, 1500-1820, vol. II., 1957), calcula que, a partir das descobertas das primeiras minas no último quarto do século antecedente, mais de cinquenta por cento da população brasileira existente em 1700 se desloca avidamente em busca das riquezas. E não são apenas de residentes na Colônia, pois mais de 800 mil indivíduos, num espaço de pouco mais de cinquenta anos, se transferem da Metrópole. Celso Furtado

(Formação Econômica do Brasil, 1974) estabelece um cálculo menor, embora não menos significativo: "... a população de origem européia deveria alcançar (ignorado o efeito migratório) cerca de 300.000 pessoas ao término do século XVIII. Como os dados de que se dispõe indicam para essa época uma população de origem européia de algo mais de um milhão, deduz-se que a emigração européia para o Brasil no século da mineração não terá sido inferior a 300. 000 e poderá haver alcançado meio milhão."

⁴ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974, p.75.

⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1963, p.65.

⁶ Como escrevi em trabalho anterior: "O sangrento conflito que passou à História como a 'Guerra dos Emboabas', resultou na expulsão dos paulistas e os forçou, agora com conhecimento geográfico e experiência em técnicas de mineração, para as áreas em que, num período anterior, havia sido descoberto ouro de aluvião. Em meados do século principia a decadência da mineração em Minas Gerais, o que vem a contribuir ainda mais para que, nas décadas seguintes, se deslocasse o eixo da economia mineraria para as regiões oestinas." – *Mato Grosso – Terra e Povo*, vol. I, Cuiabá: Verdepantanal, 2001.

⁷ *Carta Régia de D. João V*, datada de 9 de maio de 1748, criou a Capitania de Mato Grosso, desmembrando-a da Capitania de São Paulo.

⁸ *Mato Grosso Terra e Povo*, id. ib., pg. 47

⁹ FURTADO, Celso. Ob.cit., p.74

¹⁰ *Viagem Fluvial do Tiête ao Amazonas (1825 – 1829)*. São Paulo: Melhoramentos, p. 175

¹¹ Errou então Viriato Corrêa em seu artigo – O mais antigo crítico teatral do Brasil – quando escreveu: "Em 1790, Cuiabá devia ser

uma pobre aldeia, acanhada e triste. E pequenino devia ser o número de criaturas que a habitavam”. Dionysos. RJ: SNT, 1960.

¹² AZEVEDO, Aroldo. **Vilas e Cidades do Brasil Colonial**, p. 51. Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva, Fac. de Filosofia Ciências e Letras da USP. Boletim 208, Geografia nº 11, S.Paulo, 1956, p.51. *Apud* MOURA, Carlos Francisco. **O Teatro em Mato Grosso no século XVIII**. Belém: SUDAM, 1976, pg. 26. Existe, não obstante, contestação a estes dados.

¹³ ANTONIL, André João. (pseudônimo de João António Andreoni). **Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

¹⁴ *Ob.cit*, p. 74

¹⁵ *Idem*, *ibidem*, p.74.

¹⁶ As transferências anteriores haviam sido basicamente proporcionadas ou subsidiadas pelo governo. Neste momento são os imigrantes mesmo que tomam a iniciativa de arcar com os custos do deslocamento. Celso Furtado informa que “o financiamento dessa transferência de população em boa medida foi feito pelos próprios imigrantes, os quais eram pessoas de pequenas posses que liquidavam seus bens, na ilusão de alcançar rapidamente uma fortuna no novo eldorado.” (*id.*,*ib.*)

¹⁷ *in*: Raízes do Brasil

¹⁸ É o mesmo ilustre historiador de Raízes do Brasil que observa não se encontrar com facilidade nomes de famílias tradicionais de São Paulo entre aqueles que embarcavam nas monções.

¹⁹ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**.

²⁰ *Ob.cit*, p. 75

²¹ *Id.*,*ibidem*.

²² Para acentuar essa diferença, o autor chama a atenção para uma curiosidade no trajar de nossos antepassados: “Este contraste era

ostensivo até na roupa que usavam, e foi justamente esse fato que deu motivo ao epíteto zombeteiro que lhe puseram os bandeirantes, conforme preciosa informação contida numa passagem do primeiro cronista de Mato Grosso, José Barbosa de Sá: ‘Versando aquellos famosos aventureiros, tanto Americanos a quem chamavaõ Paullistas pela nominação da pátria como eorpeos chamados emboabas, nome derivado das gallinhas calsudadas por não largarem as meyas e sapatos em todo o serviso ... (Relação das povoações de Cuyabá e Mato Grosso de seus Princípios thé os Presentes Tempos – Anais da Biblioteca Nacional, vol. XXIII, p.25, Rio de Janeiro, 1901)’. E, conclui: “*Era realmente o cúmulo da elegância citadina enfrentar o inóspito sertão sem tirar meias nem sapatos, qualquer que fosse o serviço.*” MOURA, Carlos Francisco. Ob., cit, pg. 25.

²³ A ojeriza aos elegantes e educados citadinos era mais manifesta no litoral, onde a presença política da velha nobreza colonial era mais forte. O próprio vice-rei Marques do Lavradio, (1769 a 1779), que no Rio de Janeiro estimulava a cultura e chegou a criar uma Casa da Ópera, foi apelidado de “O gravata”, pelos modos elegantes que tinha. Sobre esse homem do mundo, um exemplo do novo tipo de governante que para cá a Metrópole enviava, são registradas várias iniciativas como estímulo à cultura. Um autor escreveu: “... por impulso do vice-rei marquês do Lavradio, (criou-se) uma Casa da Ópera, situada na atual praça 15 de Novembro, junto ao palácio do próprio vice-rei, grande cultor da vida mundana e da beleza feminina, que via no teatro uma oportunidade ideal para satisfazer suas paixões.” cf. CACCIAGLIA, Mário. **Pequena História do Teatro no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz / USP, 1986, p.24

²⁴ Um exemplo disso é o sucesso que fez a peça O Saloio Cidadão, apresentada em Cuiabá em 14 de agosto de 1790, e que é uma sátira aos costumes rústicos da gente rural.

²⁵ CACCIAGLIA, Mário. Ob., cit., p.29

²⁶ SANTANA, Nuto. São Paulo Histórico, vol. IV, pg. 54, São Paulo: Dep. de Cultura. *Apud*. MOURA, Carlos Francisco. Ob. cit., p. 32

²⁷ Id., *ibidem*.

²⁸ Carlos Moura (ob.cit.), cita: “Daniel de Carvalho, reportando-se a Miran Latif afirma que ‘nas minas não cabia o tom aristocrático dos senhores de engenho e nelas se desenvolvem as tendências igualitárias e o espírito democrático’”. (Daniel de Carvalho, *A Formação Histórica das Minas Gerais, Os Cadernos de Cultura, MEC, s/d.*)

²⁹ CORRÊA, Viriato. *Op.,cit.*, p. 4

³⁰ “Nenhuma capitania aderiu de forma tão total ao teatro. Em nenhuma ele teve tanta importância social e cultural”, diz Carlos Moura. (*Ob., cit.*, p.34)

³¹ ‘Relação das Povoações do Cuyabá e MatoGrosso de Seos Princípios thé os Presentes Tempos’ e ‘Chronicas do Cuyabá’, foram levadas para São Paulo pelo Ouvidor Dr. Diogo Toledo Lara Ordonhes e publicadas em 1898 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. IV.

³² Mas é de presumir-se que mesmo antes dessa data tenha havido uma ou outra apresentação cênica. Em novembro de 1726 chegou a Cuiabá o governador D. Rodrigo César de Menezes a quem, como era costume, “fizeram-lhe festas como o tempo e o lugar permitiram”, no registro de Costa Sequeira. Deduz-se que nestes festejos, lá estavam as representações.

³³ Como registro histórico é interessante transcrever o relato de Barbosa de Sá: “Neste anno mandouse pelo Senado da Câmara e pessoas principaes a buscar a venerável Imagem do Senhor Bom Jesus que hoje veneramos na Igreja Matris desta villa que estava no Citio do Camapoam.” E, em aqui chegando a missão, “Fesselhe festa de Missa cantada que pregou o Padre Mestre Frey Iozé Angola Relligiozo Francisco representaraóse duas Comedias ouveraó banquetes públicos e fogos durou o aplauso tres dias tudo a custa de pessoas principaes sendo os que mais se signalaraó Balthezer de Sam Payo Couto e Antonio Correia de Oliveira que liberalmente despenderão de suas fazendas para estas festividades”. – *Ob., cit.*

³⁴ Barbosa de Sá foi um dos que se sentiram incomodados com tanta festa, sendo ele certamente um daqueles homens da velha cepa paulista que não aprovavam o comportamento liberalizante que começava prosperar na Capitania. Sobre esse episódio comentou em seus relatos: “durou o festejo hum mês com comedias, operas, danças, carros triumphantes, cavahada, fogos com tanto fervor que já aborrecião tantas festas rematadas com a chegada de huá grande monsaó de canoas com bom sucesso.” – Ob., cit.

³⁵ O mesmo cronista registrou: “No dia vinte de Julho deste anno chegou a esta Villa o General Luis Pinto de Souza Coutinho e o Doutor Ouvidor Miguel Pereira Pinto Teyxeira foraó recebidos com universal aplauzo o General com sermáo missa cantada Lausperenne comedias cavahadas danças durou a festividade thé o fim de agosto.” – Ob. cit.

³⁶ Carlos Moura observa, com o que concordo tendo em vista os precedentes, que de 1729 a 1761 existiram outros festejos, com igual apresentação de peças. Presume que não foram registradas pelo cronista porque este era um homem ao qual não apraziam tantas festas. Veja-se que praticamente todas duravam dias e dias seguidos e isto incomodava muito a Barbosa e certamente a outros. Moura escreve: “A má vontade do cronista, principal fonte de informes sobre este período, contra festas e comemorações talvez explique a ausência de notícias sobre teatro ao longo do período.” – (Ob., cit. p. 67). Ele registrou, muito *en passant*, os festejos de 1761 comemorativos do casamento do filho do Rei D. José.

³⁷ Informa Gilberto Freyre que no Anal de Vila Bela está registrado que houve quatro óperas muito bem executadas.- Ob., cit.

³⁸ Dias de festas, quando se apresentaram comédias, danças, máscaras, bailes e recitação de poesias. Diz Freyre que o capitão engenheiro Ricardo Franco de Almeida foi um dos que mostraram “o seu talento e erudição”. (ob., cit.)

³⁹ A historiografia contemporânea só em anos mais recentes passou a reconhecer, ainda que não de todo suficientemente, a dimensão

histórica da presença em solo brasileiro desse fidalgo português. O grande sociólogo Gilberto Freyre é certamente um dos maiores responsáveis para que apreciemos com maior atenção o trabalho desenvolvido nestas paragens por Pereira e Cáceres. Seu livro 'Contribuição para uma sociologia da biografia – O exemplo de Luiz de Albuquerque, governador de Mato Grosso no fim do século XVIII' (edição da Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978), lança uma luz sobre esse personagem que, de 1772 a 1789, realizou seguramente uma das mais profícuas administrações que esta região já teve até os nossos dias. "Tendo vivido e agido na segunda metade do século XVIII, continua quase ignorado. Quase desconhecido. Mas se lhe falta renome, não lhe faltam realizações (...). Renome à altura da acção de administrador, de político, de homem de armas que por dezessete anos desenvolveu no Brasil do século XVIII, como um dos mais realizadores dentre todos os governadores que Portugal encarregou de desbravar terras, domesticar indígenas, levantar povoações, estabelecer lavouras, construir fortes, explorar rios, guarnecer fronteiras, no trópico americano" – escreve Freyre. (p.72). Não sendo apenas militar, nem tampouco unicamente político e administrador, além de emérito diplomata, Luiz de Albuquerque foi um homem culto, esclarecido, já naquela época preocupado com a preservação da natureza, e tendo sido um grande estimulador das atividades culturais, notadamente as das artes cênicas. Luiz d'Alincourt escreveria no século seguinte (Resultado dos Trabalhos e Indagações, 1880-1881) que seu período de governo foi a idade de ouro de Vila Bela e de toda a Província.

⁴⁰ Que Gilberto Freyre reproduz em seu referido livro, faz o registro dos acontecimentos desde a saída de Lisboa, em 12 de outubro de 1771, até a sua chegada em Vila Bela, em 30 de novembro de 1775.

⁴¹ MENDONÇA, Estevão de. *Datas Mato-Grossenses*, vol. II. Cuiabá: edição do Governo do Estado de Mato Grosso, 1973.

⁴² Ob.cit.

⁴³ FREYRE, Gilberto. Ob.cit.

⁴⁴ Cuiabá seria oficializada capital da Província em 28 de agosto de 1835, pela Lei nº 19, sancionada pelo Presidente Antônio Pedro de Alencastro.

⁴⁵ FONSECA, João Severiano da. Viagem ao Redor do Brasil, 1875-1878.

⁴⁶ Id. ib.

⁴⁷ Informa-nos o atento historiador Carlos Moura em seu referido trabalho: "... o número de representações teatrais em Mato Grosso no século XVIII sobe a uma cifra quase inacreditável. No mínimo o dobro da estimativa anteriormente apresentada".(pg. 47) Ele escrevera páginas antes que: "Pesquisando em várias fontes da história mato-grossense chegamos à conclusão de que, no período de 1729 até o último ano século XVIII, são documentadas representações de, pelo menos, 80 peças na capitania".(p.15)

⁴⁸ FREYRE, Gilberto. Ob.cit.

⁴⁹ Fala-nos com entusiasmo Freitas Barros, citado por Freyre: "Vila Bela criou nome pela retumbância de suas festas. Até lá à terra estranha chegava a fama das pomposas festas da rainha do Guaporé". Nas festas do aniversário do monarca, o governador "oferecia mesa abundante e havia o baile no qual Sua Exa. dançava com as madamas da principal nobreza da capital e dos arredores". Informam os autores que o governador Albuquerque possuía uma sege (pequena carruagem) dourada, que ele comprara, de seu próprio bolso, no Pará. Era a única existente na Província. – *apud* Carlos Moura.

⁵⁰ Diogo de Toledo Lara Ordonhes nasceu em São Paulo em 16 de dezembro de 1752. Aos vinte anos, foi estudar em Coimbra com três outros irmãos. Os quatro irmãos se projetariam na vida pública, tendo José de Arouche Toledo Rendon sido o primeiro diretor da Faculdade de Direito de São Paulo. Embora tendo terminado o curso em 1777, Ordonhes só retornou ao Brasil em agosto de 1784, após ter sido, em 20 de março, nomeado Juiz de Fora de Cuiabá. Aqui chegou em 4 de dezembro de 1785. Logo em seguida (6 de dezembro) tomou posse

nos cargos de Juiz de Fora e assumiu a função de Presidente do Senado da Câmara de Cuiabá, o mais alto posto na hierarquia administrativa da Vila. Em 1889 foi nomeado Ouvidor Geral interino da Capitania, transmitindo as funções de Juiz de Fora para Joaquim da Costa Siqueira. Em junho de 1792 deixou Cuiabá com destino a São Paulo. Em seguida foi para Lisboa onde ficou por sete anos. Em 1805 foi nomeado Desembargador do Tribunal de Relação do Rio de Janeiro. Faleceu nessa cidade em 1826.

⁵¹ Todos os autores que relataram sobre essa homenagem, praticamente sem exceção, afirmam que se tratou de festa pelo aniversário de D. Diogo. Mas como, aniversário em agosto e setembro se a data natalícia do homenageado, como já sabemos, é dezembro? Ou dezembro não é a data correta de seu nascimento ou os cronistas se equivocaram.

⁵² CORRÊA. Viriato. Op., cit., p. 6. Veja-se, como complemento a essa opinião, a nota 30.

⁵³ Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 242, jan.-mar. de 1959. Reproduzida em Panorama da Literatura e da Cultura em Mato Grosso.

⁵⁴ SOUZA, J. Galante de. O Teatro no Brasil – Tomo I – Evolução do Teatro no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro / MEC, 1960.

⁵⁵ Op., cit., p.8.

⁵⁶ SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. Diogo de Toledo Lara Ordonhez – Salvamento de sua memória e obra. Cuiabá, sem indicação de editora, 1990, p. 93.

⁵⁷ Ob., cit., cap. ‘Anúncios de Espetáculos. A Crítica Teatral’, p. 136.

Fernão Cardim, padre jesuíta, chegou ao Brasil, em 1549, com a missão jesuítica do pe. Manuel da Nóbrega. Fez interessantíssimas observações sobre o espírito artístico dos indígenas. Refere que os índios tinham gosto pela trova repentista, em que narravam as façanhas

dos antepassados, e que nisso as mulheres levavam a palma. A dança era complemento obrigatório dos festejos bárbaros. Cardim, admirado “por não se esperarem tais festas de gente tão bárbara”, dá testemunho do canto dos meninos, dos motivos de guerra dos curumins, da dança, do uso dos instrumentos musicais, etc. Escreveu ‘Tratados da Terra e da Gente do Brasil.

⁵⁸ Ob., cit., p. 3.

⁵⁹ Até o dia 15 de agosto, por qualquer razão, as referências aos festejos populares (bailes, bandos, cavalhadas etc.) e às peças apresentadas só se encontram na “Lista das Pessoas que Entraram nas Funções Principaes de Agosto de 1790”. “As Críticas” fazem registro somente a partir daquela data.

⁶⁰ Nenhuma das anotações feitas pelo Ouvidor D. Diogo mencionam a autoria das peças. Esse meritório trabalho, com exceção de Zaíra feita por Toledo Piza, coube a Carlos Moura, a quem a historiografia do teatro brasileiro passa a ser especialmente devedora. Diz-nos ele: “Pesquisando as peças relacionadas na ‘Crítica das Festas’ e na ‘Lista das Pessoas’, verificamos que todas elas são de teatro de cordel”. E explica: “Esta constatação, que a princípio nos surpreendeu, pois não é mencionada em nenhuma das obras sobre história do teatro no Brasil que consultamos, é, na realidade, consequência lógica de ser o teatro brasileiro até o início do século XIX um reflexo do teatro português”. A dificuldade na identificação dos autores está, pois, em que “as peças de cordel raramente trazem qualquer referência à autoria, e muitas vezes nem mencionam o tradutor. Acresce que geralmente há várias peças estrangeiras com o mesmo nome, ou nome parecido, de vários autores, e fica-se sem saber qual delas serviu de original à tradução portuguesa.” Daí porque, diz, “apesar de todas essas dificuldades, (consultou) a bibliografia de língua portuguesa e estrangeira sobre teatro e em especial sobre teatro de cordel ...”. – Ob., cit., pp. 37 e 38.

⁶¹ Cf. Viriato Corrêa, op., cit., p. 8.

⁶² Conforme a “Lista das Pessoas ...”, já que, na “Crítica das Festas” as observações encerram-se no dia 8 de setembro.

⁶³ Ob., cit., p. 4.

⁶⁴ Ob., cit., p. 33.

⁶⁵ O grande responsável por essas adaptações tão ao gosto do público português foi Nicolau Luis, um professor primário também autor de peças que viveu e morreu em Lisboa, em data ignorada, no século XVIII. Foi diretor do Teatro do Bairro Alto de Lisboa e durante muitos anos forneceu, por criação própria ou por tradução-adaptação, a grande maioria das peças apresentadas em Portugal. “Foi fecundo autor de peças teatrais e tradutor de obras italianas, sobretudo dos dramas do então celebrado Metastasio que, graças a esse ativo artesão do teatro, viu sua glória estender-se dos fulgores do Hofburgtheater vienense até o simples teatro da remotíssima Cuiabá.” Cf. CACCIAGLIA, Mário, ob., cit., p. 32.

⁶⁶ MOURA, Carlos F., Ob. cit., p.38.

⁶⁷ Mário Cacciaglia informa que “O repertório que dominava nos teatros brasileiros, como de resto nos portugueses, foi nesse século predominantemente estrangeiro: Molière, Metastasio, Goldoni e Maffei, além dos espanhóis do século de ouro. Assistimos, contudo, à formação de um embrião de dramaturgia local com o pernambucano Luís Alves Pinto (1719 – 1789) ...”. – Ob., cit., p.33.

⁶⁸ “É uma revelação curiosa: - diz-nos Viriato Corrêa – no distante ano de 1790 já, em Mato Grosso, havia um autor teatral”. Op., cit., p. 8.

⁶⁹ Duas delas são reproduzidas por mim em *A Poesia em Mato Grosso – Um percurso de dois séculos*. Cuiabá:Verdepantanal, 2003. Nos escritos de Ordonhes não há qualquer indicação de que Zeferino seja o autor dos sonetos reproduzidos na coletânea que ele denomina de ‘Obras poéticas’, mas um deles é dado como sendo de sua autoria por Rubens de Mendonça. Quero crer que RM fez mera conjectura, desejando talvez com isto homenagear um longínquo ancestral.

Todavia, é preciso que se diga que, ao lado do título de um dos sonetos, Ordonhes fez a seguinte observação: “Recitado por um sujeito de respeito e merecimento, trajado de rica farça de dama’. Abaixo do título do soneto, que vem logo após aquele que RM atribui a Zeferino, Ordonhes observa: “pelo mesmo.” Teria sido o próprio Zeferino quem os recitara? Como se sabe que nesses dias festivos o professor Zeferino atuara como ator em algumas peças, além de ter regido a orquestra em algumas ocasiões, não é de se estranhar que tenha também recitado suas próprias poesias. Daí talvez a eleição de Rubens de Mendonça. Após um outro poema, Ordonhes aduz: “Soneto recitado e oferecido por um sujeito de perto de 80 anos de idade, em um bem asseiado papel que dizia: ‘No dia em faz anos o sr. dr. ouvidor Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, lhe dedico *Um muito amigo de ser seu criado*”.

⁷⁰ MENDONÇA, Rubens de. História da Literatura Mato-grossense. Cuiabá, sem indicação de editora, 1970.

⁷¹ Escrevi em trabalho anterior: “Nos citados festejos, Zeferino também regeu as danças, e fez papel vestido de saloio. Tudo indica que o professor teve, por muitos anos, uma participação muito ativa na vida cultural da cidade. Não se conhece, porém, outras poesias suas. Rubens de Mendonça na história que escreveu sobre os Mendonças de Mato Grosso não fez a ele nenhuma outra referência, a não ser que foi pai de Gabriel de Mendonça, ativo parlamentar no Império, e nem mesmo informa a data de sua morte. Em Goiás, mais precisamente na antiga capital Goiás Velha, detectei a presença de um Zeferino de Mendonça que, muito provavelmente, venha a ser a mesma pessoa.” *in*: A Poesia em Mato Grosso – Um percurso de dois séculos, *ibidem*. Em 1794, registra Joaquim da Costa Sequeira, o professor Zeferino teve uma ativíssima participação nos grandes festejos aqui realizados, no mês de novembro, em comemoração ao nascimento da Princesa da Beira.

⁷² CACCIAGLIA, Mário. Ob., cit., p. 32.

⁷³ CACCIAGLIA, Mário. Ob., cit., pp. 23 e 33.

⁷⁴ “... parece que em Mato Grosso trabalhavam também atores de bom nível ...” – diz Cacciaglia. *Ob.,cit.,* p. 32.

⁷⁵ Um decreto de D. Maria I, de fins da década de 80, proibia que o sexo feminino exercesse qualquer atividade cênica. Mas não só o palco foi vetado para a mulher, também a sua ida ao teatro foi proibida. O Intendente do Rio de Janeiro, Pina Manique, aproveitou para, na regulamentação desse decreto, “embora reconhecendo a utilidade da lição contra o vício que se podia tirar também de espetáculos licenciosos, com a finalidade de se tutelar a moral, eram excluídas as mulheres dos palcos e também se exigia que os camarotes não comportassem mais cortinas, a fim de evitar ocasiões amorosas.” – cf. Mário Cacciaglia, *ob., cit.,* p. 26. Outro autor diz que, por essa época, até a proximidade física dos atores metia medo às mulheres: “não havia, para as saias honestas, focos de infecção maiores do que as inofensivas tábuas de um palco. Tão perigosas eram as tais tábuas que as próprias mulheres da vida airada as temiam.”- cf. Viriato Corrêa, *ob., cit.,* p. 5. O decreto de D. Maria I, a Louca, foi revogado em 1800. Mas a sua conseqüência perdurou.

⁷⁶ “Vós, senhor, cujo nome esclarecido / já gravastes em lâminas brilhantes, / tanto mais vossas glórias são constantes / tanto mais vos fazeis enobrecido” – este o primeiro verso de um deles. Os dois sonetos, atribuídos a José Zeferino de Mendonça, encontram-se reproduzidos em *A Poesia em Mato Grosso – Um percurso de dois séculos.*

⁷⁷ *Idem, ibidem,* p. 26.

⁷⁸ *Idem, ibidem,* p. 5.

⁷⁹ *Ob., cit.,* 27.

⁸⁰ *Compêndio Histórico das Notícias do Cuyabá, Repartição de Mato Grosso, desde 1778 a 1817.*

⁸¹ MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a Província de Matto Grosso, seguida d’um Roteiro de Viagem da Sua Capital à S. Paulo.* São Paulo, 1869, p. 18.

⁸² STEINER, Karl Von den. O Brasil Central. São Paulo, 1942. *Apud* MOURA, Carlos Francisco. Ob., cit.

⁸³ MOURA, Carlos Francisco. Ob., cit., p. 16.

⁸⁴ CACCIAGLIA, Mário. Ob., cit., p. 24

PRIMEIRO AQUI ERA SÓ ÍNDIO! Uma contribuição à etno-história Nambiquara

Anna Maria Ribeiro F. Moreira da Costa¹

Primeiro aqui era
só índio!
Não tinha americano,
brasileiro, FUNAI.
Nada! Era só índio...
Aí o americano chegou,
passou três luas e veio
o civilizado.
Civilizado ... máquina ...
trator ... caminhão.
Fizeram estrada, derrubaram
muito pau, botaram fogo.
E aí começou: capim,
capim, capim,
Caminhão, vaca, vaca,
fazenda, arame, arame ...
Aí vieram mais civilizados,
caminhão, vaca, vaca ...
Civilizado brasileiro
muito, muito!
Por quê? Por quê? ⁽²⁾

Um artigo que se propõe a apresentar uma análise etno-histórica dos Nambiquara torna-se oportuno, na medida em que há uma grande complexidade na forma em que os vários grupos Nambiquara se organizam, fazendo-se mister compreendê-los melhor. Por outro lado, existe uma produção significativa sobre eles, amparada em fontes primárias e secundárias, mas o acesso a ela é muito restrito por achar-se dispersa. Encontrar estudos como os de Desidério Aytai, Adalberto Holanda Pereira, Claude Lévi-Strauss, Luiz de Castro

Faria, Paul Aspelin, Kalervo Oberg, Paul David Price, Marcelo Oppido Fiorini, dentre outros, é uma tarefa que requer tempo e persistência. E, no que diz respeito às publicações produzidas pelos integrantes da Comissão Rondon e do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, este cenário não difere tanto do anterior ⁽³⁾.

Ao analisar a produção bibliográfica e documental para a realização desta abordagem etno-histórica, os estudos direcionaram-se para o ano de 1907, quando Cândido Mariano da Silva Rondon, juntamente com integrantes da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato-Grosso ao Amazonas, também conhecida por Comissão Rondon, adentrou no território tradicionalmente ocupado pelos grupos Nambiquara da Chapada dos Parecis: Halotesu, Wakalitesu, Sawentesu e Kithaulhu.

O marco final, a década de 80, indica o pronunciamento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB, na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, que denunciou a situação dos índios Nambiquara, especialmente os grupos do Vale do Guaporé, em relação à instalação de vinte e duas empresas agropecuárias que ameaçavam extinguir esses índios. Nessa época, dados registraram uma grande depopulação entre os tão temidos guerreiros, conforme outrora eram conhecidos os Nambiquara. Numa luta desigual, seus arcos-e-flechas não conseguiram impedir a chegada das armas de fogo, das máquinas, dos produtos químicos, do sarampo e de tantas outras armas silenciosas de destruição e dizimação.

No percurso desta abordagem, a análise encontra-se apoiada em torno de indicações teórico-metodológicas de Edgard Ferreira Neto, atentando principalmente para o conceito atribuído à etno-história, entendida como uma “história de inevitáveis e permanentes contatos culturais direcionada ao estudo dos grupos étnicos e de suas interações mútuas” ⁽⁴⁾.

O entendimento do contato dos Nambiquara com os não índios está respaldado principalmente nas abordagens teóricas de Marshall Sahlins⁽⁵⁾, Max Gluckman⁽⁶⁾ e João Pacheco de Oliveira

Filho⁽⁷⁾. Sob a ótica desses analistas, os agentes de contato que chegaram às terras tradicionalmente ocupadas pelos Nambiquara não são percebidos como fatores externos à vida tribal, mas sim integrantes do cotidiano dos grupos. Portanto, a relação estabelecida entre índios e agentes de contato não é abordada como um fator desintegrador da sociedade, mas como elementos que se entrecruzam à história Nambiquara, ganhando seus modos de viver uma significação acrescentada àquela situação de contato. São eles entendidos como fatores básicos que interagem com os grupos Nambiquara e também como elementos que exercem influência na ordem social.

O conjunto documental aqui abordado fornece à etno-história Nambiquara o seu desenrolar a partir das suas particularidades, de seu universo. Os fatos, ordenados de acordo com os seus esquemas de significação das coisas, buscam a valorização da dinâmica própria dos fenômenos culturais dos Nambiquara e da articulação com a sua história, entrecruzada à de Mato Grosso.

Ao apresentar a trajetória dos Nambiquara dentro do recorte temporal proposto, o presente estudo pretende demonstrar que a atual reconfiguração espacial, empreendida pela Fundação Nacional do Índio em relação às Terras Indígenas destinadas aos índios Nambiquara do Vale do Guaporé, Serra do Norte e Chapada dos Parecis, está relacionada à expansão das frentes econômicas ocorrida desde o início do século XX.

A análise das fontes consultadas torna perceptível que os grupos Nambiquara das três áreas culturais participaram desses empreendimentos, ora admitindo os não índios como aliados, ora concebendo-os como inimigos, demonstrando, nesse último caso, resistência⁽⁸⁾ ao protelar os avanços no interior de seu território tradicional. Os não índios, ao invadirem as terras Nambiquara, foram inseridos nas redes de aliança e de comércio que se deram principalmente através da troca de mão-de-obra por armas de fogo, alimentos e outros objetos e, também, sob a forma de conflito, em que a sua permanência não dependeu unicamente dos interesses dos

não índios. Com os grupos do Vale do Guaporé, quase que de maneira exclusiva, sob a forma de conflito, através de saques constantes nos empreendimentos agropastoris que se estabeleceram em sua área de ocupação.

A história Nambiquara possui uma dinâmica própria, em permanente inter-relação com outros grupos étnicos como, por exemplo, os Paresi, Rikbaktsa, Enauenê-Nawê, Cinta Larga, vizinhos ao seu território, assim como com os não índios, trazendo elementos culturais estranhos ao seu sistema, e sendo, muitas vezes, submetidos aos seus esquemas e categorias. Esses novos elementos, inseridos no universo Nambiquara, permitem a reestruturação de sua visão sobre a própria cultura. São processos permanentes e ininterruptos de contato de tradições culturais distintas.

Dentro da perspectiva etno-histórica proposta por Ferreira Neto (1997, p. 325), não há uma “história dos ‘vencidos’, já que ‘vencedores’ em determinados aspectos culturais, assinalados por povos conquistados, podem se apresentar também como ‘vencidos’ em outros”. A contribuição teórica de Max Gluckman e de João Pacheco de Oliveira interage com as abordagens de Ferreira Neto, quando encontra e torna-se perceptível, no contato com os grupos étnicos, que entender o outro é perceber a sua dinâmica histórica e não simplesmente idealizá-los.

Edmund Leach afirma que “as sociedades humanas reais são sistemas abertos sem fronteiras”⁽⁹⁾, ou seja, são capazes de interagirem com outras, em constantes ações recíprocas. O intrincado tecido histórico, composto por linhas tortuosas das trilhas dos garimpos auríferos do século XVIII e, no século XX, dos seringais, da linha contínua do telégrafo, da descontínua escrita trazida pelos missionários, daquelas que *definitivamente* delimitaram os seus territórios em áreas descontínuas, dentre tantas outras, encurralando-os, determinou elementos culturais que foram incorporados à cultura Nambiquara.

A seleção desses elementos, a forma pela qual passaram a fazer parte da sociedade Nambiquara e como foram imbricados às

suas práticas cotidianas propiciaram a manutenção de seus costumes. Passado e presente mesclam-se e produzem práticas que são reproduzidas nas atividades do dia-a-dia. Por isso sua cultura deve ser entendida como qualquer outra manifestada por não índios, como essencialmente dinâmica.

O povo Nambiquara vive no oeste de Mato Grosso e ao sul de Rondônia, na região compreendida entre as cabeceiras dos rios Tapajós e Guaporé, e é constituído de vários grupos que ocupam espaços ecológicos distintos, com hábitos culturais diferenciados: Serra do Norte, Vale do Guaporé e Chapada dos Parecis. Representam eles pequenas unidades políticas independentes e economicamente auto-suficientes.

Conforme a abordagem de Aryon Rodrigues⁽¹⁰⁾, a família lingüística Nambiquara é independente, sem ligação com quaisquer outras da América do Sul e constitui-se de três línguas faladas: a Sabanê (dos Nambiquara da Serra do Norte), a Nambiquara do Norte (também dos Nambiquara da Serra do Norte) e a Nambiquara do Sul (dos índios do Vale do Guaporé e Chapada dos Parecis).

Esse vasto território que compreende a região tradicionalmente ocupada pelos diversos grupos pertencentes aos Nambiquara, dentre outros povos indígenas, no início do período republicano, era entendido como um *espaço vazio* que necessitava ser integrado aos interesses nacionais direcionados à ocupação populacional e, conseqüentemente, ao desenvolvimento econômico.

Dentre as medidas para efetuar o povoamento e expandir a fronteira econômica de Mato Grosso, Cândido Mariano da Silva Rondon foi encarregado pelo Governo Federal de ligar a capital aos territórios do Amazonas, Acre, Alto Purus e Alto Juruá. A ligação do Estado de Mato Grosso ao do Amazonas, através da Linha de Telégrafo que cruzou o grande divisor das águas das bacias Platina e Amazônica, teve como meta a expansão nacional, a proteção das fronteiras, a ocupação do Centro-Oeste, bem como a integração dos povos indígenas à sociedade nacional.

A Comissão Construtora de Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas possibilitou, também, um estudo mais aprofundado da diversidade sócio-cultural por onde passou. Ao longo de seu percurso, manteve contato com diferentes grupos étnicos, com línguas, costumes e saberes próprios, coletando deles um precioso registro etnográfico. Comandá-la, propiciou a Rondon a oportunidade de aprofundar suas relações com os índios de Mato Grosso, iniciadas quando destacado junto ao General Gomes Carneiro para implantação e manutenção do telégrafo de Cuiabá ao Araguaia (1890 a 1900) e, depois, continuadas na implantação da Linha Cuiabá a Corumbá (1900 a 1906).

A realização dos trabalhos de implantação do telégrafo de Cuiabá ao Amazonas, região pouco explorada e conhecida, ensejava a travessia de diversos territórios indígenas, dentre eles os Nambiquara. Três expedições foram realizadas com o intuito de reconhecer o vasto território compreendido pelo *sertão* ao noroeste mato-grossense.

A primeira delas chegou ao rio Juruena em fins de 1907. Rondon, que até aquele momento vinha sendo recebido amistosamente por outros grupos indígenas, foi hostilizado pelos Nambiquara ao se aproximar de suas aldeias. Nessa ocasião os índios retesaram seus arcos em direção aos integrantes da Comissão, sendo Rondon alvo de suas flechas.

Somente a expedição seguinte, mais numerosa e melhor preparada, conseguiu passar pelo território dos temidos e pouco conhecidos Nambiquara e, com grande dificuldade, chegou, em 1908, à Serra do Norte, onde o território e os modos de viver dos Nambiquara começaram a ser paulatinamente conhecidos pelos membros da Comissão Rondon e, algum tempo depois, pela sociedade nacional, através das conferências e da documentação iconográfica produzidas e veiculadas no Rio de Janeiro, principalmente. A *pacificação* dos Nambiquara pode ser caracterizada dentre os mais marcantes eventos da Comissão Rondon, na medida em que contribuiu para redimensionar as estratégias de domínio e de controle

político-econômico do espaço e a sua apropriação simbólica frente às populações indígenas.

Quando Rondon adentrou em seu território, os Nambiquara se encontravam em guerra com seringueiros e povoavam o imaginário dos regionais, envolto por uma pecha de guerreiros ferozes e com hábitos antropofágicos. Desse modo, sua pacificação despertou interesse nacional, tanto que o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, enviou vários cientistas para estudar e coletar vasto material etnográfico, botânico, dentre outros⁽¹¹⁾.

Roquette-Pinto (1935, p. 164), que percorreu o território dos Nambiquara após a passagem de Cândido Mariano da Silva Rondon, no ano de 1912, descreve sua impressão, numa noite de setembro, nas proximidades do rio Primavera, depois de um mês em busca dos Nambiquara.

Dormir, excitado por aquele quadro de mágica, desenrolado a meia-noite? Dormir naquela noite inesquecível em que a sorte me tinha feito surpreender, vivo e ativo, o “homem da idade da pedra”, recluso no coração do Brasil, a mim que acabava de chegar da Europa, e estava ainda com o cérebro cheio do que a terra possui de requintado, na diferenciação evolutiva da humanidade! Que gente é essa, que fala idioma tão diferente das línguas conhecidas, tão diferente da língua dos seus mais próximos vizinhos; que tem costumes tão estranhos aos que vivem perto; que não conhece os objetos essenciais da vida dos seus companheiros de sertão? De onde veio? Por onde passou, que não deixou rastros? Que ligações tem com os outros filhos do Brasil?(12)

Com a criação do Serviço de Proteção aos Índios-SPI, em 1910, a política indigenista ganhou novos rumos. Entre seus objetivos encontravam-se o compromisso de assegurar a assistência e a proteção às populações indígenas do país e tornar seguro o avanço das frentes expansionistas, em especial, naquelas regiões onde havia conflitos com os índios.

A Comissão Rondon criou várias estações telegráficas em território Nambiquara: em Mato Grosso, as de Pontes e Lacerda, Nambikuáras, Utiariti, Juruena (Major Amarante) e Pyreneus de Souza; em Rondônia, as de Vilhena e José Bonifácio. Já em Campos Novos, também em terras dos Nambiquara da Chapada dos Parecis, foi criada uma invernada que consistia em uma espécie de fazenda, com casas, currais, gado e pastos cercados, destinada a refazer as tropas que vinham do Juruena, tornando-se, segundo Roquette-Pinto, no maior centro de atração para os Nambiquara.

Também implantou a Comissão das Linhas Telegráficas, em 1925, o Posto de Atração Urutau, localizado onde a linha telegráfica atravessava o rio Juína, desativado em 1931. Essa tentativa de confiná-los em aldeamentos não obteve êxito. Os Nambiquara vivem em pequenas aldeias, em consonância com o ambiente e de acordo com a maneira como sua sociedade se organiza em função dos estoques de recursos naturais distribuídos pelo seu território, necessários à manutenção de sua sobrevivência, que enseja uma circulação vinculada ao sazonalidade.

Na década de 20, alguns grupos Nambiquara, principalmente os da Serra do Norte, receberam a assistência do Serviço de Proteção aos Índios, direcionada à imposição de trabalhos agropastoris, desconsiderando por completo a organização social desses índios. Os missionários protestantes da South American Mission, no ano de 1924, apareceram na região dos Nambiquara com o objetivo de evangelização, sendo violentamente repelidos pelos índios.

Chegou a vez da borracha que consistiu na exploração mais intensiva, pois a extração do látex nas regiões vizinhas já vinha acontecendo há anos. Silva (1980, p. 45-66) divide o período da extração da borracha (*Hevea brasiliensis*) em Mato Grosso em quatro fases: a *primeira* (1870 a 1872), através da iniciativa privada, atingiu a região do baixo Juruena e Arinos e também os arredores de Diamantino⁽¹³⁾. Os seringueiros guerreavam com os índios Nambiquara que combatiam a entrada em seus territórios.

A *segunda fase* (1912-1919) teve o apoio do Plano Brasileiro de Defesa da Borracha, bem como dos integrantes da Linha Telegráfica. Os seringueiros contaram com o trabalho de alguns índios Paresi que, pressionados, abandonaram temporariamente suas aldeias e roças. O declínio da produção de borracha, nessa fase, vinculou-se à produção no Oriente, ocasionando, conseqüentemente, o barateamento do produto nacional.

Os relatórios oriundos dos serviços executados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas trouxeram algumas informações desse período, com dados sobre o contato entre os índios Nambiquara da Chapada dos Parecis e os seringueiros. Nesse período, a exploração da borracha no território dos índios Paresi já havia se iniciado nas proximidades da cabeceira do Juba e em outras localidades, inclusive com a utilização da mão-de-obra desses índios.

Murillo de Campos (1936, p. 62) enfatiza que grupos Nambiquara localizados próximos ao rio Juruena sofreram ataques dos seringueiros e dos Paresi que, armados, os expulsaram dessa região para conquistar mais seringais.

Os Nhambiquaras não cessam de manifestar o seu desagrado pela presença de seringueiros no Tyra-sê. Amassam as canequinhas, roubam apetrechos, derrubam árvores na estrada, atiram pedras, etc. À noite, se aproximam dos ranchos, imitando pássaros e outros animais, que não têm hábitos noturnos. Tudo fazem sem que sejam vistos.⁽¹⁴⁾

A *terceira fase* da borracha (1942-1968) sustentou-se com o financiamento do Banco da Borracha que, em 1950, foi incorporado ao Banco de Crédito da Amazônia S.A. Com o advento da Segunda Guerra Mundial, as relações comerciais com o Oriente foram interrompidas. A produção brasileira recebeu novo incentivo através da *Batalha da Borracha*.

Na análise de Alcir Lenharo, o *dever patriótico* levou trabalhadores às matas, a fim de explorar as seringueiras, em busca

do látex⁽¹⁵⁾. Transformados em seringueiros, foram submetidos à exploração econômica dos seringalistas, seus patrões, bem como às condições precárias de trabalho. Durante essa fase, seringalistas e seringueiros adentraram no interior das matas dos grupos Wakalitesu, Halotesu, Sawentesu e Kithaulhu, da Chapada dos Parecis, abriram estradas, instalaram barracões e colocações para a extração do látex.

A *quarta fase* de exploração da borracha diferenciou-se das anteriores, agora incentivando também a exploração de seringueiras enxertadas, com financiamento da Superintendência do Desenvolvimento da Borracha.

Com a intenção de reservar uma parcela de terra aos Nambiquara, o SPI, em 1942, criou o Posto Indígena Pirineus de Souza para atender aos Nambiquara da Serra do Norte: os grupos Sabanê, Tawentê/Tawanté, Yalakunté⁽¹⁶⁾. Há referência de que entre 1943 e 1968 o Chefe de Posto empregou a mão-de-obra indígena na exploração da borracha, primeiramente através desse convênio firmado entre o SPI e a Rubber Development Corporation, e, posteriormente, sob sua direção. Os seringueiros fizeram contatos com os índios, estabelecendo acordos temporários e ocupando suas matas.

A Linha Telegráfica também permitiu que, pela primeira vez, os missionários protestantes, pertencentes à União Missionária em Terras Sul-Americanas, chegassem ao território dos Nambiquara. Por sua vez, a Missão Santa Teresinha do Mangabal trouxe os jesuítas que se instalaram às margens do córrego Mangabal, afluente do rio Juruena, no território dos Wakalitesu. Mais tarde, em 1945, foi ela transferida para o Utiariti, à margem direita do rio Papagaio. Entretanto, apesar das inúmeras tentativas de evangelização, os Nambiquara mantêm seus rituais realizados pelos curandeiros, tendo por base espíritos ancestrais e sua religiosidade.

Medidas diretas para a ocupação do oeste mato-grossense foram tomadas, beneficiando a produção e o transporte da borracha, contando com o incentivo da presença de um contingente populacional

para trabalhar nos seringais. O governo de Getúlio Vargas, a partir do golpe de 1930, deu início a grandes mudanças econômicas, políticas e ideológicas direcionadas à ocupação do Centro-Oeste e da Amazônia. Com o Estado Novo, a ideologia agrária foi incrementada.

A *Marcha para o Oeste*, através da Fundação Brasil Central, carregou um grande número de pessoas para colonizar os *espaços vazios*, a fim de levar a *civilização* ao leste mato-grossense. Promoveu a abertura de rodovias ligando o Planalto Central às demais regiões do país, além de direcionar uma política às populações indígenas, como tentativa de amenizar os conflitos sócio-culturais e reduzir o desgaste humano gerado pelo impacto entre índios e não índios.

As epidemias representaram uma das maiores causas de mortalidade entre os Nambiquara. Nos rituais, os curandeiros desempenham um importante papel. Através de cantos e da técnica de sucção, são capazes, com o auxílio dos espíritos, de curar as doenças que tradicionalmente os atacam. Entretanto, por desconhecerem a origem das enfermidades que chegaram com os agentes de contato, principalmente o sarampo, a gripe e a tuberculose, bem como as plantas medicinais apropriadas a elas, as possibilidades de restabelecer a saúde através das técnicas tradicionais tornaram-se inviáveis. No ano de 1945, os Nambiquara foram atingidos por uma epidemia de sarampo que causou muitas mortes. Há uma estimativa, apresentada por Paul David Price, de que o número de sua população foi reduzido a 600, quando, no início do século passado, Cândido Mariano da Silva Rondon apresentou uma estimativa populacional de 20.000. Vários grupos se uniram através de laços matrimoniais com o intuito de evitar a completa extinção.⁽¹⁷⁾

A política levada a efeito pelo Departamento de Terras e Colonização do Estado de Mato Grosso, a partir da década de 50, favoreceu a criação de escritórios particulares para a venda de terras ditas devolutas, independentemente de elas serem habitadas por populações indígenas. Sua ação constituiu-se na entrega de imensas glebas a companhias particulares de colonização, firmando contrato

com dezoito companhias, cada uma delas recebendo, no mínimo, duzentos mil hectares. Mais uma vez os Nambiquara tiveram o seu território invadido, pois, entre essas companhias encontravam-se a Industrial Colonizadora Continental S.A. (Decreto nº 1.822, de 25/03/1954) e a Colonizadora Camararé Ltda. (Decreto Nº 1.671, de 10/09/1973), dentre outras. A venda de grandes áreas de terras pelo Estado de Mato Grosso, tanto para pessoas físicas como para empresas, ocorreu sem nenhum critério técnico e total desconhecimento das terras devolutas, ocasionando um tumultuoso processo de ocupação do Mato Grosso ao beneficiar a especulação, a fraude e a violência, especialmente contra os povos indígenas aí existentes.

Essa situação agravou-se pela atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e do Instituto de Terras de Mato Grosso – INTERMAT que expediram títulos de terra sobrepostos. Uma extensa região do território Nambiquara foi atingida por essa ação. Até hoje, muitos proprietários desses títulos exigem indenizações através de ações judiciais junto à Justiça Federal no Estado de Mato Grosso. Não somente o território Nambiquara, mas também os de outras populações indígenas do Estado, foram – e ainda são – alvo dessa inescrupulosa disputa pela terra.

Nesse mesmo período, várias missões religiosas instalaram-se ou consolidaram-se entre os grupos Nambiquara do Vale do Guaporé, Serra do Norte e Chapada dos Parecis, objetivando codificar sua língua para, então, traduzir a Bíblia para o idioma Nambiquara e, finalmente, evangelizá-los. Na Chapada dos Parecis e Serra do Norte, encontrava-se o Summer Institute of Linguistics-SIL⁽¹⁸⁾; no Vale do Guaporé, a Missão Cristã Brasileira entre os Waikisu, Hahaintesu e os grupos do Sararé; a South American Indian Mission entre os Wasusu; no Utiariti, a Missão Anchieta, entre os Halotesu.

A política econômica do governo militar de 1964 trouxe uma série de mudanças para controlar os movimentos sociais no campo e incentivar o desenvolvimento e a consolidação do capitalismo no meio rural. A região amazônica passou a ser alvo de ações governamentais,

através da criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia- SUDAM (Lei nº 5.173, de 27/10/1966) e, em 1967, do Banco da Amazônia S.A., bem como da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO. Essas políticas governamentais, voltadas aos incentivos fiscais, favoreceram a instalação de grandes empresas agropecuárias e madeireiras que atraíram muitos trabalhadores, principalmente para o Vale do Guaporé.

Surgiram denúncias de que algumas empresas empregavam desfolhantes químicos, dentre eles, o Tordon-155, produzido pela *Dow Química*, conhecido como *Agente Laranja*, empregado na guerra do Vietnã. Mesmo com o seu uso proibido pelo Governo Federal brasileiro, em 1977, o Tordon-155 foi jogado através de pequenos aviões, por ocasião do desmatamento, atingindo indistintamente grande parte da região do Vale do Guaporé, inclusive as roças indígenas.

Somente no final dos anos de 1960 o governo brasileiro retomou os trabalhos de demarcação de uma parte do território Nambiquara. Esse processo, até hoje, não se encontra definido. Nesse contexto, a Fundação Nacional do Índio, recém fundada à época, criou a então denominada Reserva Nambikwara, através do Decreto nº 63.368, de 8 de outubro de 1968.

O Estatuto do Índio, Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, sancionado pelo Presidente Médici, regularizou a situação jurídica dos índios, *com o propósito de integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional*, criando categorias que conduzem etapas sucessivas nesse processo integrativo (índios isolados, em vias de integração e integrados). Estas três categorias já haviam sido estabelecidas no século XIX pela Diretoria Geral dos Índios, mais precisamente no ano de 1872.

A atuação do governo brasileiro, diretamente na colonização amazônica, não abandonou o objetivo de colonizar os *espaços vazios*. Para viabilizá-la, criou o Programa de Integração Nacional-PIN. Em 1976, nessa perspectiva, a FUNAI aprovou o Projeto Nambikwara,

com recursos provenientes do PIN, promovendo ações na área de saúde, de desenvolvimento sócioeconômico, de educação e aspectos fundiários. Os Postos Indígenas da FUNAI passaram a contar com recursos advindos desse programa, aplicados na construção de infra-estrutura e implementação de atividades assistenciais direcionadas à integração dos índios à sociedade nacional. Segundo Carelli e Severino, “em apenas 9 dias depois da criação da Reserva, a FUNAI dá início à distribuição de certidões negativas atestando que não havia índios no Vale do Guaporé”.⁽¹⁹⁾

No Vale do Guaporé, os grupos Nambiquara que ocupavam os solos mais férteis permaneceram desprotegidos sem a demarcação de suas terras, por constituírem-se em entrave à expansão dos empreendimentos agropecuários. A colonização dessa região, através do POLAMAZÔNIA, ficou ao encargo das empresas particulares que trouxeram investimentos nacionais e estrangeiros com o objetivo de transformar as terras do Vale do Guaporé num centro produtor agropecuário.

Os grupos Nambiquara do citado vale foram acossados pela forte presença de trabalhadores que participavam de derrubadas gigantescas da floresta, trazendo consigo um surto mortal de malária, afugentando as caças, invadindo seus espaços. Suas roças foram inundadas com sementes de capim, também despejadas por aviões. Os índios responderam com constantes saques aos armazéns das fazendas e aos acampamentos de trabalhadores, inicialmente espalhando os alimentos sobre a terra e inutilizando-os. Depois começaram a carregar as ferramentas, cortar cercas, flechar o gado e deixá-lo apodrecer. Enfraquecidos pelas doenças trazidas pelos não índios, capitularam: aceitaram uma trégua, e a FUNAI iniciou a transferência desses grupos para a região da Chapada dos Parecis, muito desconhecida deles.⁽²⁰⁾ Os grupos Wasusu e Alantesu chegaram a permanecer nessa região por aproximadamente oito meses.

Entretanto, dada a diversidade cultural e ecológica dos ambientes, não conseguiram adaptar-se, retornando às suas aldeias com o auxílio de missionários e sertanistas da Fundação Nacional do

Índio. Os grupos transferidos, com a saúde fortemente debilitada, iniciaram a retirada. No final de 1974 já estavam de volta às aldeias do Guaporé.

Após quase um ano de tentativas forçadas de adaptação a uma situação tão adversa, os Wasusu e Alantesu regressaram ao seu território tradicional. Em relação aos índios dos grupos Negarotê e Mamaindê, aqueles que se retiraram de suas aldeias, no Vale do Guaporé, retornaram aos poucos, no início da década de 80, à região de origem, unindo-se aos que ali permaneceram. No retorno, encontraram parte das matas, antes exuberantes, já derrubadas, ocasionando uma profunda mudança no ecossistema e, em consequência, na cadeia alimentar. As linhas delimitadoras de seus territórios, traçadas pela historicidade dos Nambiquara, novamente recuaram, diminuindo as fronteiras tradicionais.

A tentativa da Fundação Nacional do Índio em equacionar o problema do território dos Nambiquara, mesmo após a redefinição dos limites da Reserva Nambiquara, através do Decreto 73.221, de 28 de novembro de 1973, estendendo-os até o rio Doze de Outubro, com o intuito de abrigar os grupos indígenas da Chapada e também de transferir para o seu interior os grupos Wasusu e Alantesu, do Vale do Guaporé, e os Mamaindê e Negarotê, da Serra do Norte, fracassou. Logo após a assinatura desse decreto, a FUNAI iniciou a emissão de Certidões Negativas, declarando vazia a área do Vale do Guaporé, isto é, sem a presença de índios, portanto, passível de ser ocupada, e os empreendimentos agropecuários de receberem os necessários incentivos fiscais para o seu estabelecimento.

Para solucionar a problemática dessas invasões e na tentativa de criar uma nova imagem, a Fundação Nacional do Índio convidou o antropólogo norte-americano Paul David Price, que havia iniciado seus estudos sobre os Nambiquara, em 1968, para apresentar uma proposta de demarcação do território desses índios, baseada em critérios culturais, ressaltados pelos aspectos lingüísticos. Esses critérios estão fundamentados não apenas na diversidade lingüística, como diferenciadora desses agrupamentos, mas também através dos

laços sociais, trocas econômicas e pelo ecossistema propriamente ditos.

O processo de movimentação forçada dos grupos, aliado às doenças trazidas por grande número de trabalhadores presentes na região, ocasionou uma grande depopulação ao povo Nambiquara. Dados populacionais levantados apontaram que na época existiam 528 índios Nambiquara, quando, como já referido anteriormente, no início desse mesmo século Cândido Mariano da Silva Rondon estimou a população em 20.000; Artur Ramos⁽²¹⁾ e Roquette-Pinto, mesmo externando incerteza, calcularam em 1.200. Em expedição às terras Nambiquara no ano de 1938, Lévi-Strauss estimou em cerca de 2.000⁽²²⁾. Ainda no século XX, no final da década de 80, a dúvida persistiu: David Price concordou com a dificuldade em apresentar com certa precisão o número da população no início do contato. Acreditou que havia um total de 5.000 índios Nambiquara⁽²³⁾. No ano de 1997, a população encontra-se em torno de 1.200 índios, de acordo com os últimos dados populacionais apresentados pela FUNAI. Ao contrário, o número de não índios na região torna-se cada vez maior.

Para efeito de atração, a Fundação Nacional do Índio interditou, no ano de 1974, através do Decreto 74.515, uma região compreendida entre os rios Galera, Sararé e Guaporé, transferindo os grupos Nambiquara denominados Hahaintesu e Waikisu para junto dos grupos aí localizados anteriormente. Entretanto, não se adaptando às novas condições, retornaram às suas antigas aldeias.

Outra tentativa da FUNAI para equacionar a problemática ocasionada pela presença de empreendimentos agropastoris na região dos Nambiquara foi a criação de pequenas áreas independentes, descaracterizando o caráter contíguo do território ocupado pelos grupos Nambiquara. No momento em que ocorria o processo de delimitação dessas pequenas áreas, novamente o órgão tutelar sofreu pressões dos grupos econômicos interessados na região e, em consequência, são ainda mais reduzidas, interferindo de forma profunda na própria organização político-social-econômica.

Mesmo após as demarcações, os problemas continuaram, pois tanto quanto nas tentativas de transferências fracassadas, foram desprezados aspectos fundamentais do universo Nambikwara. Esses índios vivem em pequenas aldeias temporárias, utilizando áreas extensas para as atividades de subsistência, deslocando-se após alguns anos para a recuperação da fauna e da flora. Mesmo após esses deslocamentos, continuam a usar as roças velhas, colhendo os produtos que ainda existam nas aldeias abandonadas. Excluídas as áreas vitais para o grupo, os índios ficaram em áreas ecologicamente esgotadas. Além desses problemas ecológicos, as pequenas áreas independentes não atendiam à organização social dos grupos que mantêm um relacionamento à base de conflitos e alianças, onde se desenvolvem casamentos, visitas, trocas de produtos. As terras contidas entre as pequenas ilhas demarcadas, estando liberadas às atividades de empresas progressistas, criariam um sério obstáculo a esse relacionamento social.⁽²⁴⁾

Após a reconstituição de um novo grupo de trabalho formado para estudar, de maneira pormenorizada, as características tradicionais de ocupação territorial adotadas pelos grupos Nambiquara do Vale do Guaporé, foi a região considerada como posse permanente dos grupos Hahaintesu, Waikisu, Alakatesu, Wasusu, Negarote, Mamainde e Alantesu.

Os índios Nambiquara do Vale do Guaporé assistiram à chegada dos *kwajato*⁽²⁵⁾, na região, invadindo suas terras, trazendo práticas agrícolas tão diversas das suas, além da pecuária. O Tribunal Internacional Bertrand Russel, na Holanda, denunciou, em 1980, a situação do Vale do Guaporé, em relação à ocupação ilegal pelas vinte e duas empresas agropecuárias que ameaçaram extinguir os grupos Nambiquara do Vale do Guaporé, condenando o Brasil por genocídio contra os índios.

O governo de João Batista Figueiredo, no início da década de 80, criou o programa POLONOROESTE, financiado pelo Banco Mundial, para atuar nos Estados de Mato Grosso e Rondônia. O processo migratório tornou-se mais volumoso, trazendo um variado

contingente de trabalhadores urbanos, agricultores, pecuaristas, comerciantes e madeireiros.

A pavimentação da rodovia Marechal Rondon, BR-364, financiada pelo POLONOROESTE, trouxe a BR-174, uma alteração de parte de seu traçado inicial, indo de Pontes e Lacerda a Barracão Queimado (local onde o seringalista Antonio Cesário Áscar edificou seu barracão). Esse desvio deixou as terras arenosas da Chapada dos Parecis e passou a cruzar as terras férteis dos grupos do Vale do Guaporé, atendendo aos empreendimentos agropecuários instalados na região.

Essa ação política governamental foi, na época, amplamente divulgada pela imprensa nacional⁽²⁶⁾. Membros do movimento indigenista brasileiro, indigenistas e antropólogos da FUNAI que atuavam junto aos Nambiquara nesse momento formularam uma denúncia aos diretores do Banco Mundial, financiador das obras de pavimentação da BR 364, sobre as conseqüências que recairiam sobre as populações indígenas marginais à estrada, principalmente a BR-174 que alterou o traçado original da BR-364, cortando as terras do Vale do Guaporé.

Essa situação levou o Banco Mundial a exigir da FUNAI outra solução para a questão indígena. Um novo estudo de identificação e delimitação do território dos grupos do Vale do Guaporé propôs a demarcação de uma área contígua abrigando grande parte das suas aldeias, com exceção daquelas pertencentes ao grupo Katitaulhu. Para esse grupo, propôs-se uma outra área, localizada mais ao sul, próxima ao rio Sararé.

O governo federal, diante dos intensos conflitos pela posse da terra no Vale do Guaporé, encarregou o Exército Brasileiro de executar a demarcação do território Nambiquara. Mas essas novas linhas demarcatórias diminuíram e fragmentaram de maneira drástica o território tradicional desses índios.

A consolidação do processo de colonização na região propiciou, mais tarde, o surgimento, ao longo da BR-174, de crescentes

núcleos urbanos e, com eles, o retorno de garimpeiros às minas do Sararé, além de assentamentos do INCRA no entorno do território Nambiquara. Conseqüentemente, os índios se depararam com as invasões dos grileiros. O município de Vila Bela foi desmembrado nessas últimas décadas, originando outros municípios: Pontes e Lacerda, Nova Lacerda, Conquista d'Oeste, Comodoro, Sapezal e Campos de Júlio.

As terras indígenas localizadas no Vale do Guaporé abriram-se, na década de 80, à extração ilegal da madeira de lei, tornando-se alvo da cobiça desenfreada daqueles que se instalavam nas cidades adjacentes. As invasões aos territórios indígenas são contínuas e, sem que os Nambiquara da Terra Indígena Sararé tenham tido uma trégua, instalou-se a atividade garimpeira, seguindo o caminho dos madeireiros.

Neste mesmo período, a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, através do pronunciamento do Deputado Dante de Oliveira, denunciou a situação em que passavam os grupos Nambiquara, em especial, os do Vale do Guaporé. Suas palavras têm o propósito de denunciar a atuação da Fundação Nacional do Índio em relação aos Nambiquara no que diz respeito à perda territorial e à *ameaça física*, atribuindo ao órgão tutelar a ação de favorecer o estabelecimento de grupos econômicos nas terras ocupadas por esses grupos.

Os propósitos principais deste pronunciamento são o de denunciar a omissão do órgão tutelar do índio brasileiro: FUNAI, no caso dos Nambiquara, ameaçados em sua integridade territorial e biológica e caracterizar expressamente a política indigenista do mesmo órgão como uma conseqüência de sua transformação num veículo destinado a favorecer os interesses de grandes grupos econômicos.⁽²⁷⁾

Entretanto, o discurso, pronunciado pelo deputado, proferido com intensa impetuosidade e marcado pelo tom contundente –

principalmente no que diz respeito ao emprego de determinados termos atribuídos aos governantes federal e estadual, bem como ao órgão tutor, denominando-o de *Funerária Nacional do Índio* – não se limitou a denunciar apenas o momento dos Nambiquara. Registrou a situação dos índios Xavante em relação à multinacional Suiá Missu que, na época, detinha em torno de 600.000ha.

O conjunto das palavras proferidas pelo Deputado Dante de Oliveira ligou-se ao momento em que a Fundação Nacional do Índio estudava a reorganização territorial dos grupos Nambiquara do Vale do Guaporé, que somente no ano de 1985 trará a esses índios uma resolução através do reconhecimento, mesmo que representando um fragmento de seu extenso território milenarmente ocupado. Evidenciou a Fundação Nacional do Índio como a responsável pela permanência das agências de contato, com interesses econômicos nas regiões dos índios Nambiquara: “[...] a FUNAI continua sendo a grande benfeitora dos grupos econômicos com interesses no Estado de Mato Grosso, principalmente no tocante às construções das estradas que cortam as áreas indígenas”.⁽²⁸⁾

Os grupos localizados na Chapada dos Parecis encontram-se com uma área de 1.011.961ha, a Reserva Nambikwara, que apresentava para a Fundação Nacional do Índio, na época, a resolução de grande parte dos problemas pelos quais passavam os Nambiquara: uma vasta região destinada a reunir a maior parte dos grupos Nambiquara, não reconhecendo a diversidade cultural existente entre eles.⁽²⁹⁾

Esperava-se, com a criação dessa Reserva, que os demais Nambikwara localizados nas férteis terras do Vale do Guaporé (fora da reserva) para lá se transferissem. Evidentemente, uma iniciativa dessas não lograria êxito e, após um certo tempo, os dois únicos grupos que haviam inicialmente concordado com a mudança, os Alantesu e os Wasusu, retornam às suas terras de origem.⁽³⁰⁾

Com o reconhecimento das terras destinadas aos grupos Nambiquara do Vale do Guaporé (Áreas Indígenas Sararé e Vale do Guaporé) pela Fundação Nacional do Índio a imprensa nacional divulgou com certa regularidade o processo demarcatório, registrando também a reação dos fazendeiros que haviam se instalado nessa região, após a expedição de Certidões Negativas conferidas pelo próprio órgão indigenista federal.

A FUNAI anunciou ontem que dentro de 80 dias deverá estar demarcada a reserva dos índios Nambiquara no Vale do Guaporé, mesmo que os proprietários das fazendas da área resolvam entrar na Justiça contra o valor das indenizações. Ontem os fazendeiros saíram insatisfeitos da reunião com os representantes da FUNAI, pois não concordam em ser ressarcidos apenas das benfeitorias e não pelo valor da terra.⁽³¹⁾

A análise referente à chegada das frentes expansionistas ao território ocupado pelos grupos indígenas conduziu a abordagem do presente texto a constatar que ocorreu uma grande mudança na dimensão territorial desses índios. Além disso, apontou para a percepção de que a atual reconfiguração efetuada a partir dos estudos demarcatórios empreendidos pela Fundação Nacional do Índio, desde o final da década de 60, de certa maneira esteve atrelada aos interesses dos empreendimentos agropastoris que se instalaram intensamente no Vale do Guaporé a partir de 1970.

Do imenso território tradicional com áreas contíguas, que outrora abrigava os grupos Nambiquara, alguns deles extintos, o que resta hoje está agora dividido em nove áreas, algumas não contínuas: Terra Indígena Pyreneus de Souza, com 28.212,2761 hectares; Terra Indígena Nambikuara, com 1.011.961,4852 hectares; Terra Indígena Vale do Guaporé, com 242.593 hectares; Terra Indígena Lagoa dos Brincos, com 1.845 hectares; Terra Indígena Taihãtesu, com 5.362 hectares; Terra Indígena Pequizal, com 9.886,8211 hectares; Terra Indígena Sararé, com 67.419,5158 hectares; Terra Indígena

Tirecatunga, com 130.575 hectares e Terra Indígena Tubarão-Latundê⁽³²⁾, com 116.613,36 hectares.

Pequenas áreas de valor significativo para os Nambiquara, Lagoa dos Brincos, Pequizal e Taihãntesu, foram identificadas, demarcadas e agregadas à Terra Indígena Vale do Guaporé, no decorrer dos anos de 1980 e 1990, formando uma área contínua. A Lagoa dos Brincos é o lugar onde os Mamaindê e Negarotê coletam uma concha destinada à confecção de brincos, de uso feminino e masculino; a Terra Indígena Pequizal foi criada com o objetivo de proteger o fruto do pequi (*Caryocar brasiliense St. Hil.*), o elemento primordial que solidifica a identidade cultural dos Alantesu e que os autodenomina como o *povo do pequi*. Nessa área há uma extensa reserva nativa de pequizeiros, cujos frutos, depois de cozidos, são destinados à produção de uma bebida muito apreciada por eles; Taihãntesu, local onde se encontram as cavernas sagradas, é, para o grupo Wasusu, a morada das almas após a morte.⁽³³⁾

O processo de ocupação ilegal de territórios indígenas está não somente nas páginas da história dos Nambiquara, mas também integra a trajetória de trinta e oito outras etnias de Mato Grosso, interferindo na sua vida cotidiana, privando esses povos das suas melhores terras, de serem livres e culturalmente distintos.

NOTAS

- (1) Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco, Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Professora do Centro Universitário – UNIVAG e Pesquisadora da Fundação Nacional do Índio.
- (2) Depoimento de Etreca Wasusu, um Nambiquara do Vale do Guaporé a Silbene de Almeida. **Ação de Desapropriação Indireta** 96.0001618-6. Autores: Célia Tenório de Brito Siqueira e outros. Cuiabá: Justiça Federal de Mato Grosso, 2ª Vara, v. 2, 1996, p. 503.
- (3) Para conhecer o acervo que compõe os estudos produzidos pela Comissão Rondon consultar o MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Conselho Nacional de Proteção aos Índios. **Catálogo geral das publicações da Comissão Rondon e do Conselho Nacional de Proteção aos Índios**. Publicação n 96. Rio de Janeiro: Brasil, 1946. Dentre as instituições mato-grossenses, a Biblioteca da Casa Barão de Melgaço, em Cuiabá, possui um grande número dessas publicações, inclusive há disponível para consulta o referido catálogo.
- (4) FERREIRA NETO, Edgard. História e Etnia. CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro : Campus, 1997, p. 313-328.
- (5) SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1997.
- (6) GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. FELDMANN-BIANCO, Bela (Org.) **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987, p. 227-305.
- (7) OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar**. São Paulo / Brasília : Marco Zero / MCT/ CNPq, 1988.
- (8) Neste estudo, a palavra resistência indica a oposição e/ou reação manifestada, não necessariamente pelo uso de armas, a uma força invasora aos territórios e modos de viver dos Nambiquara.

- (9) LEACH, Edmundo. *Anthropos*. Enciclopédia Einaudi (*Anthropos/Homem*). Lisboa : Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985, p. 16. *Apud* FERREIRA NETO, **História e Etnia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 323.
- (10) RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986, p. 74-76 (Coleção Missão Aberta).
- (11) RONDON, Candido Mariano da Silva. **Conferências realizadas em 1910 no Rio de Janeiro e em S. Paulo**. Publicação n. 68. Comissão de Linhas Telegráficas Estrategicas de Matto Grosso ao Amazonas. Rio de Janeiro : Typographia Leuzinger, 1922. RONDON, Candido Mariano da Silva (Direção). **Missão Rondon**. Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estrategicas de Matto-Grosso ao Amazonas. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1916.
- (12) ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Rondônia**. 3^a. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Brasileira, Série V, v. XXXIX, 1935 (Biblioteca Pedagógica Brasileira).
- (13) SILVA, José de Moura e. **Diamantino**: Documentário 1980. 2^a. ed. Diamantino-MT : Edição do Autor, 1980.
- (14) Murillo de Campos, médico que integrou a Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, também descreveu a relação entre os índios Nambiquara e os seringueiros. CAMPOS, Murillo de. **Interior do Brasil** – Noroeste de Matto-Grosso – Do Rio de Janeiro a Cuyabá através de Goyaz – O vale do Juruena – Tapajóz – Notas Medicas e Ethnographicas. Rio de Janeiro: s.n., 1936.
- (15) LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no Oeste brasileiro nos anos 50). **Revista Brasileira de História**. Terra e Poder. São Paulo, Editora Marco Zero / Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 6, nº 2, 1986.

(16) PRICE, Paul David. La pacificación de los Nambiquara. **América Indígena**, v. XLIII, nº 3, p. 601-628, jul./sept. 1983, p. 616.

(17) Em relação aos casamentos entre os grupos Nambiquara, estes não existiam primeiramente. Lídio Halotesu, casado com uma Halotesu, relatou em entrevista realizada na aldeia Sapezal, Terra Indígena Nambiquara, no dia 05/06/1999 que “primeiro não misturá. Não mistura não! Pessoal dele um! Pessoal nosso outro! Kithaulhu um! Sawentesu outro! Não mistura não. Agora tá tudo misturado. Agora misturado. Essa história, essa mistura, quer dizer que outro lá, outro lá, Kithaulhu, tá lá. Ele [Kithaulhu] veio. Espiou moçada de Halotesu, né? Aí mistura. Mistura Manduca, que está aqui junto com nós. Manduca misturou, entrou no meio de nós”.

(18) O SIL chegou ao Brasil no ano de 1956 e possui sedes em Brasília, Cuiabá, Porto Velho, Belém e Manaus. Em 1975, declarou possuir 63 bases entre os índios no Brasil.

(19) CARELLI & SEVERIANO, Milton. **Mão branca contra o povo cinza: vamos matar este índio?** Centro de Trabalho Indigenista. Brasil Debates, 1980, p. 11.

(20) Integrantes de duas aldeias Halotesu, da bacia do alto Formiga, denominadas Alto Formiga e Bacaiuval, foram também transferidos para o interior da Reserva Nambikwara. Entretanto, em consequência de suas novas aldeias estarem situadas no limite da Reserva, continuaram utilizando seu território tradicional para a sua subsistência. Hoje, mesmo estando esses campos ocupados pela plantação da soja, a pedido dos índios, o fazendeiro protegeu com cercas o antigo pátio da aldeia onde está localizado o cemitério, freqüentado regularmente pelos índios.

(21) Consultar RAMOS, Arthur. **Introdução à Antropologia Brasileira**. As culturas não-européias. Rio de Janeiro, 1943, p. 245 (Estudos Brasileiros da CEB) e ROQUETTE-PINTO. Edgard. **Rondônia**, p. 213 (Biblioteca Pedagógica Brasileira).

(22) LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Perspectivas do Homem. Lisboa : Edições 70, 1979, p. 302. O antropólogo brasileiro

Luiz de Castro Farias, recentemente falecido, representante, na época, do Museu Nacional e do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, integrou a expedição chefiada por Claude Lévi-Strauss no ano de 1938. Luiz de Castro Farias doou seu acervo fotográfico e cadernos de campo ao Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), no Rio de Janeiro. Para conhecer as impressões de Luiz de Castro Faria, consultar a obra de sua autoria intitulada *Um outro olhar: diário da expedição à Serra do Norte*, editada no ano 2001 pela Editora Ouro Sobre Azul. No ano 2000, uma pequena, mas significativa parcela dessa documentação fotográfica foi apresentada na Casa da Ciência, no Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e no Museu de Astronomia e Ciências Afins através da exposição *Retrato Brasileiro dos Tristes Trópicos*.

(23) PRICE, Paul David. **Nambikwara society**. 1972. Tese (For the degree of Doctor of Philosophy). Department of Anthropology, Faculty of the Division of the Social Sciences. Chicago, Illinois, p. 18.

(24) MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Fundação Nacional do Índio. Regularização Fundiária da Área Indígena Pequizal/MT, de 06/03/1991

(25) Designação atribuída aos não índios pelos Nambiquara, significando *comedores de feijão*.

(26) CARELLI, Vincent; SEVERIANO, Milton. *Op. cit.* OLIVEIRA, Dante de. **Governo extermina índios Nambiquara**. Cuiabá : Assembléia Legislativa de Mato Grosso, 1980.

(27) ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Estado de Mato Grosso. **Governo extermina os índios Nambiquara**. Discurso pronunciado pelo Deputado Dante de Oliveira na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em 11/06/1980, s/ed.

(28) ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, p. 9.

(29) Há referências históricas de que os Nambiquara ocupavam imemorialmente uma vasta região de aproximadamente 5.500.000 ha. Consultar MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Fundação Nacional do Índio. **Regularização Fundiária da Área Indígena Pequizal/MT**, de 06/03/1991.

(30) MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Fundação Nacional do Índio. **Regularização Fundiária da Área Indígena Pequizal/MT**, de 06.03.1991.

(31) Confirmada a demarcação. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 30 jun. 1983. Ver também "Fazendeiros são contra a demarcação de áreas no Guaporé". **Diário de Cuiabá**. 30 jun. 1983.

(32) A Terra Indígena Tubarão-Latundê localiza-se no estado de Rondônia, onde habitam os índios Aikanã (Tupi-mondê) e um dos grupos Nambiquara denominado Latundê.

(33) Para conhecer mais sobre as cavernas sagradas dos Nambiquara do Vale do Guaporé, ler RELATÓRIO elaborado por Maria Clara Migliácio e Marcelo Óppido Fiorini: **Taihãntesu**: preservação de um santuário indígena. Vilhena: Administração Regional de Vilhena, Fundação Nacional do Índios, 1988.

COMUNICAÇÕES

Segunda Parte

A ORIGEM DO NOME MATO GROSSO

Paulo Pitaluga Costa e Silva

Na busca de índios e ouro, Pascoal Moreira Cabral e seus bandeirantes paulistas fundaram Cuiabá a 8 de abril de 1719, num primeiro arraial, São Gonçalo Velho, situado nas margens do rio Coxipó em sua confluência com o rio Cuiabá.

Em 1º. de janeiro de 1727, depois de duas sucessivas transferências de local – Forquilha e Lavras do Sutil - o arraial foi elevado à categoria de vila por ato do Capitão General de São Paulo, Rodrigo César de Menezes. A presença do governante paulista nas Minas de Cuiabá ensejou uma verdadeira extorsão fiscal sobre os seus moradores, numa extrema ganância pela arrecadação dos quintos de ouro para a Coroa de Portugal. Esse procedimento do Erário português, somado à gradual diminuição da produção das lavras auríferas, fez com que os sertanistas pioneiros fossem buscar o seu ouro cada vez mais longe das autoridades cuiabanas.

Em 1734, estando já quase despovoada a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, os irmãos Fernando e Artur Paes de Barros, atrás dos índios Parecis, descobriram veio aurífero, que resolveram denominar de Minas do Mato Grosso, situadas nas margens do rio Galera, no vale do Guaporé.

Os Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade, escritos em 1754 pelo escrivão da Câmara dessa vila, Francisco Caetano Borges, citando o nome Mato Grosso, assim nos explicam:

[...] Saiu da Vila do Cuiabá Fernando Paes de Barros com seu irmão Artur Paes, naturais de Sorocaba, e sendo o gentio Pareci naquele tempo o mais procurado, [...] cursaram mais ao Poente delas com o mesmo intento, arranchando-se em um ribeirão que deságua no rio da Galera, o qual corre do Nascente a buscar o rio Guaporé, e aquele nasce nas fraldas da Serra chamada hoje a Chapada de São Francisco Xavier do **Mato**

Grosso, da parte Oriental, fazendo experiência de ouro, tiraram nele três quartos de uma oitava na era de 1734.¹

Estavam descobertas as minas do Mato Grosso, região que em poucos anos ficou pulverizada por inúmeros arraiais fundados em função de lavras de ouro.

Esses Anais, ainda em 1754, vinte anos após a descoberta do ouro no rio Galera, pela primeira vez pôde relatar esse histórico em um documento oficial, registrando o termo Mato Grosso e identificando o local onde elas se localizavam.

Todavia, o histórico da Câmara de Vila Bela não mencionou por que os irmãos Paes de Barros batizaram aquelas minas com o nome de Mato Grosso.

Quem nos deu tal indicação foi José Gonçalves da Fonseca, em seu trabalho produzido por volta de 1780, *Notícia da Situação de Mato Grosso e Cuiabá*, que assim nos explicou textualmente o topônimo “Mato Grosso”:

[...] se determinaram atravessar a cordilheira das Gerais de oriente para poente; e como estas montanhas são escalvadas, logo que baixaram a planície da parte oposta aos campos dos Parecis (que só tem algumas ilhas de arbustos agrestes), **toparam com matos virgens de arvoredos muito elevado e corpulento, que entrando a penetrá-lo, o foram apelidando Mato Grosso**; e este é o nome que ainda hoje conserva todo aquele distrito.

Caminharam sempre ao poente, **e depois de vencerem sete léguas de espessura**, toparam com o agregado de serras[...]²

Pelo que desse registro se depreende, o nome Mato Grosso é originário de uma grande extensão de sete léguas de mato alto, espesso, quase impenetrável, localizado nas margens do rio Galera, percorrido pela primeira vez em 1734 pelos irmãos Paes de Barros. Acostumados a andar pelos cerrados do chapadão dos Parecis, onde apenas havia *algumas ilhas de arbustos agrestes*, os irmãos

sertanistas e aventureiros, impressionados com a altura e porte das árvores, o emaranhado da vegetação secundária que dificultava a penetração, com a exuberância dessa floresta, denominaram-na de Mato Grosso.

Perto dessa extensão de mato, dois anos depois fundaram as Minas de São Francisco Xavier. Assim, com o correr dos anos, toda a região adjacente, pontilhada de arraiais de mineradores, ficou conhecida na história como as **Minas do Mato Grosso**.

Devemos salientar que, por cerca de duas décadas, a população e as autoridades referiam-se sempre a dois distritos, usualmente denominados de minas do Cuiabá e minas do Mato Grosso. E ambas as regiões estavam jurisdicionadas à então Capitania de São Paulo.

Pela Carta Régia de 5 de agosto de 1746, o Rei D. João V, preocupado em institucionalizar e consolidar a posse portuguesa na região do vale do Guaporé, determinou ao Capitão General de São Paulo a fundação de uma vila no *Distrito de Mato Grosso*.

Assim se expressou o Rei de Portugal:

Dom João, por graça de Deus, El Rey de Portugal e dos Algarves, d'aquém e d'além Mar, em África Senhor da Guiné, etc. [...] Fui servido [...] mandar erigir uma Vila no distrito de Mato Grosso, em sítio que se julgar mais conveniente [...]³

E a Carta Régia continuou determinando: “1- Hei por bem que os Oficiais da Câmara que servirem na Vila que mando fundar no sítio de Mato Grosso [...]”⁴

E por algumas outras vezes mais, o real documento pôde citar novamente o *sítio do Mato Grosso*, numa manifestação oficial de reconhecimento e adoção dessa denominação.

Posteriormente, ao se criar a Capitania de Mato Grosso, autônoma e desmembrada de São Paulo, por Carta Régia de 9 de maio de 1748, o soberano português assim se manifestou:

Dom João, por Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, [...] Faço saber a vós, Gomes Freire de Andrade, Governador e Capitão General do Rio de Janeiro, que por resoluto se criem de novo dois governos, um nas Minas de Goiás, outro nas de Cuiabá [...]”⁵

Dessa forma, ao se instituir a Capitania, como forma diplomática e legal de consolidação da posse portuguesa na fronteira com o reino de Espanha, Lisboa resolveu denominá-la tão somente de Cuiabá. Mas no fim do texto da referida Carta Régia, assim se exprimiu o Rei de Portugal: “[...] por onde parte o mesmo governo de São Paulo com os de Pernambuco e Maranhão e os confins do **Governo de Mato Grosso e Cuiabá** [...]”⁶

Apesar de não denominar a Capitania expressamente com o nome de Mato Grosso, somente referindo-se às minas de Cuiabá, no fim do texto da Carta Régia, foi denominado o novo governo como sendo referente a ambas as minas, Mato Grosso e Cuiabá. Isso ressalva, na realidade, a intenção portuguesa de dar à Capitania o mesmo topônimo posto anos antes pelos irmãos Paes de Barros e que já vinha sendo adotado em documentos oficiais anteriores. Entende-se perfeitamente essa manifesta intenção.

Todavia, a consolidação do nome Mato Grosso veio rápido. A Rainha D. Mariana de Áustria, designada Regente de Portugal por impedimento de seu marido o Rei D. João V, ao nomear Antonio Rolim de Moura como Capitão General, na Carta Patente de 25 de setembro de 1748, assim se expressou: “Hei por bem de o nomear como pela presente o nomeio no cargo de Governador e Capitão General da **Capitania de Mato Grosso**, por tempo de três anos [...]”⁷

A mesma soberana, no ano seguinte, a 19 de janeiro, entregou a Dom Rolim umas famosas *Instruções*, que dariam precisas orientações para a administração da Capitania, em especial os tratos com a fronteira do reino espanhol pelos lados do Guaporé. Essas *Instruções* expressaram uma impressionante visão geopolítica acerca

das fronteiras do reino português nos confins do continente americano. Obra, certamente, da genialidade política do primeiro ministro de Portugal, Alexandre de Gusmão, o único brasileiro a alçar tal posição de destaque no reino português. Assim nos registrou o documento:

[...] fui servido criar uma **Capitania Geral com o nome de Mato Grosso** [...];

§ 1º - [...] atendendo que **no Mato Grosso se requer maior vigilância** por causa da vizinhança que tem, houve por bem determinar que a cabeça do governo se pusesse no mesmo distrito do **Mato Grosso** [...];

§ 2º - Por se ter entendido que **Mato Grosso é a chave e o propugnáculo do sertão do Brasil** [...] ⁸

E a partir daí, da Carta Patente e das Instruções da Rainha, o governo colonial mais longínquo, mais ao ocidente em terras portuguesas na América, passou a se chamar Capitania de Mato Grosso, tanto nos documentos oficiais como no trato diário por sua própria população. Logo se assimilou o nome institucional Mato Grosso em desfavor do nome Cuiabá. A vigilância e proteção da fronteira oeste era mais importante que as combalidas minas cuiabanas. A prioridade seria Mato Grosso e não Cuiabá.

A fundação de Vila Bela em 1752, na região das minas do Mato Grosso, funcionando como sede da Capitania recém-criada, veio consolidar ainda mais o nome *Mato Grosso*.

Com a independência do Brasil em 1822, veio a ser denominada Província de Mato Grosso, e com a República em 1899, a denominação passou a Estado de Mato Grosso.

As Minas do Mato Grosso, descobertas e batizadas ainda em 1734 pelos irmãos Paes de Barros, impressionados com a exuberância das 7 léguas de mato espesso, dois séculos depois, mantendo ainda a denominação original, transformaram-se no continental Estado de Mato Grosso. O nome colonial setecentista, por bem-posto e bem-consolidado, perdurou até nossos dias.

NOTAS

- ¹ - **Anais de Vila Bela**. Cuiabá: IHGMT, 2001, Publicações Avulsas, 28.
- ² - FONSECA, José Gonçalves da. **Notícia da Situação de Mato Grosso e Cuiabá**. Cuiabá: IHGMT, 2001, Publicações Avulsas, 21, p. 14.
- ³ - Carta Régia de 5 de agosto de 1746. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, Cuiabá: IHGMT, v.CXLVI, 1998, p.142.
- ⁴ - Carta Régia de 5 de agosto de 1746. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, Cuiabá: IHGMT, v. CXLVI, 1998, p.142 .
- ⁵ - Carta Régia de 9 de maio de 1748. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, Cuiabá: IHGMT, v. CXLVI, 1998, p.146.
- ⁶ - Carta Régia de 9 de maio de 1748. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, Cuiabá: IHGMT, v. CXLVI, 1998, p.146.
- ⁷ - Carta Patente de 15 de setembro de 1748. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Rios Guaporé e Paraguai, primeiras fronteiras definitivas do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica Xerox, 1985, p.23.
- ⁸ - Instruções da Rainha. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Rios Guaporé e Paraguai, primeiras fronteiras definitivas do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica Xerox, 1985, p.24.

REFERÊNCIAS

FONSECA, José Gonçalves da. **Notícia da Situação de Mato Grosso e Cuiabá. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro: tomo XIX, 1866.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Rios Guaporé e Paraguai, primeiras fronteiras definitivas do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica Xerox, 1983.

MENDONÇA, Estevão de. **Datas Mato-grossenses**. Niterói: Salesianas, v. I, 1919.

AS PRIMEIRAS EMPRESAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM MATO GROSSO

José Garcia Neto¹

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Historicamente, durante os períodos colonial e provincial, a administração pública realizava a construção de obras civis diretamente, sem contratação de empreiteiros. Nem havia companhias construtoras nessa época. A história registrou que as primeiras obras públicas ainda no século XVIII, como a construção de prédios públicos (Palácio, quartéis, Câmara, Casa de Fundição, Ouvidoria etc.) foram realizadas diretamente pelo governo da Capitania. Para tanto, trouxeram 2 mestres-de-obras vindos de Portugal para a realização dessas obras. Dessa forma construíram várias pontes, abriram estradas e edificaram prédios públicos em Vila Bela e Cuiabá.

No período provincial notava-se o mesmo procedimento. Toda obra pública era realizada pelo governo da Província, como os Quartéis, Arsenal de Guerra e de Marinha, Casa de Pólvora, reforma da residência oficial dos Presidentes de Mato Grosso. Até mesmo a construção de barcos de uso militar. Salienta-se que o Fortim de São José foi inteiramente levantado pelos soldados do 21º Batalhão estacionado nas margens do rio Cuiabá, ao lado do forte.

Nas primeiras três décadas do século XX, o governo do Estado continuou realizando obras por administração direta. Como exemplo podemos citar a estrada do Tope de Fita, ligando Cuiabá à Chapada, realizada em 1910 pelo engenheiro Virgílio Corrêa Filho. Até hoje se conservam nos altos da Chapada imensos trechos do calçamento de pedras efetuado pelo ilustre engenheiro.

Assim, em pouco mais de dois séculos, toda e qualquer obra pública sempre foi realizada diretamente pelas administrações públicas, sem a contratação de qualquer empresa ou serviço especializado nessa construção.

CONSTRUTORA COIMBRA BUENO

Esse modo de construir obras públicas, somente foi mudado depois nos fins dos anos 30 do século XX.

Por volta de 1938, a Construtora Pederneiras, do Rio de Janeiro, ganhando concorrência pública do Ministério da Guerra, construiu a sede do 16º Batalhão de Caçadores em Cuiabá. Foi, portanto, a primeira empreiteira de obras que chegou a Mato Grosso. Construiu somente essa obra federal e retirou-se do Estado antes de 1940.

Na época do interventor Júlio Müller (1937-1945), este conseguiu realizar um surto de obras em Cuiabá, para melhorar a infra-estrutura na capital, tanto de governo como social. Não tendo estrutura governamental para realizar as obras pretendidas, o interventor contratou uma empresa de Goiânia, a construtora Coimbra Bueno. Assim, esta tornou-se a primeira empresa a trabalhar em Mato Grosso no ramo da construção civil de obras públicas, sob o regime de administração.

Deve ser ressaltado que essa mesma construtora fez o projeto urbanístico de Goiânia e, por ser já uma empresa do Centro-Oeste, não teve maiores dificuldades em se deslocar até Cuiabá.

Chegou a esta capital por volta de 1940, montando dois escritórios. Um, para coordenar o cadastramento da cidade de Cuiabá e o outro escritório, para tocar as obras de engenharia de modo geral. Chefiava o escritório de obras o engenheiro Ormino Lopes, sendo o Dr. Cássio Veiga Sá o Diretor-Técnico que dirigia os trabalhos de Cuiabá a partir de uma filial no Rio de Janeiro.

O engenheiro José Garcia Neto chegou a Cuiabá em 1945, para chefiar os trabalhos de cadastramento e, logo a seguir, passou a chefiar o escritório de obras de engenharia.

As principais obras dessa construtora foram:

- Ponte Júlio Müller, sobre o rio Cuiabá, ligando esta capital a Várzea Grande;

- Colégio Estadual, hoje Liceu Cuiabano;
- Secretaria Geral do Governo, na avenida Presidente Vargas;
- Tribunal de Justiça, na mesma avenida;
- Abertura e concretamento da avenida Presidente Vargas;
- Grande Hotel de Cuiabá, na praça Alencastro, onde funcionou o Bemat;
- Cine Teatro Cuiabá;
- Residência dos Governadores, nos fundos do Palácio Alencastro;
- Estação de Tratamento de Água de Cuiabá;
- Palácio Arquiepiscopal, em frente à Santa Casa, no bairro do Mundéu;
- Início da estrada de rodagem Cuiabá a Campo Grande.

José Garcia Neto deixou o cargo de Diretor-Técnico da Construtora Coimbra Bueno em 1947, para assumir o Departamento de Obras Públicas do Governo do Estado de Mato Grosso. Nesse mesmo ano essa construtora também deixou Cuiabá, com o encerramento de seus contratos com o Governo do Estado.

A Coimbra Bueno deixou interessante legado a Mato Grosso, além das obras que construiu. Trouxe de outros centros urbanos inúmeros operários especializados em vários ramos da construção civil, que acabaram por permanecer em Cuiabá. Estes, aqui constituíram família, transmitiram a outros os seus conhecimentos e enriqueceram a cidade com a sua especialização.

A Coimbra Bueno realmente marcou época em Cuiabá.

CONSTRUTORA COMÉRCIO LTDA.

No ano de 1947, o Ministério da Guerra, hoje Ministério da Defesa, lançou uma concorrência de âmbito nacional para construção de várias residências para oficiais e sargentos do 16º Batalhão de Caçadores, sediado em Cuiabá.

Decorrido o prazo para apresentação das propostas, nenhuma empresa se habilitou para a construção das obras lançadas pelo Exército.

As dificuldades de comunicação com a capital mato-grossense impediram que empresas de outros estados, principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro, se interessassem por essas construções.

Isolada, Cuiabá importava de São Paulo quase todos os materiais via ferroviária, pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil até Porto Esperança e daí por lanchas, pelos rios Paraguai e Cuiabá. Essas viagens demoravam cerca de trinta dias ou até mais, em ocasiões em que o porto final de desembarque passava a ser o de Santo Antonio do Leverger ou do Aricá, em face da baixa das águas pela seca dos rios.

À época, década de 40, a comunicação telefônica era praticamente inexistente.

Essa situação de precária comunicação motivou, sem qualquer dúvida, a falta de interesse das empresas de construção civil pelas obras lançadas pelo Ministério da Guerra em Cuiabá.

As autoridades e os comerciantes cuiabanos ficaram consternados e preocupados com tal situação.

Em diálogo com o empresário Manoel Miraglia, então presidente da Associação Comercial, tivemos o ensejo de lamentar o triste fato, altamente negativo para a economia do Estado e de Cuiabá, em particular. Nessa mesma ocasião, algumas pessoas começaram a estudar a possibilidade da criação de uma empresa construtora, com o seu capital inteiramente formado por empresários cuiabanos.

Em reunião histórica, no início do ano de 1948, na sede da Associação Comercial de Cuiabá, cerca de três dezenas de empresários do comércio e profissionais liberais fundaram a Construtora Comércio Ltda. Nessa ocasião foram subscritas as cotas que formaram o capital da empresa. Ficou assim constituída a sociedade:

Nome	N ^a de cotas
Manoel Miraglia	8
Sílvio Curvo	5
Tufic Affi	3
Altair Cavalcante de Matos	3
Abdala Mansur Bumlai	5
Pedro Biancardini	5
Ciríaco Cândia	2
Ciríaco Pires de Miranda	2
Alexandre Waldvogel	2
Fenelon Müller	2
Antonio Ribeiro Bastos	2
José de Souza Vieira	2
Alberto Borges de Aguiar	2
Enio Carlos de Souza Vieira	2
Manoel Soares de Campos	2
Haddad & Irmãos	2
Antonio Lucas de Barros	2
Pereira & Cia. Ltda	2
José Monteiro de Figueiredo	2
Armando Lázaro Cândia	1
Afonso Roman	1
Aguilar Vieira do Nascimento	1
Mariana Viegas Pereira	1
Athaíde de Lima Bastos	1
Odorico Ribeiro dos Santos Tocantins	1
Francisco Pinto de Oliveira	1
Leão Asvolinsque	1
João Corbelino	1
Aguilar Vieira do Nascimento	1
Mariana Viegas Pereira	1

Na mesma ocasião foram escolhidos Manoel Miraglia como Diretor-Presidente e o engenheiro José Garcia Neto como Diretor-Técnico da empresa.

Dessa forma nasceu a primeira empresa de construção civil em Mato Grosso, Estado este que, de 1948 para os dias de hoje, nunca mais perdeu recursos destinados ao seu desenvolvimento.

No decorrer de sua existência, a Construtora Comércio Ltda. efetuou um grande número de obras civis em Cuiabá, tanto públicas como particulares. Dentre estas, as mais importantes a destacar foram:

- Hospital Geral de Cuiabá, na rua Treze de Junho;
- Educandário de Menores, conjunto hoje ocupado pelo 9º BEC no Coxipó;
- 104 casas populares, na praça Eurico Dutra e adjacências, financiadas pela Fundação de Casas Populares;
- As obras de canalização a céu aberto do Córrego da Prainha;
- Várias casas residenciais em Cuiabá, destacando-se a de Nilson Constantino, de Elias Ayoub e a de Alvim Pena;
- Colégio Estadual de Campo Grande, de projeto do arquiteto Oscar Niemeyer;
- Colégio Estadual de Corumbá, do mesmo arquiteto;

Em março de 1955, o engenheiro José Garcia Neto deixou o cargo de Diretor Técnico da referida construtora para assumir o cargo de Prefeito Municipal de Cuiabá, eleito que fora no pleito de 1954 e que pela primeira vez se realizara para tão importante função administrativa e política.

Por vários anos, a Construtora Comércio cumpriu os seus objetivos de construção civil, sendo extinta por volta de 1957.

A Construtora Comércio, que nascera por força do espírito empreendedor e do amor à sua terra, por parte de uma plêiade de cuiabanos, foi sem dúvida o alicerce fundamental para o desenvolvimento da construção civil em Mato Grosso e, em consequência, muito contribuiu para a economia mato-grossense.

¹ José Garcia Neto: Engenheiro responsável pelas obras em Cuiabá da Empresa Coimbra Bueno, 1945/1947; Diretor do Departamento de Obras Públicas de Mato Grosso, 1947/1948; Diretor Técnico da Construtora Comércio Ltda. 1948/1954; Diretor-Técnico da Companhia de Engenharia Civeletro Ltda., 1959/1960; Prefeito de Cuiabá, 1955/1958; Vice-Governador do Estado de Mato Grosso, 1961/1965; Deputado Federal, 1967/1974; Governador do Estado de Mato Grosso, 1975/1978; Diretor-Técnico da Engglobal Construções, 1980/1982; Diretor da Eletronorte, 1983/1988.

Observação: O presente artigo, de autoria do engenheiro José Garcia Neto, foi baseado em outro, também de sua autoria, denominado “A Primeira Empresa da Construção Civil em Mato Grosso”, publicado na Revista Minerva, Cuiabá: CREA-MT, ano 3, n. 3, julho de 1998, p.7.

GARCIA NETO E A DIVISÃO DO ESTADO

Aecim Tocantins¹

UM TESTEMUNHO HISTÓRICO

A respeito da história da Divisão do Estado, vez por outra pessoas mal-informadas ou tendenciosas têm feito referências desairosas, como enganosas e injustas, quanto à postura adotada nesse rumoroso episódio pelo então Governador de Mato Grosso, Dr. José Garcia Neto.

Na qualidade de primeiro Representante de Mato Grosso junto à Comissão Especial da Divisão do Estado, bem de perto acompanhei a luta titânica por ele empreendida contra esse ato de determinismo do poder militar em vigor na época dos acontecimentos.

Através de documentos altamente subsidiados, ele procurou mostrar ao Presidente da República, General Ernesto Geisel, e às autoridades federais interessadas e envolvidas no assunto quão desastrosas e inconvenientes seriam as conseqüências da adoção da medida divisionista, tanto para a pretendida nova unidade federativa quanto para o Estado remanescente.

Homem dotado de elevado espírito combativo e democrático fez os mais sérios pronunciamentos perante as entidades representativas dos diversos segmentos da nossa sociedade, visando com isso sensibilizá-las a se posicionarem contra o intento obsessivo do Presidente Geisel, coadjuvado pelo General Golbery Couto e Silva, que exercia, com toda a força e prestígio presidencial, as funções de Ministro-Chefe da Casa Civil.

Incondicionalmente favorável à separação, a Região Sul do Estado, com predomínio de Campo Grande, sediava os mais entusiastas e intransigentes líderes divisionistas, que compreenderam haver chegado o momento de reavivar com forte paixão a chama do movimento, desenvolvendo ampla campanha nesse sentido, agora bafejados com o beneplácito do Poder Central da República.

Através da Liga Sul Mato-Grossense que capitaneava esse movimento, o Governador Garcia Neto convocou uma reunião na cidade de Campo Grande, para um amplo e democrático debate do assunto.

A reunião foi demorada, tal a importância e finalidade do assunto tratado naquele encontro e por isso mesmo motivo de ampla discussão e acalorados debates.

Mais uma vez o Governador Garcia Neto teve oportunidade de demonstrar sua formação democrática e elevado espírito de intrepidez.

Esse pensamento da Divisão do Estado era idéia preconcebida e de há muito acalentada dos Generais Geisel e Golbery, quando ainda Tenentes Coronéis participantes da Escola Superior de Guerra do Estado Maior das Forças Armadas, assumindo entre si o compromisso de colocá-la em prática na primeira oportunidade que a um deles fosse propiciada.

Aliás, o escritor Jovam Vilela da Silva faz ligeira referência a tal assunto, no livro de sua autoria intitulado: “A Divisão do Estado de Mato Grosso – Uma Visão Histórica”.

A oportunidade esperada apareceu quando o General Geisel assumiu a Presidência da República, escolhendo de imediato o General Golbery para exercer as funções de Ministro-Chefe da Casa Civil. Puderam, então, selar o compromisso que entre si haviam feito e, para participar dessa empreitada foi nomeado Ministro do Interior o Dr. Rangel Reis, fervoroso adepto da idéia.

Formou-se assim um poderoso bloco do alto escalão da República que, com a força e o poderio de que dispunha, agiu de maneira rápida e discricionária na consecução do objetivo divisionista, menosprezando os mais sérios e robustos argumentos apresentados pelo Governador Garcia Neto e pelos diversos segmentos da sociedade mato-grossense.

Em face da inapelável decisão do Poder Federal, oficializada em abril/1977, nada mais restava ao Dr. Garcia fazer

senão convocar os Representantes dos Poderes institucionais do nosso Estado, os líderes políticos e os representantes dos diversos órgãos da sociedade para, numa comunhão de esforços, procurar defender os interesses do Estado ante o projeto de lei elaborado pelo Poder Central da República.

Foi outra luta titânica do Governador Garcia Neto que muitos não sabem ou procuram maldosamente ignorar.

Renunciar ao cargo seria ao Dr. Garcia a mais cômoda decisão, o que, entretanto iria produzir desastroso efeito aos interesses do Estado.

Homem de decisões firmes e de alta visão da coisa pública entendeu e decidiu, corajosamente, que sua permanência naquele momento à frente do governo se fazia extremamente necessária à defesa dos relevantes interesses da terra e da gente mato-grossense.

Diante dos desgastes que poderia sofrer com essa atitude, ainda assim preferiu, com dignidade e altivez, acompanhar e defender com a sua equipe de Governo os altos interesses do nosso Mato Grosso no desenrolar do processo divisório, ao invés de abandoná-lo à sua própria sorte.

É relevante destacar que a divisão fora decidida pelo Governo Federal, tendo em vista, tão somente, estudos preliminares, sem quaisquer compromissos orçamentários ou programáticos, que pudessem garantir a continuidade do desenvolvimento de Mato Grosso, bem como assegurar a implantação e o futuro do Novo Estado.

De concreto mesmo, existia apenas um estudo, também preliminar, elaborado pelo IPEA – Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada, datado de junho/1977, intitulado “Subsídios à Divisão do Estado de Mato Grosso”.

Portanto, a fuga de Garcia Neto com a renúncia ao cargo, naquela ocasião, seria evidente ato de covardia.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E MODERNIDADE¹

*Gabriel de Mattos*²

Primeiramente gostaríamos de lembrar um fato muito interessante quando estamos falando sobre Patrimônio Imaterial: no caso, o Hino de Mato Grosso. Durante muito tempo utilizamos a Canção de Mato Grosso, de autoria de Dom Aquino e de Emílio Heine, como hino estadual; no entanto essa música só foi adotada oficialmente como Hino na década de 80. Isso mostra como é possível trabalhar de maneira interessante sem precisar de leis e decretos.

Tal reflexão leva a outra, de sentido contrário: por que é tão difícil trabalhar com patrimônio histórico construído em Cuiabá?

A principal característica que deve ser entendida é o fato de que esta capital ficou, durante muito tempo, estagnada, enquanto as cidades do sul do Estado, principalmente Campo Grande, sofriam um processo de crescimento e modernização acentuados. Nesse sentido, quando começou o crescimento acelerado da capital, na década de 70, quase todos os velhos cuiabanos consideraram que a oportunidade de crescer havia chegado. Começa então um processo de substituição dos marcos da “cidade velha” por novos e verticalizados “símbolos do progresso”, o que foi demonstrado por De Lamonica Freire (1997) e Brandão (1997), entre outros. Isso explica, até certo ponto, um certo preconceito quando se diz que os cuiabanos de origem defendem menos o patrimônio local que os que aqui chegam vindos de outros estados.

¹Texto apresentado como subsídio para debate na mesa redonda “Patrimônio Histórico e Cultural: Material e Imaterial”, do III Encontro Mato-Grossense de Arquitetos, realizado na UNIC - Universidade de Cuiabá, em outubro de 2004.

No intuito de trazer subsídios para esta discussão procuramos em algumas revistas recentes alguns artigos que possam servir de base para uma discussão.

A primeira delas é a RDM nº 75, que traz na capa a chamada “Ainda de costas para os Andes”. Logo nas primeiras páginas, temos um artigo de meu confrade do Instituto Histórico, o jornalista Onofre Ribeiro, chamado “Lapsos de Memória”, sobre a ignorância de certas pessoas em relação ao que aconteceu em nosso país durante o regime militar de 1964. Isto acaba sendo, em primeira análise, o principal problema do patrimônio: a falta de conhecimento sobre nossa história, o que por si só já serviria como uma informação utilizável nos projetos para o futuro.

Ainda na mesma revista há o artigo, cuja chamada está na capa, “Ainda de costas para os Andes”. Trata-se de uma situação que é extremamente prejudicial para o Estado de Mato Grosso, visto que temos fronteira e não temos mar. A histórica ignorância em relação aos colegas de continente é um problema crônico que atrasa certas regiões do país. É interessante lembrar que há alguns anos os governos de Mato Grosso e do Chile tentaram um apoio à Bolívia para viabilizar o asfaltamento de cerca de 500 quilômetros de estrada naquele país. O governo federal, no entanto, ficou apenas nos discursos e encontros de chanceleres, sem fazer nada de efetivo para viabilizar uma integração sul-americana.

Nesse número da revista também vamos encontrar um ensaio interessante, assinado por Adriana Venturoso e Marinaldo Custódio intitulado “Sou Jeca, mas estou na moda”, que mais uma vez resgata a figura do Jeca Tatu de Monteiro Lobato. É interessante notar que o Jeca Tatu, talvez por ser uma criação de uma intelectual que estava nas polêmicas no início do século XX, ainda é muito estudado. No entanto, gostaríamos de lembrar outro herói genuinamente popular, mais revolucionário que o jeca, que hoje está meio esquecido dos estudos brasileiros: o Pedro Malasartes. Malasartes, cuja origem se confunde entre cordéis do Nordeste e piadas pesadas das revistinhas populares, é um verdadeiro anarquista,

que enfrenta de igual para igual os poderosos e até seduz a filha do rei. E vamos lembrar que o Brasil teve rei durante um longo tempo! Ainda está por aparecer uma boa tentativa de interpretação do Pedro Malasartes.

Outra revista que trago para a discussão é a RDM nº 72, cuja chamada de capa é “Os novos números de Mato Grosso”. O artigo de capa traz os resultados divulgados pelo IBGE de novos levantamentos no Estado, e a síntese é que Mato Grosso continua a crescer. Isto é uma faca de dois gumes, pois esse crescimento exige muito mais discernimento de nós, arquitetos. Este número traz também um artigo sobre as atividades oficiais de restauração do patrimônio construído em Mato Grosso.

Também é interessante ressaltar o artigo de capa da revista Projeto Design, nº 294 sobre a revitalização de três casas representativas do Movimento Moderno em São Paulo. Algumas reflexões sobre essa prática estão no artigo “Arquitetura Moderna e Preservação”, de Carlos Faggin, em que são tecidas algumas considerações sobre preservação de monumentos da fase moderna da arquitetura paulista, sobre os quais não incide nenhum processo de proteção especial. O autor resalta, à página 59:

[...] Estamos no olho do furacão da preservação sem tombamento, muito provavelmente às vésperas de uma grande mudança: o patrimônio arquitetônico brasileiro passará a ser identificado, valorizado e preservado pela sociedade, e não mais de cima para baixo, pelos gabinetes dos conselhos, como exigiram as dificuldades e os riscos que corria o patrimônio arquitetônico brasileiro nos tempos tristonhos das ditaduras de Getúlio e dos militares. No interior desses regimes é que foram gerados os projetos dos conselhos de preservação nacional e estadual.

Concluindo esta apresentação, gostaríamos também de fazer uma “propaganda” da nossa Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso que, em seu número

de 2003, recentemente publicado, traz dois artigos que vêm fechar algumas destas questões específicas. Um deles é o depoimento de Moacyr Freitas, intitulado "Cuiabá precisava de ajuda", onde são historiadas as primeiras tentativas de planejamento urbano da cidade, propostas por um filho da terra. O outro é o nosso artigo "A Grande Rodovia Transoceânica", onde abordamos a proposta de que, ampliando o tema do primeiro artigo aqui citado, não basta uma boa saída para o Pacífico, mas o ideal seria uma grande rodovia ligando o Atlântico ao Pacífico, passando pelo meio da América do Sul.

²Gabriel Francisco de Mattos é sócio do IHGMT, arquiteto, professor universitário (UFMT) e escritor. Tem publicado os livros *A Geringonça* e *Cuiabá: Duas Novelas*.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Ludmila de Lima. **A Catedral e a Cidade**. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

DE LAMONICA FREIRE, Júlio **Por uma poética popular da arquitetura**. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

RDM-REVISTA DE MATO GROSSO. Cuiabá: GDC Comunicação e Editora Ltda., nº 75, 26 de setembro de 2004.

RDM-REVISTA DE MATO GROSSO. Cuiabá, GDC Comunicação e Editora Ltda., nº 72, 5 de setembro de 2004.

REVISTA DO IHGMT. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, vol. 61, 2003.

REVISTA PROJETO DESIGN. São Paulo: Arco Editorial, nº 294, agosto de 2004.

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPAÇO, PESQUISA e DIÁLOGO

Suíse Monteiro Leon Bordest¹

Este ensaio, intitulado **Centro de Referência: Espaço, Pesquisa e Diálogo**, tem por finalidade refletir sobre o significado do tema acima proposto, considerando a amplitude e importância que assumem os centros em diferentes contextos.

O motivo que me leva ao assunto provém, inicialmente, da minha participação no Minicurso intitulado **Nas Tramas do Arquivo** durante a 23ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), nos dias 24, 25 e 26 de setembro do ano 2000 em Caxambu, MG, quando tive a oportunidade de conhecer diferentes olhares e possibilidades para se consumir e reinventar a vida de um arquivo, em dinamização.

A apaixonada narrativa da professora Casassanta tocou-me profundamente, ao esmiuçar nos enredos do arquivo o Centro de Referência do Professor, deixando-me sensibilizada às motivações na abordagem do tema.

Como pessoa pouco familiarizada ao assunto, a minha interpretação se distancia um pouco daquela do especialista acostumado a essa proposição. Talvez a vivência com a interdisciplinaridade da Educação Ambiental, mais do que pela minha formação acadêmica, tenha me conduzido a visualizar e valorizar no tema a dimensão inesgotável da potencialidade cultural de um centro de referência, como espaço voltado para o trabalho, pesquisa e troca de saberes.

O Centro de Referência do Professor de Belo Horizonte foi apresentado aos participantes do curso pela referida professora Casassanta, como exemplo de espaço voltado para a aprendizagem e desenvolvimento da cultura pedagógica.

Segundo a palestrante, esse espaço social foi concebido como uma forma de unir a experiência em educação construída em Minas Gerais, ao longo de sua história, com as possibilidades abertas pelos avanços da técnica e da ciência.

Edificado na área urbana de Belo Horizonte, o Centro de Referência do Professor tem como alguns de seus principais objetivos: o aperfeiçoamento continuado do professor, preparando-o para a utilização de novas tecnologias de ensino em sala de aula; a organização e socialização de dados e informações sobre a educação; o acesso às redes nacionais e internacionais de informações; o apoio à realização de cursos e seminários; o resgate da memória da educação.

Transportando a idéia do Centro de Referência para nossa realidade em Mato Grosso, ao conciliar passado, presente e futuro, a preservação do patrimônio terá o significado de conservar e partilhar democraticamente aspectos da cultura mato-grossense, entendida num contexto de mundo em transformação perpétua e ainda, conforme a realidade de cada momento da História da sociedade.

Fatos, acontecimentos, personalidades que se destacaram ao longo da História, podem ter significados que mereçam ser preservados e conhecidos através dos centros de referência.

Como local de diálogo entre moradores, pesquisadores, especialistas, lideranças e visitantes, o Centro de Referência pode ser concebido como um espaço de encontro de todos os cidadãos comprometidos com a oferta de uma vida mais humana e mais justa para todos.

Uma vez instalado, o Centro de Referência criará alternativas e condições para desenvolver atividades culturais múltiplas e variadas, tais como: divulgação de estudos, pesquisa, monografias e teses; exposição de trabalhos realizados; filmes seguidos de debates; cursos e palestras; visitas programadas etc.

Nesse sentido é que pensei na proposta de se estabelecer um Centro de Referência em Mimoso, no Pantanal de Barão de

Melgaço, com o objetivo da reconstrução continuada da memória do Marechal Rondon.

Ligando a experiência do passado com o projeto de futuro, minha preocupação volta-se para o Memorial Rondon em construção em Mimoso, a ser considerado, também, como um Centro de Referência no Pantanal e ponto de partida para a implantação de outros centros em pontos estratégicos do Estado.

O Grupo de Trabalho do Memorial Rondon do IHGMT, inicialmente constituído por seus membros: Elizabeth Madureira Siqueira, Aecim Tocantins, Joel Leão, Aníbal Alencastro e por mim, Suíse Bordest vem discutindo e elaborando um projeto de pesquisa voltado para o Memorial Rondon e com possíveis propostas para o Plano Diretor de Mimoso, envolvendo o assunto em pauta.

A partir de discussões com a comunidade local, o referido projeto buscará apoio para implementação das propostas entre representantes de Organizações Governamentais (Ogs), Organizações Não Governamentais (ONGs), Centros de Pesquisas etc. Estará aberto para discutir com as demais pessoas interessadas no assunto.

Entendo que um Centro de Referência, ao propiciar o acesso à informação, às inovações e à formação continuada, atuará como veículo de oportunidades ao processo de mudança, individual e coletiva, *pari passu* com o desenvolvimento sustentável.

Nossas ações iniciais, no GT do IHGMT, visam ressaltar o significado histórico, político e geográfico do Memorial no contexto de Mimoso, sob diferentes olhares e num contexto multidisciplinar.

O Centro de Referência no Pantanal, junto ao Memorial Rondon, congregando idéias e esforços, poderá vir a ser ponto de partida para implantação de outros Centros de Referência em pontos estratégicos da Região, a fim de desenvolver atividades culturais múltiplas.

Finalizando essa etapa inicial de reflexão, posso ver nos Centros de Referência também um espaço propício para contribuir

com a equidade e a inclusão social, possibilitando discussões de assuntos que assegurem a todos o acesso à saúde, à educação, à cultura, ao lazer, a um ambiente saudável e a uma vida sem medo e sem violência. Em suma, buscando caminhos para ajudar as pessoas a exercitarem plenamente seus direitos de cidadãos e a se beneficiarem das conquistas da ciência. Inicialmente, levando a informação e, paulatinamente, acompanhando o engajamento dos cidadãos.

Vejo nos referidos Centros de Referência mais uma possibilidade de ampliar o número de multiplicadores contra as barreiras sociais que são cada vez maiores no mundo de contrastes em que vivemos.

¹Geógrafa. Professora do PPGE e do PPGG da UFMT. Membro efetivo do IHGMT.

FIDELIDADE AO BANCO DO BRASIL

Nilza Queiroz Freire

No dia 10/09/04, recebemos do Banco do Brasil S/A – Superintendência Estadual de Mato Grosso, um gesto de reconhecimento pela nossa fidelidade a esse estabelecimento de crédito – na condição de clientes -, pelo período de 50 anos!

A cerimônia foi realizada no 1º andar da Agência Alencastro, situada na Rua Barão de Melgaço nº 915, Centro, em Cuiabá – MT.

Nossa convivência com o Banco do Brasil data de 1949, quando iniciamos a trabalhar fora de casa, no escritório da firma Mattos & Nunes, onde aprendi desde a furar papel, a fim de fazer um arquivo perfeito...

Até então, nunca havíamos entrado naquela respeitável casa de crédito, criada no tempo do Império, razão porque, tendo origem na realeza, impunha certa condição de “sangue azul”.

Entretanto, a maneira com que fora tratada, cativou-nos como freqüentadora assídua do Banco do Brasil, não somente para atender aos serviços da firma Mattos & Nunes, como, também, visando ao meu interesse,

Orientada pelo meu saudoso pai, Tarcílio Fernandes de Queiroz, cliente que fora do citado Banco, acatamos sua orientação no sentido de não gastar tudo o que ganhávamos, reservando uma parcela para o futuro. Foi assim que, em 1950, abrimos conta no Banco do Brasil S/A, mesmo com o salário de iniciante no mercado de trabalho.

Naquela época, Cuiabá contava com três estabelecimentos de crédito: Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal e Banco da Amazônia S/A.

Pois bem, o Banco do Brasil, no que se refere aos seus servidores, sempre adotou critério seletivo, abrindo concurso público,

inicialmente, somente ao pessoal do sexo masculino; era uma espécie de “Clube do Bolinha”.

Os homens eram testados em escolaridade e em apresentação, daí porque seus bancários se destacavam junto à sociedade cuiabana.

Como a história nos conta, Cuiabá viveu isolada por uns 200 (duzentos) anos, aproximadamente; morávamos numa “ilha”, navegável apenas na sua periferia. Com o pioneirismo da instalação do Banco do Brasil em Cuiabá (Agência 049), passamos a nos entrosar com pessoas de outros Estados da Federação, quando transferidos para a capital de Mato Grosso.

Em Cuiabá, os bancários sempre foram bem-recebidos e, se solteiros, eram conquistados pelas cuiabanas, chegando ao casamento. Não foi um caso, mas centenas de casamentos com servidores do Banco do Brasil S/A.

Ao chegarem, os bancários estranhavam o calor, mas ao que nos consta, nenhum adoeceu pelo calor de Cuiabá, embora o estabelecimento exigisse deles impecável apresentação no uso diário de camisa de mangas compridas, com gravata – não havia ar-condicionado, cabelos bem-cuidados, dentes tratados, barba raspada ou alinhada, enfim, de acordo com o padrão da instituição.

Com a era eletrônica, muita coisa mudou, com a intenção de melhorar. Será que falar com máquina, pode trazer prazer a alguém?... Ainda preferíamos o tratamento tête-a-tête, olho no olho, como recebemos, quando procuramos o Banco do Brasil.

Outra mudança: o citado estabelecimento democratizou-se, no sentido de fechar o “Clube do Bolinha” e dar oportunidade, também, ao pessoal do sexo feminino. Aplaudimos a idéia, pois as mulheres são tão inteligentes quanto os homens, e o estabelecimento de crédito comprovou essa verdade, conferindo-lhes funções de chefia, baseadas na competência e no amor que dedicam ao trabalho,

O visual, de início com gravata, foi alterado com “rouge” e batom, sem nenhum prejuízo ao Banco do Brasil, temos certeza.

Entretanto, há quem diga que as bancárias, pela condição de mulheres, afastam-se da instituição pelo período de 120 dias, por motivo de nascimento de filho. Sim, é verdade, mas não pesa para o Banco porque essa despesa compete à Previdência Social, podendo a instituição contratar outro servidor, por tempo determinado,

Agora, vamos falar sobre o atendimento; esse, sim, merece destaque, pelo tratamento personalizado que sempre ofereceu aos seus clientes, seja grande empresário, seja simplesmente um correntista, seja poupador.

Por mais grandioso que seja o estabelecimento de crédito, não prenderá ninguém numa relação de confiança por 50 anos, sem que o cliente seja bem-tratado...

Por isso essa homenagem pública que recebemos – vinte pessoas, aproximadamente – do Banco do Brasil S/A, encheu-nos de satisfação, principalmente por sermos considerados clientes leais, honrados, seguros, pontuais, exatos, verídicos e que não falham. Nisso constitui a palavra **fidelidade**.

Por que mudar, se somos bem-tratados? A Filosofia nos ensina que não se justifica uma troca pelo simples fato de mudar; precisamos analisar o “novo” para ver se, de fato, nos interessa; caso contrário, o comportamento não passará de “modismo”.

Voltando à sensibilidade que teve a Superintendência Estadual de Mato Grosso do Banco do Brasil, homenageando seus fiéis clientes de 50 anos, informamos que recebemos uma placa, individualizada, com os seguintes dizeres:

..... (nome do cliente)

Obrigado pelos 50 anos de confiança no relacionamento com o Banco do Brasil.

Cuiabá (MT), 10 de setembro de 2004.

Superintendência Estadual de Mato Grosso”.

A par disso, o citado Banco nos brindou **com pasta de couro**, de muita utilidade para os serviços bancários.

Ao escrever sobre o assunto, queremos destacar o gesto de humanidade dos dirigentes do Banco do Brasil S/A, reconhecendo a qualidade dos seus clientes, não pelo dinheiro que possam ter no estabelecimento de crédito, mas pela sua condição de gente fiel à instituição.

A homenagem foi muito valorizada por todos (clientes e bancários), e o agradecimento coube ao Sr. Jamil Broutos Nadaf, figura representativa no comércio local.

Após a cerimônia, o Banco do Brasil ofereceu aos agraciados e convidados saboroso café da manhã, com bolo de arroz, bolo de queijo assado, bolo de queijo frito, bolo de mandioca, francisquito, enfim, iguarias da cultura mato-grossense baseadas na sua produção.

E, assim, o Banco do Brasil fez mais um gol de placa junto aos cinquentões da casa bancária.

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO PROFESSOR AECIM
TOCANTINS NA SESSÃO SOLENE DO IHGMT, DE 21
DE JUNHO DE 2004, AO ENSEJO DA POSSE DOS
SÓCIOS GABRIEL JÚLIO DE MATOS MÜLLER E
ONOFRE RIBEIRO**

Dr. João Carlos Vicente Ferreira, Digno Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e que, nas honrosas funções de Secretário de Estado de Cultura, muito engrandece a nossa Instituição. Senhores Confrades e Senhoras Confreiras, Prezado Dr. Gabriel Júlio de Matos Müller.

Provindo de uma Família que contribuiu decisivamente para a ilustração da história e da cultura do nosso Estado e portador de respeitável bagagem de conhecimentos da mais alta valia sobre as nossas coisas e nossa gente, Vossa Senhoria, Dr. Gabriel, há muito já deveria estar enriquecendo o quadro de sócios do nosso Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

O tronco familiar a que Vossa Senhoria pertence ofereceu a Mato Grosso e ao nosso País figuras das mais representativas, pela inteligência, trabalho, civismo e honradez.

Tal extensa e reluzente listagem nominal de significativas personalidades que da sua ascendência enobreceram a nossa terra leva-nos a sintetizá-las em duas expressivas áreas.

Na cultura das letras resplandece, a sempre querida e festejada educadora, senhora Maria de Arruda Müller que pelo seu amor a essa nobilitante profissão, recebeu insígnia distinção honorífica concedida pelo Ministério da Educação e que lhe foi entregue pessoalmente pelo Ministro Paulo Renato em sua residência, aqui em Cuiabá. Era brilhante membro do nosso Instituto e da Academia Mato-grossense de Letras, bem assim de outras instituições ligadas ao saber.

Na condição de esposa do eminente, operoso e honrado Interventor Júlio Müller, foi ela precursora da realização de meritórias obras de cunho social em nosso Estado.

No cenário da vida pública, sintetizamos e homenageamos a ancestralidade da estirpe na figura do Senador Filinto Müller, personalidade de prestígio nacional, que se situa entre os grandes homens que sobrelevaram a história de Mato Grosso.

Conhecedor profundo dos problemas do Estado e do País, foi um líder político de excepcionais atributos de dignidade e honradez a toda prova. Firme na sua convicção partidária mantinha uma linha de sincera lhanza de trato com os adversários.

O respeito à sua postura como homem público levou-o à culminância, ao ser eleito para o cargo de Presidente do Senado da República, tendo exercido, também, a liderança do Governo Federal naquela Casa Legislativa.

Prezado Confrade Gabriel:

Vossa Senhoria andou bem, escolhendo para emoldurar a galeria de patrono do Instituto o seu digno genitor Dr. Fenelon Müller, Engenheiro Civil, profissional competente que, também, sobrelevou a estirpe através de sua dedicação ao trabalho, inteligência e reconhecido espírito público. Dignificou todas as funções que desempenhou, principalmente as de Interventor Federal do Estado, Prefeito Municipal de Três Lagoas e de Cuiabá.

O insigne patrono por V. Sa. escolhido, casado com a ilustre dama Alzita de Matos, constituiu um dos mais exemplares casais da nossa sociedade. Premiou Cuiabá com uma prole que orgulha a nossa comunidade.

Os seus respeitáveis filhos Rita Generosa, Gastão e Vossa Senhoria souberam haurir os edificantes ensinamentos do berço familiar, transmitindo aos seus descendentes primorosa e reconhecida educação.

Confrade Gabriel:

Ao ingressar no Instituto Histórico e Geográfico, constatamos logo a grande lacuna do seu nome no quadro social da Instituição.

De imediato iniciamos as necessárias medidas para a sua admissão. Foi-nos muito grato perceber que a nossa lembrança foi unanimemente acolhida e aplaudida.

Hoje nos é sumamente gratificante vê-lo adentrar em nossa Instituição, vindo torná-la mais rica com o seu vasto conhecimento histórico e o fulgor da sua inteligência.

No documento da sua indicação prestigiosamente subscrito pelos Confrades Professora Dr^a Elizabeth Madureira Siqueira e Dr. Gabriel Francisco de Mattos, assim procuramos justificar a nossa iniciativa: O seu *curriculum vitae* por si só constitui peça valiosa da nossa proposta. Cidadão que sempre pautou os seus atos nos mais sadios princípios de honradez e do trabalho prestou relevantes serviços à administração pública de Cuiabá e do Estado, sobressaindo-se os de Prefeito Municipal de Várzea Grande, Deputado Estadual, Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso – Codemat e da Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso – Famato. Exerceu, ainda, as honrosas funções de Governador Distrital do Rotary Internacional.

Dizem bem da assertiva da indicação que fizemos ao Instituto os consentâneos Pareceres dos dignos Confrades Aníbal Alencastro, Isis Catarina Martins Bandão e Francisco Freire da Silva.

Prezado Confrade Dr. Gabriel:

Pelos fartos conhecimentos de que é possuidor nos diversos ramos da vida pública, o seu perfil delineia-se como verdadeira fonte de consulta viva da História de Mato Grosso.

Homem afeito às lides do campo tornou-se grande pesquisador e conhecedor dos problemas e da gente do Pantanal, pelo qual se tornou um apaixonado.

Quando na Presidência da Codemat, implantou o Programa de Desenvolvimento do Pantanal e o Programa da Ocupação Racional do Município de Aripuanã, dos quais ainda hoje tanto se ufana o Governador de então, o reconhecido estadista Dr. José Fragelli.

Por interessante coincidência, empossa-se também, agora, em nosso Instituto o consagrado jornalista e escritor Onofre Ribeiro que, reportando-se a uma viagem feita com o Dr. Gabriel e com o emérito confrade Joel Leão, escreveu, como sempre o faz, substancioso artigo intitulado “O Pantanal de Gabriel Müller” lembrando que na década de 70 fora chamado de “Gigante do Pantanal” pelas Revistas Veja e Realidade.

Dr. Gabriel consorciou-se com a senhora Oacy Americana das Neves, nascida justamente na região do Pantanal, filha do tradicional casal que dedicou suas atividades nessa encantadora extensão territorial, o tradicional fazendeiro Sr. Antonio Heliodoro das Neves e Senhora Ana Rosa Falcão.

Quis assim a Assistência Divina oferecer ao Dr. Gabriel e à dona Oacy uma convivência de perfeita harmonia de ideais e de labor. Esposa dedicada constituiu-se em valorosa companheira, apoiando-o e incentivando-o no transcorrer de vitoriosa caminhada. Juntos administram a encantadora e tradicional Fazenda “Baía das Pombas”.

Do seu casamento nasceram os filhos Analzita, Fenelon Neto e Antonio Gabriel, todos com formação universitária e correto destaque no desempenho dos encargos que exercem.

Sobre os excepcionais atributos do notável jornalista e escritor Onofre Ribeiro, também novel confrade, irá falar, com a inteligência que lhe é peculiar, o seu proponente, Dr. João Carlos Vicente Ferreira.

Senhor Presidente e senhores Confrades, eis o Companheiro que tivemos a feliz lembrança de indicar para compor o nosso Quadro Social, certo de que corresponderá plenamente à nossa expectativa.

Confrades Gabriel e Onofre Ribeiro, sejam bem-vindos ao
nosso convívio!



PRO PÁTRIA

COGNITA
ATQUE

IMMORTALI

INSTITUTO
HISTÓRICO

de MATO GROSSO

e GEOGRÁFICO

1919



CONSELHO ESTADUAL DE
Cultura
Fundo Estadual de
Fomento à Cultura



Secretaria de
Estado de

Cultura
Mato Grosso



Governo de
Mato Grosso